

Degração do Seminário tendências do Welfare State

Ana Costa

Bom Dia a todos e todas! Eu sou Ana Costa, presidenta do Cebes, e venho aqui saudar todas vocês por terem acolhido o nosso convite para esse seminário, para esse encontro, de um tema que para nós é muito importante, nesse momento, que devemos nos mobilizar a todos e a todas as forças políticas na resistência ao enfrentamento desse desmonte dos nossos direitos sociais, mediante as políticas econômicas, que estão sendo aplicadas em nosso país. Então, esse é um evento muito importante para nós, mas nós não estamos aqui somente por esse evento. O Cebes, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, tem três eventos, que vão acontecer aqui nesses dias. Eu vou chamar, já chamei a Isabela, que está aqui do meu lado, é a nossa vice-presidenta, e o Paulo Henrique que... a Isabela é a nossa vice-presidenta do Cebes e é quem coordena esse projeto, que realizou esse seminário, com a ajuda do Paulo Henrique, que também é nosso diretor, da diretoria do Cebes, e que vai também dar uma contextualização desse seminário de hoje. Mas eu estava dizendo para vocês que nós teremos três eventos do Cebes esse fim de semana. O de amanhã é o simpósio, o IV Simpósio Nacional do Cebes, que nós fazemos ao final de cada gestão do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, para a construção da nossa tese política, para a construção do que vai iluminar a nossa luta, a nossa ação política nos próximos dois anos. Então, é o momento que nos temos alianças com entidades, com atores políticos parceiros, que nós trazemos toda a militância do Cebes, todos os núcleos, todos os cebianos, vinculados ou não a núcleos do Brasil inteiro, e que fazemos essa discussão ampla democrática ampliada para a construção da nossa tese política. E, finalmente, no domingo, nos faremos a nossa assembleia geral do Cebes, que também acontece ao final de cada gestão, na qual nos avaliamos, definimos novas prioridades de intervenção do Cebes e realizamos o processo de eleição da nova diretoria. Então, esse final de semana é um final de semana cheio para nós, cebianos, e eu convido todos vocês que estão, aqui, hoje, só para o seminário, que também nos acompanhe amanhã no simpósio. Muitos de vocês estão inscritos para os dois eventos, mas os que não estão, também estão convidados. O momento do simpósio é um momento de discussão mais local, mais específica do campo... da ação do Cebes, mas também contextualizado nessa conjuntura social, política e econômica que nós estamos vivendo. Eu vou então passar a palavra para a Isabela para também dar as boas-vindas, e em seguida para o Paulo Henrique que vai falar sobre a concepção do seminário. A Isabela, como eu disse, coordena um projeto de parceria nossa do Cebes com uma entidade alemã, chamada Médico internacional, que nos apoia na realização desse projeto de avançarmos, aqui, no Brasil, no debate sobre sistemas universais de saúde.

Isabela

Bom dia a todos! Agradeço especialmente a todos que vieram de fora do Rio também, num investimento de poder participar conosco e estar formando esse debate, o seminário. Eu falei até o debate porque uma das nossas expectativas é tentar fazer um seminário com bastante debate. Paulo Henrique vai falar especificamente sobre o debate e eu queria falar só sobre onde ele está inserido. A gente, o Cebes, fez um projeto junto com essa Ong que a Ana falou, Médico internacional. Ela deu um apoio financeiro importante para o Cebes num

momento que a gente estava sem outros apoios financeiros, e a gente conseguiu fazer... tirar leite de pedra desse projeto e com ele fazer vários outros projetinhos. A gente fez o projeto de visitar os núcleos do Cebes, não todos, mas muitos, muitos núcleos do Cebes para discutir os materiais que a gente vinha produzindo. À medida que a gente vinha produzindo, a gente discutia com cada núcleo dos quais a gente conseguiu ir e aprimorando o material e mudando e chegando em outros materiais e formatos diferentes e conteúdos para públicos diferentes também. E a gente tentou fazer um vídeo que não foi o nosso melhor sucesso. A gente descobriu que não é bom como gostaria para fazer vídeo. Então, estamos continuando investindo no que a gente sabe fazer bem, que são os trabalhos de texto, fora a militância, eu estou falando, o trabalho de texto e esse seminário. Um agradecimento especial a Ligia Giovanella, uma diretora, uma cebiana histórica que também... que ela que conhecia já a ONG Médico Internacional, não é Ligia. Essa é uma ONG que quem não conhece vale a pena entrar na página, no site dela. Eles têm uma atuação importante na Alemanha. Eles funcionam só a partir de doação, geralmente, de grandes empresários do campo da esquerda e eles pedem para ver, eles fazem reuniões para discutir cada centavo do dinheiro investido. Então, eles vão querer saber o que aconteceu nesse seminário, entendeu? Eles vão ficar sabendo... para saber se eles investiram bem o dinheiro e se vão querer investir mais um centavo de real, um euro a mais no ano que vem ou não. Imagino que agora, nesse contexto, eles vão ser mais exigentes ainda. Então, esse seminário tem toda uma discussão que a gente vinha fazendo do direito universal. O que significa o direito universal no Brasil. O que significa o direito universal no mundo nesse contexto de discussão da cobertura universal de saúde, uma grande parte importante do projeto. E a gente queria discutir muito bem essa relação entre o direito universal e aonde que está esse direito universal? Ele não está solto. O direito universal, social, seja saúde ou educação, para acontecer tem que estar inserido num contexto amplo de um estado, de uma formação de uma sociedade, que vai organizar como esse direito universal vai acontecer, uma vez que já esteja validado, legitimado em uma Constituição. E essa discussão, portanto, hoje, eu acho que é muito importante. Hoje, o foco não é o Brasil. Vai até amanhã, como a Ana falou, amanhã e domingo para discutir o Brasil aprofundadamente, na área de conjuntura, muita discussão política. Hoje, a ideia é fazer uma discussão mais técnico-científica, para nos dotar de maior conhecimento sobre essa discussão, como que esse direito universal se dá em outros lugares, para nos ajudar a nos ver de fora e contribuir para a nossa capacidade de conteúdo no debate amanhã. O foco, hoje, não é Brasil, mas vai nos ajudar a entender como é esse direito universal, como que os estados em outros lugares do mundo, a gente vai discutir muito mais Europa, tinha uma pessoa dos EUA que viria, mas não pode vir, porque seria importante para discutir com a gente, porque tem uma conformação de sistema, tem outros diálogos e outras possibilidades de diálogo com a nossa forma de organização no Brasil. Mas, então, a gente vai acabar discutindo sistemas europeus tanto de saúde, Pedro Espanha está aqui, como os sistemas do Estado, o sistema de proteção social inteiro, do Estado inteiro. Então, eu acho que vai ajudar bastante a gente repensar um pouco o nosso sistema e as nossas possibilidades e as nossas potencialidades também. Eu vou passar para o Paulo para ele falar especificamente sobre o seminário.

Paulo Henrique

Bom dia! Esse projeto de realizar esse seminário na verdade é uma ideia antiga, não é de agora, e vem de uma análise de um certo isolamento da forma que nos vimos pensando recentemente. Para gente ter um ideia, a constituição da política social geral, para gente ter uma ideia, todos os livros clássicos sobre política social, nunca foram traduzidos. O único livro traduzido jamais foi publicado de novo. É um livro antigo, clássico, do Albert Marshall, lá atrás, que foi publicado uma única vez no Brasil em 67. Toda discussão internacional entra no Brasil lateralmente através de livros estrangeiros. Pedro Espanha, que é de Portugal, Portugal tem várias traduções de livros importantíssimos, que raramente chegam no Brasil, chegam muitas vezes como fotocópia. Eu queria chamar a atenção... a gente tinha... o objetivo de travar essa discussão por uma razão: nos construímos as políticas sociais universais no Brasil ou vimos construindo, na contramão, total contramão numa conjuntura internacional e nacional adversa, uma conjuntura do neoliberalismo, uma conjuntura que se falava em estado mínimo, uma conjuntura de redução de gasto. Mas o Brasil fez um projeto lá atrás na Constituição de 88, o qual o Cebes foi um dos grandes lutadores, um dos grandes campeões dessa briga e viemos construindo nessa situação, com dificuldade imensa. No momento atual, nos estamos numa situação me parece muito diferente. Por que muito diferente? Porque me parece que o problema é mais que meramente resistir. Nós estamos vivendo uma ofensiva dos setores contrários à política social, mas ao mesmo tempo as nossas políticas sociais, nosso Welfare State, nosso sistema de bem-estar social já desenvolveu uma série de aspectos de maturidade, que exige um repensar sobre vários aspectos dele. E a experiência europeia me parece que trás uma série de elementos que é importante para gente. Nós temos aqui uma tendência que está no coração de cada um de nós de procurar uma integração muito grande com nossos vizinhos e precisamos buscar essa integração maior, mas eu penso que do ponto de vista, nossa América Latina que o Aslan é tão fascinado, infelizmente, nos não vamos ter ninguém falando sobre América Latina, que seria muito importante. Mas me parece que a maturidade das nossas políticas sociais e a complexidade da realidade e da sociedade brasileira têm trazido desafios que nos aproximam nesse aspecto mais do que está acontecendo na Europa do que vem acontecendo com diversos dos nossos vizinhos. Parece que a gente tem muito a aprender com isso. No mesmo momento que nós estávamos começando a construir as nossas políticas sociais, nessa situação adversa, o debate se dava no mundo inteiro e houve uma resistência da sociedade europeia, que superou a política de estado mínimo, que foi a nova política do Welfare State, New Politics of Welfare State, muito bem explicado na época pelo Paul Pierson, nunca traduzido no Brasil. Mais adiante, depois dessa resistência, foi uma resistência social, a quantidade de pessoas nas sociedades europeias que vivem do Welfare State. Não são, meramente, usuários das políticas, aposentados, desempregados, que recebem auxílio continuado, outras pessoas que recebem prestação continuada e funcionários do Welfare, que somados representam, hoje, a maior parte da população. Nós temos uma situação muito semelhante pelo fato de termos construído políticas universais. Nós passamos a ter aqui no Brasil, ao contrário do que anteriormente, uma situação mais parecida com a Europa. Para a gente ter uma ideia, o mercado de trabalho na área de saúde era dois terços privado, antes do SUS, hoje, é dois terços público, embora terceirizado, embora com todos os problemas que nós estamos enfrentando e temos que lutar contra eles. Mas são pessoas que têm seu emprego e trabalham porque existe política social pública. Ao mesmo tempo nós estamos com um envelhecimento muito rápido da população brasileira, que trás desafios semelhantes que a Europa já começou a enfrentar

antes. Nós sabemos que temos uma população que envelhece rapidamente e isso significa uma necessidade de criar condições para dar sustentabilidade as políticas sociais no futuro. Nós vamos ter que ser capaz, a sociedade brasileira vai ter que ser capaz de sustentar as aposentadorias e a política de saúde, que são as duas políticas sociais mais caras para uma população, que vai demandar muito mais política social do que hoje. Então, nós vamos ter que encontrar soluções para esse problema. Então, eu digo, é mais do que resistir. É encontrar soluções para esses desafios, que são os novos desafios que se colocaram para o Welfare State. Nós temos e voltamos a ter, infelizmente, um crescimento do desemprego. Tendemos a ter um desemprego elevado pelos próximos anos. Isso significa que tem que ser... a sociedade e o Estado tem que ser capaz de dar apoio a essa população. Não só no sustento, mas no redirecionamento para reconstrução do mercado de trabalho no Brasil. E nós vamos ter que ser capaz de construir políticas que deem sustentabilidade no futuro. Nós não podemos mais... nós conseguimos avançar muito no Brasil na redução da miséria. Somos num certo sentido um exemplo para grande parte do mundo na redução da miséria, que foi feita nos últimos anos, mas nós vamos ter que ir além da redução da miséria. Nós vamos ter que reduzir enormemente a pobreza, porque uma população pobre, que ganha pouco, não será capaz de sustentar uma proporção elevada de idosos, porque o imposto que pode-se arrecadar dessa população vai ser insuficiente para fazer face aos custos. Nós vamos ter que ter para isso políticas completamente diferentes da que nós temos hoje. Um apoio muito maior à maternidade, porque as mães precisam trabalhar e para trabalhar você precisa ter creche, mudança na política trabalhista para que os padrões tenham incentivo, porque o que existe, hoje, é desincentivo para a maternidade, não é? Ninguém quer um trabalhador. Nós chegamos ao cúmulo de nos programas de pós-graduação perguntar para as candidatas se elas pretendem ter filhos nos anos de curso. Onde isso? Em todos os programas. Eu vou dizer... no IMS/UERJ, do qual eu faço parte, isso está acontecendo. E eu suponho que isso está acontecendo em geral. Então, nós vamos ter que dar apoio à maternidade. Nós vamos ter que dar apoio à infância. Creche para a população, para desenvolver a capacidade cognitiva das crianças pobres para que elas possam ter um bom aproveitamento escolar no futuro e transformem suas vidas. Nós estamos com dois desafios: um, de resistir à ofensiva dos setores conservadores e, outro, de construir políticas sociais, que sejam sustentáveis e permita aprofundar o projeto, que começou em 1988 e vem se aprofundando, ultimamente, apesar das ameaças recentes. Então, esse é um projeto antigo nosso de promover essa discussão. Então, nesse sentido, eu falei da América Latina, nesse sentido nós temos uma discussão talvez mais rica com a União Europeia, do que nós podemos ter, embora precisamos ter, com o restante da América Latina. A própria integração com a América Latina vai ser mais possível na medida que a gente consiga ter capacidade de identificar os problemas da gente e começar a enfrentar os desafios que estão colocados hoje. Eu vou insistir nisso: vão além da resistência às políticas conservadoras. Nós temos muito a ver hoje, os desafios colocados no Brasil, com o que está acontecendo no Sul da Europa. Nós temos, hoje, uma redução de capacidade de financiamento, um aumento de desemprego, que obviamente afeta, já estão afetando, os recursos para política social no Brasil e muito semelhante ao que está acontecendo. Eu assisti o Pedro Espanha falando recentemente em Porto Alegre. Ele trouxe a experiência do que vem acontecendo, as dificuldades vividas, não só em Portugal, mas em outros países do Sul da Europa. Nós temos muito a ver com isso. *Change Welfare Street*, também não publicado no Brasil, que é um livro que faz um apanhado dessa política social e a evolução

do pensamento sobre isso. E eu acho que isso vai ser para nós um aprendizado muito importante. Então, eu tenho uma esperança grande, que nesse processo de discussão, a gente, o Cebes, possa dar uma contribuição como deu no passado com o aprofundamento da discussão da política social. Eu acho que nós vamos ter um subsídio muito grande para a nossa discussão interna amanhã. Vai ser uma discussão que, obviamente, vai ser uma discussão sobre a estrutura, esse momento tão difícil que estamos vivendo no Brasil e que nós precisamos sair dela, com o Cebes ainda mais unido e fortalecido, para enfrentar essa dificuldade. É um momento de muita luta e é um momento de muita militância. E a gente espera que esse seminário permita o aprofundamento dessa discussão. Então, esse é o , assim resumindo, o objetivo da gente, a gente tem um objetivo específico de publicar um livro com base nos textos, nas palestras faladas, aqui, e um projeto maior ligado a esse, a partir desse livro, nós estamos negociando a publicação no Brasil de alguns desses clássicos, que nunca foram traduzidos. Então, a gente quer trazer esses livros para o Brasil para ampliar a discussão, para permitir ampliar o acesso das pessoas à discussão das ideias, Então, nós nunca tivemos, por exemplo, um livro clássico como os do Esping-Andersen como os três mundos Welfares, as três economias do Wellfare State, um livro da década de 80, nunca saiu no Brasil. Saiu uma parte dele publicada numa revista de ciências sociais, anos atrás, um pedaço do livro. Nem um outro livro do Esping-Andersen foi publicado no Brasil nesse período todo, que é um autor de uma importância imensa . Então, é parte de um projeto que continua a partir desse debate e eu já falei demais.

Isabela

Obrigada Paulo. Eu só queria lembrar uma coisa: quando o Paulo falou que não existia ninguém da America Latina é porque o **Mario Hernandez** da Colômbia não pode vir e a Laura Tavares que faria o debate específico focado na América Latina, teve um problema de saúde e está tentando resolver agora de manhã. Então, não está confirmado. Pode ser que ela consiga vir. Mas nos temos a coordenadora geral da Allames (Associação Latino Americana de Medicina Social) aqui do nosso lado, especialista no tema. Tem várias pessoas, Ligia Giovanella, Maria Lucia Frizon... Tem várias pessoas que vão poder contribuir bastante na parte do debate. Eu peço inclusive para essas pessoas e outros mais conhecedores da América Latina que possam contribuir também com esse foco também para a gente. Eu peço mais dois minutos.

Ana

Já que estamos nessa informalidade, e ainda temos mais dois minutos, eu queria lembrar um episódio que até reflete um pouco essa sua conversa inicial. Há dois anos, não é Ligia Giovanella, nós fomos chamadas, um grupo de latino-americanos e brasileiros, latino-americanos também, nós fomos chamados a Antuérpia para discutir as experiências latino-americanas de resistência à redução dos direitos sociais e para discutir com europeus, com companheiros, que estavam vivendo a situação da redução desses direitos sociais, fruto das políticas de austeridades. Foi muito interessante, porque foi um momento de muito intercâmbio. Lá estavam também diversos pesquisadores da Inglaterra, da França, da Espanha, da própria Bélgica e de fato isso mostra a importância desses intercâmbios e que nós aqui agora estamos propiciando para fortalecimento dos nossos argumentos. Não só os

argumentos de resistência, mas os argumentos políticos, acadêmicos, que possam nos ajudar na condução dos nossos trabalho. Lembrar que também aqui tem muitas pessoas que não são do Cebes, porque esse evento foi aberto para inscrição livre, e talvez valesse a pena dizer o que é o Cebes. Para as pessoas que não sabem o que é o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, que é uma entidade de 40 anos de idade que existe, que foi criada, aliás está aqui o nosso primeiro presidente do Cebes, José Rubem Bonfim, está aqui presente, que nos brindou recentemente com a ata de ... (levanta José Rubem, levanta) com a ata de abertura do Cebes, lá em 76, e é uma entidade que foi criada, mobilizada, desde o seu início, para pensar a questão da democracia dos direitos sociais e da saúde, como política social, inserida nesse contexto e é uma entidade que tem tido, ao longo de sua existência, uma intervenção muito forte, uma respeitabilidade, uma legitimidade muito forte, que mantém uma coerência interna, como uma entidade que produz, formula a partir de um pensamento crítico, que forma um conjunto de teses, de ideias, que tem uma revista que divulga essa produção, mas não apenas essa produção, porque nós também acabamos sucumbidos, em parte, apesar de resistirmos pela própria economia acadêmica de uma produção científica, que é a revista Saúde em Debate, que está aí fora também. Nós temos um conjunto de materiais que a gente produz, que a gente produziu a partir de um curso de pensamento crítico em saúde, que também está aí fora disponível para venda. Temos também uma loja virtual que a gente vende o nosso material para manter a nossa vida de entidade. E somos militantes e ativistas, que associados nessa entidade, que articula com outras entidades como a Abrasco, como a rede Unida, como a Associação Brasileira de Economia em Saúde, como a Associação Paulista de Saúde Pública, que está aqui presente na figura da Marília que é a sua presidenta. E enfim, numa articulação que nós chamamos de Movimento da Reforma Sanitária Brasileira. Esse conjunto de entidades tem tido uma presença política importante não só em denunciar, mas em fazer formulações propositivas para o avanço do direito à saúde no Brasil. Imediatamente, nos vamos compor a mesa. Eu vou pedir para Isabela para coordenar essa primeira mesa da manhã e nos chamamos aqui os seus componentes. O Anton e a Lena Lavinas, minha amiga do feminismo, da militância feminista que eu não via a tanto tempo. É um prazer Lena, muito obrigada por ter atendido o nosso convite. Também muito obrigado ao Anton por ter atravessado o Atlântico, para estar aqui conosco fazendo esse debate, e a Sonia, que apesar de ter nos brindado com um belíssimo texto não pode estar, aqui, também por questão de saúde. E também pedindo as desculpas de Sônia. Sonia é uma cebiana muito comprometida, fez parte desse movimento recente que nós chamamos de refundação do Cebes. Então, essas duas pessoas, coordenadas pela Isabela e logo na sequência vai chegar o conjunto dos debatedores do final dessa manhã.

Isabela

Esse seminário foi feito também, além da Medico Internacional e do Cebes, a Fiocruz tem uma participação importante, a gente começou chamando de parceria, agora a gente está chamando de realizador porque eles participaram não só com o apoio financeiro, mas discutindo conteúdo, digo eles, mas eu também sou Fiocruz, discutindo programação, estratégias, então, eu acho que eles são realizadores tanto quanto Cebes nesse evento. O Anton Hemerijck já veio para cá. Ele é professor na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Amsterdam e é, também, Centennial Professor no departamento de

Política Social da London School of Economics . Vocês me corrijam e complementem inclusive a experiência. Eu acho que é importante para a audiência aqui conhecer um pouco da pessoa que está falando. Saber o campo de pesquisa... para quem ainda não conhece. A Lena Lavinas é professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da UFRJ, aqui. E eu vou chamar também os debatedores, se bem que eu acho que não tem cadeira para todos os debatedores. Eu vou pedir para os debatedores ficarem em pé aqui na frente porque logo mais eles vão também entrar aqui no debate. A gente colocou para cada mesa, alguns debatedores já formalmente combinados. Além disso, nós temos uma hora e meia de debate. Todos são convidados a debater, a se inscrever. Não é para achar que o debate é só com esses debatedores inscritos. Ao contrário, é com todos. É que esses inscritos estão com a incumbência de ler, estudar o material e vir com aporte também de contribuição para o debate. O Marcio Pochmann, o voo dele está descendo agora. Ele vai atrasar um pouquinho para chegar, mas deve estar chegando. A Lenaura já está aqui, o Carlos já está aqui, o Paulo Henrique já está aqui. A Sonia Fleury, a Ana falou, que ela fez um procedimento e não vai poder vir, infelizmente. Ela mandou os textos, todo mundo já leu e a gente também e já está com a contribuição de conteúdo dela. Então podemos começar, Anton, por favor, a fala está com você.

Isabela

Anton muito obrigada pela sua muito boa palestra. Vai contribuir bastante para o nosso debate. Eu vou passar para a Lena, por favor, Lena

Lena Lavina

Bom Dia! Enquanto a Isabela tem a gentileza de organizar, eu queria começar agradecendo muito o convite e dizer da minha imensa admiração pelo Cebes. Eu acho que o Cebes, sem dúvida nenhuma, é, hoje, um dos espaços, não de resistência, mas capaz de reaglutinar a sociedade brasileira em torno da defesa da saúde pública. Não há pessoas de renda alta nesse país que não estejam, mensalmente, entrando com ações no judiciário para fazer valer os direitos dos seguros de saúde privados que pagam. Nós sabemos que a saúde é, sem dúvida nenhuma, a frente de luta que pode fazer a sociedade brasileira se reencontrar, se identificar, porque... eu tenho amigos muito ricos que pagam R\$ 8 mil por mês de plano de saúde e pagam mais R\$12 mil para os advogados brigarem com o Bradesco. Então, tem algo errado e, sem dúvida nenhuma, a ação do Cebes deve nos ajudar nessa direção. Eu queria agradecer muito ao Anton pela sua apresentação e eu acho que o que ele nos mostrou, aqui, é, justamente, o oposto daquilo que eu vou mostrar. O que ele nos mostrou é como a gente associa prosperidade e segurança. A gente sabe que a segurança, hoje, no Brasil é deficiente, tivemos alguma prosperidade recente, mas a grande progressão do sistema financeiro, sobretudo seguros, uma infinidade de seguros, hoje, no sistema financeiro, e a grande demanda, por parte, justamente, das classes que viram no passado recente a elevação da sua renda, mostra que é ainda na busca do setor privado, onde as pessoas esperam ter uma segurança maior em termos de seu futuro, através das suas aposentadorias, através dos planos de saúde privado e etc. Quem leu jornal na semana passada viu que 500 mil pessoas

abandonaram esse ano seus planos de saúde por dificuldades de manter o prêmio, o pagamento do prêmio em dia. Então, eu acho que o que Anton nos trás são as evidências em contestes de que políticas universais, e políticas que não apenas se limitam a transferir renda, mas estão investindo, justamente, no bem-estar da população, garantindo equalização de oportunidades, políticas voltadas para o investimento, são aquelas que fazem a diferença. Foi isso que fez a diferença também no Japão. Foi isso que fez a diferença na Coreia, como ele mencionou. São sociedades extremamente homogêneas, muito mais homogêneas do que as nossas, e o que eu vou tentar mostrar aqui é como, apesar desse crescimento recente, a heterogeneidade estrutural ainda é uma marca registrada do Brasil e da América Latina, porque as nossas políticas sociais focam essencialmente em transferências de renda e não, justamente, na provisão de serviços públicos, que sejam capazes de equalizar oportunidades, de prover investimentos de qualidade que faça diferença ao longo do ciclo de vida das pessoas. Então, eu queria começar. Vou pedir desculpas talvez eu não tenha entendido muito bem o que me disse a Isabela. Eu não vou fazer nada comparado, eu vou falar um pouco de Brasil, talvez não fosse essa a finalidade da mesa, mas é aquilo que eu estou fazendo, porque eu estou estudando, eu estou escrevendo um livro nesse momento. Então, eu tentei juntar algumas outras coisas e eu não sei se fui bem sucedida. Então, já estou pedindo desculpas antecipadas a Isabela, porque eu vou falar daquilo que tem sido a minha preocupação principal. O xxxxxxxxxx vai ser primeiro falar das novas configurações, da proteção social e eu acho que a gente está atravessando mudanças significativas por causa, justamente, da grande expansão desse capitalismo, conduzido pela finança. Essa é uma mudança radical que a gente tem hoje no mundo e em particular nos países em desenvolvimento. Eu vou rapidamente fazer uma síntese do que eu acho que tem sido essa transição em termos de modelo. Como é que isso afeta os países do sul. O que o pessoal costuma chamar nos organismos internacionais o **global saving**. Depois eu vou rapidamente também falar do perfil do sistema de proteção social na América Latina. Eu não vou entrar em detalhes, são coisas muito rápidas. Acabei de publicar um livro na Inglaterra com a minha amiga Barbara Fritz da Freie e nós reunimos vários artigos sobre América Latina e um pouco dessa síntese está nesses diversos artigos publicados na nossa coletânea. Vou tentar também mencionar porque eu acho que a financeirização é muito preocupante, justamente por tudo aquilo que disse o Anton, que o processo de financeirização na medida em que ele, digamos assim, se generaliza, passa a liderar o processo de acumulação, tende a degradar o investimento, justamente, sobretudo o investimento público, sobretudo o investimento que está voltado para equalização de oportunidades, para melhorar o tal do estoque, o estoque de capital humano, e, portanto, leva cada vez mais que as pessoas busquem no mercado financeiro, mecanismos de acesso como seguros, seguros não, perdão, crédito, crédito educativo, crédito para isso, crédito para aquilo, que é o que tem acontecido no Brasil. Vocês certamente sabem, o Fies entre 2013 e 2014, passou mais ou menos de três milhões de beneficiários para alguma coisa em torno de oito, e, hoje, 75% da população universitária no Brasil está em universidades privadas. Não é? Universidades privadas. Trinta por cento, só, estão em universidades públicas. Era 35% quando o governo Lula chegou. Hoje, piorou, ou seja, a maior participação de...isso apesar da criação de 14 universidade públicas pelo governo Lula. Isso é só para a gente lembrar que apesar da inclusão do ensino superior, essa inclusão se dá gerando desigualdade, porque apesar de juros negativos do Fies, quem se forma e tem uma dívida por 15 anos, não é a mesma coisa de quem se forma e não tem nada a dever e teve nas melhores universidades, que são

evidentemente as públicas. Então, eu vou tentar mostrar os problemas da financeirização na provisão dessa infraestrutura que mencionou o Anton. Vou tomar o Brasil como ilustração. Os gráficos vão estar concentrados ali. Farei algumas observações finais. Eu queria começar dizendo que eu acho que a função da política social... Eu julgo que a política social tem um papel complementar ao processo de acumulação, o processo de acumulação dentro do capitalismo. Nós sabemos que, até 1930, o gasto social era ínfimo e o gasto social passa a crescer, justamente, na Europa, e cresce exponencialmente, a partir justamente do pós-guerra, com essa nova complementaridade dentro do modelo keynesiano, toda a discussão de **Beveridge case** de fazer com que o gasto social fosse motor de expansão da demanda agregada. Isso foi extremamente importante e contribuiu também pela natureza do investimento e da natureza das políticas sociais, pelo desenho das políticas sociais, para uma forte elevação da produtividade na Europa do pós-guerra, o que, evidentemente, associado a um sistema tributário, progressivo e altamente redistributivo permitia continuar financiando tais políticas sociais. Eu estou aqui para justamente mostrar quais são as características da política social nessa nova fase que entramos e eu quero só lembrar os três, digamos assim, paradigmas que a gente pode identificar. O Anton já falou no primeiro, o do Welfare capitalism, que era o regime fordista de forte complementaridade entre a dinâmica de acumulação e a melhoria da mão de obra, o aprimoramento do mercado de trabalho, investimentos que foram feitos em moradia no pós-guerra. Moradia era desmercantilizada, gasto social elevado, o modelo era o Estado provedor, o Estado bem-estar social e os dois pilares básicos, como já mencionou o Anton, era o progresso tecnológico e, evidentemente, inovações do ponto de vista da esfera da reprodução. A finalidade era manter a demanda agregada e a estabilidade econômica, como ele falou, mas voltada para a construção de uma sociedade mais homogênea e os sistemas de proteção social tinham essa finalidade precípua de fortalecer a coesão social, não é isso, através da equalização, do perfil da mão de obra, para evitar **xxxxxxx** para evitar que houvesse problemas do ponto de vista da dinâmica do próprio mercado de trabalho e etc. Como é que isso se deu. Quais foram os mecanismos? Universalização do acesso à educação e a qualificação como resultado da democracia, outro ponto que também o Anton mencionou aqui, desmercantilização do acesso a saúde e moradia, um conjunto amplo de bens de serviços e um sistema, como eu já disse, tributário progressivo, que taxava altamente a riqueza individual. A gente começa a avançar e nos anos, justamente, 80, 90, começa a ter mudanças com a chegada da Margaret Thatcher na Inglaterra. Então, a gente entra em um regime flexível, ou neoliberal, ele vai ter distintas, digamos, definições em se tratando do Norte ou do Sul. A gente olha a questão do welfare na Inglaterra, ou nos EUA, onde mais progrediu, tem essas características, mas é a lógica que preside também ao modelo do Holzmann, que era o vice-presidente do Banco Mundial, que vai criar, vai definir a ideia do Social Risk Management, ou da Gestão Social do Risco, na medida em que não cabe um sistema de proteção social que possa prevenir todos os riscos, até porque todos os riscos mudam e em uma sociedade mais desregulada é impensável prevenir riscos. E as incertezas dentro desse capitalismo, com as crises que se acumulam, também, não permite saber o que vai acontecer. Então, o que a gente tem é que garantir colchões para aqueles que, realmente, estão mais no nível da sobrevivência e cujos os custos serão superiores, colchões de proteção. Esse é o modelo do estado promotor daquilo que o **Gilbert** chamou de **Enables Station**, que eu traduzo como aquele estado que capacita, que faz, que promove alguma coisa. A política social vai atuar na margem, através de condicionalidades e restrições, portanto, vai ter uma baixa complementaridade com a

dinâmica de acumulação propriamente dita. A meta é incentivar, forçar a inserção precária no mercado de trabalho, não por acaso a lógica do Milton Fridman vai prevalecer. O que é o imposto de renda negativo. Quem não trabalha, está desempregado, não ganha nada, agora, quem conseguir provar que trabalhou no mínimo X horas e que teve uma renda de algum valor, esse vai receber alguma coisa lá na frente. Ora, essa é a melhor forma de impor a obrigatoriedade do trabalho precário, não é isso? Um trabalho que se precarizou violentamente, sobretudo, nas economias anglo-saxãs. É a ideia do **Public support for Privade Responsabilite** e a finalidade é reduzir custos e resolver problemas de falhas de mercado. Eu tenho que dar renda para todo mundo, dando uma renda mínima e as pessoas conseguem sobreviver e se inserir no mercado porque, evidentemente, senão eu vou comprometer a própria dinâmica de acumulação. Os mecanismos foram mudanças na estrutura do gasto, com corte na produção de serviços desmercantilizados. A Thatcher, por exemplo, ela vendeu um terço das moradias sociais na Inglaterra, foi momento que, na França, houve uma forte desregulamentação do mercado de aluguéis. Quanto eu fui morar na França, havia mercados de aluguéis ainda regulados por uma Lei de 1945. Não podia aumentar de jeito nenhum o preço do aluguel. Os aluguéis eram baratos. Não por acaso depois disso o preço dos aluguéis é o que pesa muito, hoje, na reprodução das famílias, por causa da especulação imobiliária, que é uma das frentes do setor financeiro, como nós sabemos. Eu tenho uma prevalência de cash e uma redução dos serviços desmercantilizados, então, embora, como disse o Anton, o gasto social não caia como porcentagem do PIB, em muitos países, eu tenho uma mudança na estrutura do gasto. Está certo? Isso é importante da gente manter em mente. A gente tem combate à pobreza no lugar de proteção social, que é, justamente, a ideia, aqui, do Social Risk Management do Holzmann. A ideia vai em cima do compromisso, da meritocracia. O foco é em cima do indivíduo que passa a ser responsabilizado. Sistema tributário vai de novo passar por reformas no sentido de incentivar o investimento e, portanto, desonerar a tributação. Então, cada vez mais, os ricos são poupados, por isso mesmo, o aumento da provisão privada e incentivos a mercantilização e sobretudo no terceiro mundo, que a gente vai ter o grande aumento dos mínimos sociais e do microcrédito, que a gente vai ver explodir na Ásia etc., mas também na Bolívia, na América Latina. E o microcrédito só não avança mais no Brasil porque nós, justamente, temos um sistema de proteção social, com todas as suas dificuldades, eu já vou falar nelas, onde exigem mínimos sociais que são garantidos. Onde há a garantia de mínimos sociais para combater a pobreza, o microcrédito não progride tanto, tanto que houve um refluxo do microcrédito na Bolívia, onde ele foi muito importante, em função da adoção da renda dignidad pelo presidente Morales, que é uma aposentadoria pública universal, no valor baixo, mas para todas as pessoas com mais de 60 anos, e isso permitiu que as pessoas deixassem de usar o crédito como mecanismo de reprodução de financiamento da sua reprodução que é o que elas faziam, justamente, em função das dinâmicas mas, enfim, da incerteza que há no mercado, da sazonalidade do mercado de trabalho, de uma série de coisas que são importantes sobretudo para as pessoas de baixa renda. E finalmente a gente tem esse novo paradigma, eu acho, eu estou tentando sistematizar o que eu acho que são os grandes paradigmas e a partir dos anos 2000 que vem justamente com o novo regime de acumulação, que é um regime de valorização financeira onde a política social vai atuar como colateral no acesso ao crédito e aos produtos financeiros, quer dizer, o consumo é fundamental, o consumo que é, não apenas de bens e serviços, mas de serviços e produtos financeiros, a segmentação do mercado financeiro é uma coisa impressionante, Aqui, no

Brasil, só para dar um exemplo, eu tentei uns dados, que eu ainda não consegui, mas eu vou conseguir, com bancos. Para vocês terem uma ideia o seguro funeral, você sabe que pagar um funeral é relativamente caro, mas se você fizer um seguro funeral de cinco reais por mês, quando alguém da sua família morrer você, evidentemente, vai poder ter setecentos ou quinhentos reais, mais ou menos, de auxílio funeral. As pessoas pagam, mas como de vez em quando ficam sem dinheiro e param de pagar e aí a pessoa morre justo naquela hora e aí perderam tudo, enfim, as pessoas **estão... Então**, você tem o que? Uma individualização do risco crescente, quando antes a gente tinha o risk sharing, e cada vez mais eu tenho o **risk taking**, que vem desde aquela lógica do Holzmann com a gestão social do risco. É um Estado fiador, não é, e aquilo que a Susanne Soederberg vai chamar de Debtfare States, que eu acho que é super bem formulado. É o estado que vai ser o fiador para que as pessoas possam ter acesso ao setor financeiro. A meta é expansão do mercado global sob a égide da moderna finança, inclusão financeira, e nós não vamos nem parar para pensar em todas as regulamentações, inclusive do Banco Central do Brasil, mas também do G20 etc., ao longo dos anos 2000, de impulso à inclusão financeira, com regulamentações internacionais, comprometimento dos países, porque é claro que o mercado financeiro é um mercado incompleto. Eu que dou aula de economia do bem-estar, eu uso um livro, que o Anton deve conhecer, do **Nicholas Barbon**, que é um show de livro. Eu sempre mostro como é que de fato os pobres não têm acesso ao mercado financeiro. É um mercado incompleto. Então, é uma ineficiência, a gente tem que mudar isso. Resta saber como a gente está procedendo a essa inclusão financeira em detrimento a preservação de direitos sociais. Essa é a grande questão. Tem o Schiller que ganhou o prêmio Nobel de economia há dois anos. Eu li os livros dele que são extremamente competentes. Ele diz que o que a gente pretende é fazer com que a finança seja, realmente, um instrumento de uso para todos, porque nós temos que fazer com que o bem-estar daqueles que estão em Wall Street chegue àqueles que usam o Walmart. Você vem que é uma coisa ambiciosa. A meta é expansão do mercado, como eu disse, sobretudo através de inclusão financeira e os mecanismos, provisão pública reduzida a pisos **básicos**, que é a proposta que a gente recebeu recentemente da OAIT, que agora não é só mais a OAIT, mas a gente tem uma grande convergência do ponto de vista das agências internacionais, das agências multilaterais, Banco Mundial, FMI etc. Todos apoiaram a ideia do que eles chamam de Social Protection Floor, que é o seguinte: a gente tem que garantir renda para os idosos, para os pobres e para as crianças e um conjunto mínimo de serviços, está certo? Que são os serviços em educação, essencialmente, educação básica, mas talvez algum país queira fazer algo diferente. Na saúde, prevenção, proteção a maternidade etc., talvez algum país queira agregar algo mais, mas são poucos serviços, que serão garantidos para todos, e o resto, o resto é o mercado. Um mercado que, em princípio terá um acesso que se democratiza. Crédito é um mecanismo de acesso ao bem-estar. Existe mesmo como está escrito ali, toda uma discussão. O **Gutmann** e vários outros veem discutindo isso, o (?) acabou de escrever um artigo, um livro belíssimo sobre como é que o crédito de consumo se desenvolve nos Estados Unidos e na França. Ele faz um estudo comparativo. Não sei se você já viu Anton. É muito interessante porque a gente vê como é que as instituições incentivam ou freiam o uso do crédito para ter acesso ao bem-estar. Isso vai depender dos valores da sociedade. É muito interessante porque são dois modelos radicalmente distintos, mas usa-se o crédito como mecanismo ao bem-estar, evidentemente, sugere uma dependência, dependência pelo endividamento. Sistema tributário, claro, regressivo. Por quê? Porque nós temos uma série de incentivos para você entrar no mercado financeiro. Em 2013, só para

vocês saberem, o imposto de renda no Brasil teve como gasto tributário, as pessoas que declararam contribuir para o sistema de previdência complementar, tiveram uma dedução, um gasto tributário, um retorno, da ordem de 12 bilhões de reais, o que foi 50% do que se gastou com o Bolsa Família. Mas se a gente olhar o que é gasto com educação, em média, em 2013, a gente gastava no Brasil, enquanto uma criança do Bolsa Família recebeu em média no ano alguma coisa como, na média, porque tem famílias que ganham mais e outras menos, mas para as crianças, o benefício para as crianças foi na ordem de seiscentos reais por ano. Na dedução do imposto de renda o gasto tributário, não se chama gasto tributário, enfim, na dedução por filho, por criança, 75% concentrado na alíquota máxima de imposto de renda, na mais alta foi mil setecentos e cinquenta. Então, a gente tem que entender como o sistema tributário funciona no incentivo, justamente, a sua entrada no setor financeiro. A provisão privada se dá pela democratização da finança por aquilo que a **Nancy Fraser** chamou de **Communication all without**, que eu acho que é isso que a gente vem assistindo. O nível de mercantilização, sobretudo nos países em desenvolvimento, é uma coisa absurda. Regulação por piso de remuneração. A equalização se dá muito mais do ponto de vista dos padrões de consumo. Recentemente, um artigo belíssimo, no New York Times, mostrando que não adianta comparar ricos e pobres em termos de televisão, carro, geladeira, porque isso todo mundo tem. Agora, vamos comparar acesso a universidade. Quem vai para a universidade e quem não vai? Acesso ao ensino de qualidade. Quem tem e quem não tem? A gente tem que mudar os indicadores porque aqueles indicadores lá atrás já não servem mais. E, portanto, a cidadania perde foco em prol do consumo. O mais interessante é que nesse modelo, que a gente pode chamar também do keynesianismo privado conforme diz o **(+/- 50:41?)**, mas eu acho que tem foco no crédito, nesse crédito de consumo. A gente ouve todo dia no jornal que a dívida do Estado cresce. Todo dia o pessoal da televisão diz “a dívida pública, a dívida do governo chegou, hoje, em 60%”, quer dizer, o Estado não pode endividar, mas as famílias podem se endividar. Então, o endividamento das famílias cresce de forma acelerada nesse Brasil, e eu vou mostrar para vocês, e cresce, justamente, com base na necessidade de ter acesso a uma série de bens e serviços, que deveriam ser desmercantilizados. Isso me leva a mostrar que essa trajetória da gente pensar esses modelos, um modelo mais... aquele descrito pelo Anton dos estados de bem-estar europeus, que são a nossa referência e etc., que a gente sonharia que fosse assim, aqui, universais, capazes de atender a todas as necessidades da população. Existe, hoje, um debate sobre a própria dinâmica também apontada pelo Anton, de que cada vez mais, até nesses modelos, digamos assim, modelos mais puros, a gente tem um processo de dualização. A gente vê isso quando a gente olha como ele mostrou o caso da Itália comparado com outros países. Então, tem alguns autores, como o Ben Fine, que é da Universidade de Londres, que tem estudado muito também a questão da financeirização e ele quer substituir essa ideia do bem-estar, porque ele acha que já não é muito adequada, pelo que ele chama um sistema de provisão do setor público. Como é que o setor público garante acesso, acessibilidade, e a natureza dos serviços públicos, garantidos por esse setor, em vez da gente falar dessa integração. Aquilo que o Anton mostrou para a gente, lindamente, é como é que nos países Norte existe uma real integração na lógica e nos diferentes mecanismos de provisão: renda, capacitação, cobertura para as crianças, qualidade das escolas, etc. etc. Todo mundo se beneficia, inclusive, os mais pobres como ele falou. Você consegue chegar nos mais pobres através desse sistema. O que não é o nosso caso. Então, o Ben Fine contesta **Dads Wellfare Regime Approved**, que ele diz que foi o

padrão ouro por décadas, e ele diz que a gente, agora, tem que pensar em modelos mais, digamos assim, reais. Alguma coisa onde a gente vê a diversidade de situações, que veem ocorrendo, e como é que esses arranjos acabam acontecendo dentro da sociedade, sobretudo, porque o resíduo não coberto pela provisão pública tem aumentado. Eu acho que, sem dúvida nenhuma, é o caso da saúde no Brasil. Não é isso? Quando a gente vê que, hoje, o gasto com saúde privado é mais alto como proporção do PIB, do que o público, é porque o resíduo já não é mais resíduo. O que essa dinâmica de uma série de deslocamentos para a esfera privada que a gente vem assistindo. E além do mais, como ele mostra, e eu acho que ele tem razão, sob a égide do neoliberalismo da globalização e da financeirização, a probabilidade da gente caminhar na direção de sociedades mais homogêneas é muito pequena. A gente tem uma tendência a ter, justamente, uma dinâmica muito mais de promoção da heterogeneidade. Por outro lado, a gente tem esse esforço, mais teórico da **Susanne Soederberg**, de definir o que é esse **Debfare State** que ela acha que com a retração do Estado você cada vez mais vai ter mecanismos de acesso ao crédito, como a gente já tinha dito, mas para aquisição de bens essenciais. Essa é a grande questão e você começa a ter uma naturalização do crédito como substituto de bens e de serviços públicos. E ela mostra que isso é uma relação de dependência muito complicada, onde a pessoa endividada passa a ter uma relação de dependência com aquele que tem o crédito. Isso a gente aprende lá no primeiro ano de faculdade de Economia e não é uma coisa simples. E esse endividamento, além do mais, vem levando a esses processos de securitização, quer dizer, eu tenho cada vez mais aquele pequeno empréstimo que eu fiz, que vai passando de mão em mão, que vai gerando créditos podres, que são comprados por outros setores, que também se financiam. Eu vou dar um quadro para vocês aqui. Vocês devem ver que na hora do Jornal Nacional tem sempre aquele anúncio da Crefisa. A Crefisa é um órgão financeiro, uma entidade financeira privada, que dá crédito para a população endividada, que eles chamam de negativada, que não consegue mais pegar crédito no setor bancário. A Crefisa cobra atualmente... é difícil falar com a Crefisa. Eles não querem entrevista. Eles não querem falar com ninguém. Eles são super fechados. A Crefisa, hoje, cobra anualmente setecentos e noventa e oito reais de taxa de juros ao ano. Setecentos e noventa e oito por cento ao ano e ela só pega dois tipos de clientes. Prestem atenção. Ela só pega dois tipos de clientes: aposentados, com aposentadoria pública, não com aposentadoria privada, porque acaba. Aposentadoria pública e funcionário público. Só esses dois, ou seja, quem está por trás, quem é que garante isso é o Estado. Então, a Crefisa renegocia a dívida, mas não é só a Crefisa, você tem o Recover do BTG Pactual que, hoje, tem créditos podres de 40 bilhões. Eles ganham tanto dinheiro! São mais ou menos 9 milhões de pessoas endividadas que estão com eles. Eles compram. O cara compra crédito de outro e aí você renegocia o débito e você estende o prazo **(mudança de clipe 4)** Eu nem vou perguntar se tem aqui alguém nessa situação, porque eu tenho certeza que tem, que está negociando o débito com o banco. Eu não vou, porque eu tenho vários ex-alunos que estão nessa situação e que eu uso para minha pesquisa. Enfim, só para gente entender o que é esse processo de financeirização e como é que ele está em jogo. Quando uma pessoa no Brasil, uma jovem que se formou e tem diploma de doutorado tem que pagar três mil reais por uma creche ao mês e que ganha seis, que já é considerado um bom salário é por que tem algum problema, não é mesmo? Então, as pessoas se endividam para poder pagar a creche dos filhos. Bem, então, eu acho que esse é o quadro de transição que, evidentemente, não é, digamos assim, trajetória única, **one since find all**, mas é onde essas dimensões veem se combinando e se juntando.

Só para a gente lembrar como é que aconteceu na América Latina, a gente teve aquilo que a Sonia Levy chamou de expansão de seguro social de forma multiestratificada, na década 50, 70. Período de grande inclusão conhecida pelo Estado. Crescimento altíssimo, sem inclusão, como a gente sabe. Houve algumas tentativas de reformas, sobretudo **xxxxxxx** uniformização dos sistemas, mas se manteve altíssima heterogeneidade a exclusão era regra porque eu não conseguia cobrir a maioria da população que estava na informalidade. Eu quero lembrar que os estruturalistas, que todos nós apreciamos tanto, Prebisch, Aníbal Pinto, todos eles achavam que, se a gente tivesse crescimento da economia, expansão do mercado doméstico, um sistema dinâmico industrial, que estivesse atendendo a demanda da população com salários **xxxxxxxxxx** para atividade ampla, evidentemente, a distribuição se faria pelo próprio mercado de trabalho, portanto, a política social não era uma necessidade porque ela iria desviar recursos. Então, os estruturalistas seminais nunca incorporaram o aspecto política social como fundamental ao novo modelo de acumulação e regime de acumulação, apesar deles serem quase contemporâneos lá do Beveridge e do Keynes, que estavam fazendo isso lá do outro lado. Os anos 80 e 90 a gente vê crise da dívida, recessão, chega **onda** neoliberal, forte retração do Estado que já era deficiente na provisão, gasto social cai. Para vocês terem uma ideia, o gasto social na América Latina, em 1980, na média, era na ordem de 10% do PIB, mais alto para Argentina, Uruguai e Brasil, mas muito mais baixo para o resto dos outros países. Então, era, relativamente, baixo, e a gente tem as primeiras iniciativas de privatização da Previdência, que é o caso chileno, onde houve uma privatização compulsória do sistema previdenciário, que fechou completamente o sistema público. O foco passa para a pobreza e a gente tem como mecanismo, justamente, para combate a desigualdade e a pobreza, a questão do microcrédito, que passa a se generalizar. Isso vai mudar um pouco nos anos 2000. A gente, de novo, tem uma nova fase de crescimento econômico, desta vez, altamente alavancada pelo boom de commodities, como a gente sabe. Há uma retomada do crescimento *hacia adentro*, como diriam os nossos estruturalistas, com inclusão social e, do meu ponto de vista, menos inclusão social e mais incorporação ao mercado, porque o que a gente assiste, finalmente, na América Latina, era aquilo os estruturalistas seminais diziam que era um grande problema: a gente não conseguia transitar para uma sociedade de consumo de massa. O grande problema é que a gente não consegue ter escala por quê? Por causa da heterogeneidade estrutural. Porque a gente tem gente que se oferece no mercado de trabalho, que aceita qualquer preço, porque é desqualificada, é mal formada. As pessoas ainda vivem em níveis de subsistência, então, aceitam, e isso faz com que haja sempre uma queda dos salários e a acumulação se faça, justamente, com essa dimensão híbrida, em setores produtivos com altos níveis de produtividade, outros muito baixos, mas isso levava tendencialmente a uma queda dos salários. Ora, a grande revolução, no meu ponto de vista, da América Latina, nos últimos anos, é que a gente conseguiu transitar para sociedades de consumo de massa, mass consumer societies, sem acabar com a heterogeneidade estrutural, que foi, exatamente, o que os europeus conseguiram acabar. O único lugar que não é assim é os EUA, mas o capitalismo americano é outra coisa. Mas a Europa transitou para sociedades de consumo de massa, equalizando oportunidades, tornando a sua sociedade mais homogênea, tal como fez o Japão e a Coreia. O que aconteceu com a gente aqui nesse período? Ampliação da financeirização, o crédito, pra mim, foi um mecanismo muito importante nessa direção. A gente tem contrarreformas diante do fracasso do que foram os modelos de privatização da Previdência, vem a introdução do pilar público, a gente tem a nacionalização, a

renacionalização na Argentina, a gente tem a reintrodução de pilar público como no Chile, os conditional cash transfer, os programas modelo Bolsa Família se generalizam por toda a América Latina. Parece que a América Latina está inventando a grande novidade. Na verdade quem trouxe o modelo para a América Latina foi o pessoal do Milton Friedman, nos anos 80, com o primeiro programa no Chile e depois a coisa se associou a uma outra ideologia, que era a ideologia do Hunter, que não era necessário só dar renda, mas que era necessário cobrar alguma coisa, que as condicionalidades deveriam ser incorporadas, e a gente coloca as condicionalidades, achando que isso é um processo civilizatório. Crédito de consumo cresce. As famílias se endividam. A gente tem uma queda de pobreza e desigualdade, graça ao aumento de salário do mercado de trabalho, mais heterogeneidade estrutural preservada, gasto social majoritariamente em cash e, segundo a Cepal, estacionário desde 2012. Tributação segue regressiva. Nenhuma das reformas tributárias feitas na América Latina, e houve reforma tributária, nenhuma foi, de fato, redistributiva. Nenhuma delas, nem no México, em nenhum lugar. Foram reformas voltadas para melhorar o desempenho das exportações, uma série de coisas, sem questionar, fundamentalmente, o perfil regressivo e pouco redistributivo do nosso sistema tributário. Proteção social ainda fragmentada e segmentada, diz a Cepal, e não eu, isso a gente está de acordo, e uma qualidade deficiente. E aí você tem, justamente, o acesso ao crédito. Quais são as características desse ciclo de crescimento recente na América Latina? De fato tem mais crescimento. Tem mais emprego. Graças a Deus o emprego cresceu, mas vamos lembrar cresceu, sobretudo, no Brasil, 84% dos 21 milhões postos de trabalho criados em 2003 (+/-7:47) e 2014 são de menos de dois salários mínimos, ou seja, não há condição de eu estar investindo na melhoria dos empregos, se o que eu estou criando são empregos de baixo salário, baixa remuneração no setor, essencialmente, de serviço e de comércio. Para o xxxxxxxxxx esse lindo livro sobre o desenvolvimento para a América Latina ele fala que houve uma expansão modesta do PIB nesse momento. Não foi nada extraordinário como nos anos 70. Crescimento da produtividade, baixo ou negativo, um ponto apontado pelo Anton, ou seja, a gente faz uma transição para o mercado de consumo de massa, com países que se desindustrializam, com queda da produtividade, portanto, para quem o investimento social, como diz o Anton, não é uma prioridade, porque, se fosse, a gente estaria fazendo investimento social, capacitação, na educação, na escolaridade, na qualidade das escolas, no tempo integral, porque não tem ninguém no tempo integral nessa sociedade, para não falar da qualidade do tempo integral, etc. Progresso tecnológico de baixíssima expressão, quer dizer, a gente não conseguiu entrar no ciclo virtuoso de acumulação, que levasse a incorporação de inovação, com ganhos do ponto de vista da produtividade, portanto, salários. Não houve convergência com a renda dos países industrializados. Com tudo que a gente cresceu e melhorou, a dispersão aumentou em relação aos países industrializados, o que é um choque, porque você olha a estatística e você diz “puxa a gente andou para trás? Achei que a gente estava andando para frente” com a crise, com tudo que aconteceu. E predominou, como a gente viu, forte incorporação ao mercado. Eu acho que isso se dá, antes de mais nada, porque a gente tem prevalência das falhas de mercado como, digamos assim, o eixo da política social. Eu dou renda. E, é por isso que o Bolsa Família fez tanto sucesso. É porque eu consegui jogar, só no Brasil, no mercado de consumo, 40 milhões de pessoas. Não é pouca coisa. Para a América Latina foi alguma coisa na ordem de 150 milhões de pessoas. Se eu dou uma renda estável permanente para as pessoas, que seja de 100 reais por mês, vocês calculem isso do ponto de vista da escala de 150 milhões de pessoas, faz a

maior diferença. Outra coisa característica do nosso sistema de proteção social, ele não consegue atuar de forma contracíclica e a região continuou extremamente volátil. O único ano, dados do IPEA mostram, que o gasto social foi contracíclico, no Brasil, foi em 2010, de lá para cá, a **xxxxxxxxxx** mostra que voltou a ser pró-cíclico, ou seja, tem uma crise baixa o gasto. Tem uma crise curta. O que é, exatamente, o oposto do que a gente deveria estar fazendo. Apesar de algumas melhoras, a gente não pode dizer que esse período foi um período de maior integração entre esse novo, digamos assim, ritmo de acumulação, nessa dinâmica de acumulação produtiva, e os sistemas de proteção social, senão pela margem, garantindo renda para que todo mundo pudesse vir para o mercado de trabalho. A gente pensou que a esquerda iria ser capaz de fazer essa transformação estrutural, não foi. O padrão permanece. Que padrão é esse? Informalidade resiliente. Caiu, mas ainda é 35, 40% no Brasil, e mais alta em muitos outros países da América Latina. Heterogeneidade produtiva e baixa diversificação. A gente andou para trás. Hoje nós exportamos petróleo. Exportamos soja. Exportamos uma série de coisas que tem uma natureza extrativista, porque a forma como é produzida a soja no Brasil e na Argentina é um modelo extrativista. A gente exporta transgênicos. O **xxxxxxxxxx** do seguro contributivo prevalece, ainda, apesar da gente ter incorporado também os direitos dos mais pobres à uma renda mínima de subsistência, baixa coesão social, baixa solidariedade horizontal, hostilidade aos atores políticos e às políticas universais, quer dizer, um país, como o Brasil, que tem um Sistema Único de Saúde, não é possível que a gente não consiga consolidar sob um governo de esquerda progressista, que foi eleito para isso, a gente não consegue consolidar o nosso sistema público de saúde. Isso não é possível. Isso é inaceitável. Isso é um contrassenso básico. O que mais avançou no governo Lula foi, justamente, a medicina complementar, a saúde complementar com todas as distorções que a gente conhece. Regressividade e ineficiência do sistema tributário. A gente ainda tem postos indiretos sobre folha de pagamento. Os ricos não pagam imposto nesse país como a gente sabe. E a inabilidade do Estado para sanar evasão fiscal, monitorar e taxar a renda. Bom, a gente fez tudo isso em meio a um consenso de massa, mas eu não vou mais entrar nesse detalhe para andar mais depressa. Então, o que a gente tem. Tudo isso ocorre em meio a dinâmica da financeirização. O que é essa financeirização? A gente sabe que a partir dos anos 90 começa a grande desregulamentação financeira no mundo. É o fim do período keynesiano. O que fez o Keynes? Keynes chegou e fez nanana não. Os cientistas, que mandavam no mundo e foram responsáveis por várias crises até 1930, não vão mais dar a regra aqui. A regra aqui vai ser outra. Houve uma regulamentação estrita, rigorosa, do setor financeiro o que levou justamente a que fosse possível ter uma política de investimentos massivos, com ganho de produtividade, com ciclos virtuosos de crescimento. Tudo que a gente conhece. Isso acaba, justamente, nos anos 90. Ele vem com uma série de mudanças e essa desmercantilização leva a uma reconfiguração dos mercados financeiros, que vão ter **impacto** na esfera de produção. É isso que é importante: na esfera da reprodução social, porque tem que pegar o pessoal do Walmart, não vai ficar só com o pessoal do Wall Street que é pouco. Tem que pegar o povo do Walmart também. Evidentemente, é difícil definir o que é financeirização, mas a gente pode dizer que financeirização, regime de acumulação, que é conduzido pelo capital financeiro, é aquele onde a valorização financeira é mais importante do que a valorização produtiva, que faz com que nem todos os lucros, que possa ter o empresário, ele vá reinvestir, porque os investimentos, evidentemente, supõem menor liquidez. Investimentos implica maturação, longo prazo etc. e, evidentemente, se eu tenho uma dinâmica, que é uma dinâmica muito

mais de curto prazo, que demanda liquidez, sobretudo, em função dessa volatilidade, que a gente conhece, eu tendo a favorecer, justamente, escolhas de menor investimento e aplicação em ativos financeiros.

A mudança é que eu tenho os donos do capital fictício, do capital financeiro, que passam a tomar as decisões também no capital produtivo dentro das empresas porque todo mundo vira acionário. Então, isso é uma mudança importante para a qual nós temos que estar alertas.

Dentre as inúmeras características da financeirização, uma das mais recorrentemente salientadas por todos é o auto crescente endividamento das famílias que é justamente um dos elementos fundamentais. Os outros são a queda do investimento da produtividade industrial, isso ocorreu na Europa, os dados do xxxxxxxx mostram isso, os lucros não se transformam mais automaticamente em mais investimento produtivo. No caso da América Latina, o Salamar xxxxxxxx mostra que a entrada massiva de capital estrangeiro não provocou aumento da taxa bruta de capital físico, formação. Acentua a preferência por liquidez, inibe a imobilização de capital de longo prazo, portanto, inibe que se façam investimentos. Tudo aquilo que o Anton está dizendo que a gente tem que fazer, nem social nem produtivo. Multiplicação de todo tipo de ativo financeiro, penetração da finança em mais setores da vida social como aposentadorias, pensões, educação, saúde, provisão de infraestrutura econômica e social, cresce a especulação. E, nesse processo, eu tenho uma transferência massiva de recursos da economia real para o setor financeiro. Qual é a novidade no Brasil? A novidade no Brasil é que esta valorização financeira ela não vem só, digamos assim, em detrimento dos investimentos produtivos, mas ela vai açambarcar, ela vai se apropriar da política social, da lógica da reprodução via política social que passa a ser remercantilizada sob a égide desse capitalismo liberado pela finança. E isso vai se dar com base, justamente, nos empréstimos individuais vinculados à renda, o nosso querido crédito consignado. Mas, não apenas. Se eu tenho um benefício do “Bolsa Família” eu posso chegar na “Ricardo Eletro” ou nas “Casas Bahia”, pedir um crédito para comprar um liquidificador e eu entro diretamente numa página da “Caixa Econômica” onde eu vou ter uma linha de crédito cuja taxa média de juros ao ano é 80%. Aí você me dirá: “Lena, o que você tem contra os pobres comprarem liquidificador?”.

Eu queria então ilustrar o que está se passando com o caso do Brasil. Sem a superação da heterogeneidade estrutural, a gente consegue promover uma grande expansão material para uma sociedade de consumo de massa onde, diga-se de passagem, a oferta vai ser garantida graças a uma taxa de câmbio alta porque nós tínhamos uma moeda sobrevalorizada e os dados do Medeiros, lá do Instituto de Economia, mostram que o item, 22 itens, onde a importação mais cresceu ao ano foi a importação de eletrodoméstico, 38.8%. Ou seja, a gente vazou emprego lá para fora porque a gente estava comprando do exterior máquina de lavar roupa, geladeira, etc. E como é que eu vou fazer com que seja possível tudo isso? Os salários no Brasil ainda são baixos, 2/3 das aposentadorias é um salário mínimo. Gente, o que são R\$ 788,00 para uma sociedade que se mercantiliza, tudo passa pelo mercado? É muito pouco. A renda média no Brasil de emprego é tem torno de,

para as regiões metropolitanas, R\$2.100,00. Isso são 500 dólares. Isso é muito baixo. Então, realmente, é bom que haja o acesso a crédito porque o crédito é importante. Só que o crédito passa a subsumir a política social. Então, a política social vai servir de colateral para a expansão do crédito tendo o Estado como fiador. Eu acho que essa foi a grande mudança que a gente tem no Brasil. Foi uma engenharia social que contribuiu para o recuo da provisão pública de bens e serviços. Muita gente diz “Ah, foi falha de governo. O governo devia ter investido. O governo, em 2011, quando começou a haver um retrocesso, os indicadores econômicos ruins, o governo devia ter, rapidamente, elevado o investimento público.” Mas por que não elevou? Não elevou porque na lógica da financeirização as coisas não se passam em 24 horas. Essa desaceleração de investimentos já vem lá de trás, não é de agora que ela vem. E, portanto, se institui uma conexão em comum.

Eu queria agora mostrar alguns parâmetros institucionais para mostrar como é que essa colateralização da política social tem lugar em detrimento da mercantilização. As transferências monetárias são quase tudo da política social brasileira. Do ponto de vista do gasto federal, 11% do total de 14% do PIB são transferências de renda. Só 3% é provisão pública de serviços. Se a gente agregar os níveis subnacionais juntando saúde e educação por parte dos municípios e etc, a gente ainda não tem esse dado, mas as estimativas preliminares, com base no novo PIB, porque a gente tem um PIB que é maior do que a gente esperava e, portanto, essas proporções de gasto diminuíram em relação ao PIB, é alguma coisa da ordem de 18% o total do gasto, sendo que a grande maioria é gasto com transferência de renda. 65% é gasto com transferência de renda. Evidentemente, é mais rápido fazer esse vínculo com o colateral na medida em que eu tenho um sistema que se apoia essencialmente em transferências de renda. Vão se criar então o crédito consignado, 2003, antes do Bolsa Família, para servidores públicos salarizados formais mas logo aposentados, você pode comprometer 30% da renda, agora já pode subir para 35%. Já no sistema de securitização, que 5% é para pagar dívidas que você tenha com o seu cartão de crédito cuja a taxa de juros, como vocês viram essa semana, chegou em 414% ao ano, você passa a ter uma nova regulamentação do microcrédito. Segundo o Banco Central, o microcrédito no Brasil até 2007 90% era essencialmente para financiar a reprodução das pessoas, subsistência. Hoje eles acham que é alguma coisa que está mais ou menos em torno de 65% porque eles redefiniram novas regulamentações. Eu tenho um grande projeto de inclusão bancária da população do Bolsa Família que não funcionou muito bem, só 2 milhões aderiram, com acesso a cartão de crédito e outros produtos financeiros. E você vê também um processo de financeirização de inclusão financeira para além da bancarização através, justamente, da criação das contas simplificadas. Entre as classes D e E, elas aumentam a participação delas não só em conta corrente e poupança mas, sobretudo, em cartão de crédito que é uma coisa importante.

O crédito no Brasil ainda é uma parcela pequena do PIB, mas desde que a gente teve o nosso processo de desregulamentação nos anos 89 e 90 e durante toda a gestão do Fernando Henrique, o crédito como proporção do PIB variou entre 24 e 25%. Nunca conseguiu crescer. Não tinha espaço para o crédito crescer. Nem o crédito investimento. E isso vai justamente acontecer agora onde vocês veem a diferença entre o crédito pessoa física e o crédito pessoa jurídica. Você vê que a parcela do crédito pessoa física é muito importante. Aqui a gente tem o saldo acumulado e eu queria que vocês vissem como é que o saldo total (é a linha rosa lá de cima) que vem crescendo, o Banco Central tem séries

descontinuadas, por isso que a gente está vendo aí, mas vocês vejam que o crédito da pessoa física livre, que é a última linha, vocês veem que ela cresce bastante e ela hoje chega a 16% do PIB. A gente tem o saldo crédito pessoa livre direcionado. O direcionado são empréstimos para crédito rural, microcrédito, BNDES. Você vê que a maior parte do crédito pessoa física é livre, a pessoa pega e gasta com o que quiser, para comprar remédio, para pagar escola, para ajudar num pagamento ou para fechar o mês porque está precisando de dinheiro. Então a gente tem um grande aumento **xxxxxxx** do crédito. E aqui é interessante porque a gente fala que a massa salarial cresceu no Brasil. Cresceu, mas, segundo os dados das contas nacionais do IBGE, a massa salarial passa só de 39,4% do PIB em 2002 para 42% do PIB. Então, o crescimento da massa salarial ainda é muito pequeno. Tirando a Alemanha, que houve uma grande queda da massa salarial com a proporção do PIB, os valores na Europa são muito mais altos. Então, a nossa massa salarial ainda é pouca coisa em relação ao PIB. Mas já o crédito vocês veem que em tempo de taxa de crescimento o crédito cresce muito mais rápido.

Aqui são as modalidades por carteira. Vocês veem que o que mais cresce é o crédito consignado e o crédito não consignado e os outros, mas, sobretudo, o consignado. Você vê que cresce uma proporção bastante importante. E, aqui, são as taxas de juros. Ou seja, apesar do risco moral ser zero para o banco, porque ele está pegando o crédito consignado e ele deduz automaticamente da conta bancária o pagamento da dívida, você vê que a inflação está lá embaixo e todas as outras taxas de juros são mais altas, inclusive a taxa de juros do crédito consignado que hoje está em torno de 28%, a única que não cresce. Não por acaso. Eu não vou ter tempo de explicar aqui agora. Mas, o que que é interessante? Se a gente olhar as taxas de juro ao crédito de consumo na Europa do pós-guerra... Isso aqui são taxas de juros nominais. As taxas de juros em época onde eu tinha um crescimento da inflação no pós-guerra na Europa, as taxas de juros de crédito ao consumo eram da ordem de 12%. Real era da ordem de 3 a 4%. Aqui vocês veem a diferença do que que a gente tem em relação à taxa de inflação, como é que as taxas... o **xxxxxxx** é altíssimo, o que mostra que evidentemente o grau de endividamento é grande.

E aqui eu peguei do **xxxxxxx**, desse nosso livro recente que ele lançou, que mostra o seguinte: entre 1960 e 2005 eu tenho o grau de comprometimento da renda disponível das famílias. Renda disponível é depois do pagamento de impostos e contribuições sociais. Em 2005 eu tenho um padrão comum para Estados Unidos e para Inglaterra que é da ordem aí de 22 e 23% da renda disponível das famílias é destinada a pagamento de crédito de consumo. Aqui não tem habitação, não tem hipoteca de compra de apartamento. É só crédito de consumo. Para o **xxxxxx** você ter mais de 30% da renda disponível com crédito de consumo é alto risco. Nós, hoje, temos 28%. Isso sem contar o crédito imobiliário porque se a gente pegar o crédito imobiliário o comprometimento da renda disponível das famílias chega a 49%. Aqui está de novo como é que isso se divide, essencialmente juros. Os juros, como vocês estão vendo, em serviço é muito alto.

E, aqui, uma coisa muito interessante. É que tudo isso acontece com uma queda da nossa taxa de investimento. Se vocês olharem esse lindo buraco que é do Miguel Bruno vocês vão ver que durante os anos 60 e 80 a taxa de lucro e a taxa de investimento andavam juntas. Aqui, a taxa de lucro combina o industrial e o financeiro. A partir justamente da desregulamentação financeira tem uma separação. O lucro e o investimento não andam

mais juntos o que explica justamente a impossibilidade de a gente mudar a nossa dinâmica estrutural. Não por acaso, a gente vai ver aqui os décimos da distribuição, não tem mais diferença entre ricos e pobres, todo mundo tem celular e televisão plana, mas nem todo mundo tem saneamento básico. Vocês estão vendo que o saneamento básico para os 10% mais pobres passam de 25% para 32%, mas quase 100% deles tem celular e televisão plana. Isso aqui é para mostrar que houve uma elevação da renda. E aqui é para a gente olhar a questão da renda disponível calculada pela **xxxxxxx**. A renda disponível, como eu disse, é aquela pós impostos. Vocês veem que aqui é uma distribuição do gasto com o celular, vocês veem que é impressionante como é que o gasto com o celular ele é mais democratizado. Todo mundo já está chegando ali na diagonal enquanto a renda está embaixo. Se eu tivesse uma diagonal eu teria uma distribuição igualitária entre todos os décimos da distribuição. Quanto mais para baixo a barriga, mais desigual. Então vocês veem que a despesa com o celular ela passou do vermelhinho sólido para o vermelhinho pontilhado, portanto mostra uma melhor distribuição. A mesma coisa com alimentação. Alimentação também melhorou não tanto quanto o celular. Eu não vou mostrar a saúde para vocês nem educação porque estão abaixo, é mais desigual o gasto do que a renda. Vocês vão dizer: “Bom, mas é porque todo mundo tem saúde pública e educação privada.” O que que a gente está vendo aqui? Isso aqui é PNAD, décimos da distribuição. Em todos os décimos da distribuição houve um aumento da participação de crianças em escolas privadas inclusive nos décimos mais baixos. Ou seja, todas as famílias estão gastando mais com educação. Aqui é universidade, gente. Chocante. Onde é que aumenta a participação na universidade pública e não privada? Nos 10% mais ricos. Em todos os outros cai a participação na universidade pública e aumenta a participação na universidade privada, apesar dos gastos serem muito maiores. Enquanto a renda cresce 1% ao ano, 1,5%, os gastos com a educação cresceram em média 7% e com saúde 8%. Então, a gente está numa economia da dívida e a gente tem uma gestão tutelada da dívida. Ou seja, quando parte da minha renda de benefícios vai para o setor financeiro, eu estou hipotecando um direito. Virou parte do meu benefício social uma renda financeira. Então, eu acho que a despeito de a gente ter um sistema de proteção social há mudanças graves que estão tendo lugar nesse momento, a ênfase é de desmercantilização, existe uma convenção pelo crescimento do consumo de massa e eu acho que o que a gente assistiu nos últimos anos foi um papel do Estado determinante na colateralização da política social em vez de caminha na direção da sua desmercantilização. Por isso, eu acho que os tempos são muito difíceis e a gente tem que agir rápido para ver se a gente consegue de alguma maneira reverter esse quadro que, do meu ponto de vista, já está altamente comprometido.

Anton Hemerijck

Thank you, thank you **something (EMPRESA QUE CONVIDOU)** for inviting me here to this, for me, it's one of the most beautiful cities in the world and that's because it has a lot of mountains and you know, where I'm from it's pretty flat. It is the Netherlands. The and also I'm a bit intimidate to talk from a country that only has sixteen million inhabitants whereas, you know, Brazil has close to 200 million, so... But I'll be talking about Europe, and I was asked to kind reflect on a book I did with **name, name, and name**. More than ten years ago it was called *Why We Need a New Welfare State*, so I revisit that argument (that closer to the ah, yeah, okay, okay, okay. I hope I'm not shouting. **And slowly.**) Okay, I'll do my best. I

think, I mean, when we talk about the European welfare state it's very important to bear in mind what the Europeans were up to, or European policy makers were up to after the second world war, and I think you might think of the European welfare state as this generous social protection system, quasar universal, but they came from a deep concern about stability, and that's a logical concern given the 1920s economic crisis that sort of caused, to some extent, the second world war. So, what was on the minds of policy makers in 1945? And we're talking about William **Beverage**; we're talking about John **Mainofcage**. It was the search for stability. How can we stabilize our economies, our societies, our families, and what have you? And this is where this brilliant idea came along because you had compulsory social insurance, so everybody who's employed pays into a social fund that, if there is an economic crisis, you can use that fund to stabilize the economy, and that sort of, you know, the combination of Beverage and **Cage** is crucial here, but there is a sort of an irony as well because the search for stability led to huge innovation. I mean, compulsory social insurance, the building of the welfare state, this was social engineering to the extreme in a way. But the impetus was stability. Now, you can already feel this coming. Too much stability is, of course, not good, but you know, what policy makers also always do is that when there is a new problem, they liken the problem to the old problem. So, when the stagflation crisis came in the 1970s, most economists trained in **tangent** economics at- well, you know, this is pretty much what we had in the 1930s, so we need to stabilize the economy. We have to extend wage indexation plummet range beyond ten percent. So, all of a sudden there is a shift in political debates saying no, no, no, no, no we don't need stability, we need flexibility, and we particularly need flexibility in the labor market, and this was very much sort of an anti-welfare state political momentum. Now, of course, once the welfare state is there you don't easily break it down, so yes, there has become more flexibility, but you know, the welfare state in Europe we spend 30% of **GDP** on social protection, and that's been flat. It's stable since the 1980s, more or less, at the **aggregate** at the European level. So, the challenge was flexibility, and the way to achieve flexibility was through all kinds of liberalization, privatization, what have you, and I think the EU, the single market project, and the monetary integration **immune** the Euro was very important. The two sort of things that we now only see in retrospect- one is given the stability, and given the particular kind of stability that we had in the family with mothers staying at home, there was also a baby boom. Then in the 1980s, the 1970s and 80s, we had a real economy crisis. It wasn't a financial crisis like the 1930s. We had the last quarter of the baby boom generation; I think that's me, entering the labor market. So all of a sudden a very big group of young people entering the labor market at a time where there is, you know, severe economic problems, so my generation had difficulties getting a stable job. (Yeah, closer, closer, closer). Um, so, enter the Great Recession. What kind of crisis is this? Again, it's a financial crisis, but there's also a supply issue. Given the fact that, you know, our welfare systems are facing up to major challenges in health and in pensions, so it's not going back to the search for stability, it's not do more flexibility. It's **draw** to create something that is adaptive to changing economic and social conditions, so I call it the resilience imperative, and at the background, of course, there is economic internationalization which goes on and this particular demographic that we call demographic aging, and listening to the first introductions there is always a double bind when we talk about social policy. On the one hand, it's very technocratic. It has three functions: you know, there's redistribution, there's basic social insurance, I think that makes up the greater amount of the thirty-percent I talked

about, and there's the need for social investment to invest in young people in particular. I remember when we wrote *Why We Need a New Welfare State*, we wrote it for the Belgian presidency of the European Union in 2001, and **Someone Boca**, he was a dear friend of mind, but he was at the time a minister of pensions, and he didn't really like what we wrote at the time. I mean, in retrospect he does, but at the time because we had a particular take on pensions that for him was very difficult politically to sell, and at one intervention, **Someone**, my senior colleague, really got angry at Frank, and he said, he shouted to Frank, and said, "Frank, if you want to save pensions, invest in children." And that's basically the idea behind, you know, the social investment project that I will be talking about more. So, here there are all kinds of technocratic functions that you know the welfare state does really well: consumption **smoothing** at macro level, at the micro level, risk sharing through social insurance, helping to allocate labor markets because, you know, there's a time for education, there's a time for pensions, you know how many people enter the labor market, so it becomes very easy to kind of manage the flow of the labor market. Then, there is relieving poverty, reducing inequality, and as we know from the **OCD**, reducing inequality is good for the economy, addressing social exclusion, and what is particularly important I think is making capitalism fit for democracy. I think this is very much important, but it also shows the other side of the coin, and that is that when you talk about social policy it's always about a struggle, and it's the double bind. It's technocracy, solving problems, and you have to fight for it because it doesn't come naturally to you. So there's all kinds of issues of gender, of work, of class, where does social insurance become social redistribution, and these lines are very thin. It's very difficult, you know, even for the brightest economist to really touch the boundaries of this. Anyway, going back to the technocracy of it, what we argued for in *Why We Need a New Welfare State* is that when you think about the carrying capacity of the welfare state in the long run, it's really about how many people are officially employed in the labor market, and thereby pay taxes, and what is the average production of workers. And, you know, if you raise the number of people that contribute to the welfare state, if you raise the average production of people, then it becomes fairly easy to manage, you know, what is it, you know, five-to-ten percent unemployment under the **previsal** that many of these people go back into employment, and actually many do. You know, when you look at the particular numbers that five percent, six percent unemployment in the Netherlands today, that's a very dynamic number. If you look beneath it, eighty-percent of the people that are in the six percent they get back to employment within a year. But the debate of the welfare state, the politics of the welfare state is always about how many people are being pampered by the welfare state, and you can be positive about that, or you can be negative about that, and what do they get in terms of a benefit? And again, you can say it's too high, or you can say it's too low, and what we did in our book is to shift the debate from the numerator, **i.e.** the distributive part of the welfare state, however important that is, to the productive, the denominator side of the welfare equation, and when you shift the perspective in that way, you start to see different things because the long-term strength both of the economy and of the welfare state is reliant on production by workers because we also know in Europe, the welfare state in a way is self-financing in the sense that workers pay taxes and social contributions. The welfare state is not paid out of corporate taxation, other things are paid by that. I mean, there is a cause or connection, but basically, when you think about the welfare state, I sometimes say it's socialism within one class. It's the class of workers. But then, there are new social risks, and they have to do with the new gender roles,

and particularly the welfare states in Europe that relied heavily on the male breadwinner, i.e. preferred to keep mothers at home to take care of their children, that has changed completely. I mean, in Europe today, both men and woman aspire to have decent jobs. Now, as has been said earlier, if both men and women want to work, that changes the welfare equation dramatically, and it becomes even more important to have daycare, to have good schooling, to have leave policies for pregnancy and things like that, so the family life course has changed dramatically, and it's changing everywhere in the world. I'm not knowledgeable given the few days that I've been in Rio, but in cities like Rio or Beijing there are similar issues that are being debated. So then it becomes, because of the changing nature of the economy to really do something about more frequent labor market transitions, both in labor market time that people spend at the workplace, and also because of changes in the economy having to do with technology, having to do with internationalization, people over the life course will change jobs more often, so one of the goals of the post-war welfare state is to create a stable job for a man for about forty years, but that reality is gone, and even if it's the case that if you have a stable job at one particular firm and the economy goes down so somebody gets unemployed, even if that firm will still be there when he returns to the job, he will have to do other things. So, in the meantime, he has to change his capabilities and his capacities, so it's not that old social risk pensions, old age health are going away, but they are complimented with new social risks which are also challenges and chances. So as I said already when we wrote the book, the background idea was we don't want to give up the male breadwinner welfare state. On the left, we really would like to go back to the male breadwinner welfare state. On the right, there was the argument in an age of globalization, you cannot have an equilibrium between equity and efficiency. You have to accept higher levels of economic insecurity if you really want to be competitive, and this is a very, very dominant way of thinking. Someone talked to the world economic forum in the something a couple of years ago in 2013, and she said something like, I have to really think hard what it was, but she said, "Europe is about six percent of the world's population, it has 40% of the world's GDP, which is big of course, but it pays 50% of social protection of the world's GDP." I mean that is dramatic, right? If you look at the numbers, the numbers are not really correct, the numbers are totally in sync with levels of the US, and Switzerland and Norway is higher, but nevertheless. That's the dominant way of thinking. If you want to be competitive, you may have to give up on equity, and of course this argument has now been undermined by the IMF and the OADC. In my line of research again, it is the comparative study of the welfare state is a study of redistribution and about re-commoditization and about retrenchment and expansion in way, in binary ways, so not taking into account what I call the denominator side of the welfare equation. So what we proposed in our book at the time, *this is a bit of a utopia in a way it's sort of without a magic growth driver where there's technology or financialization, we were unlucky with that, we know.* Sustainable employment is the best guarantee for growth and social cohesion in European societies and social investments crowd in economic initiative rather than crowding out which is sort of the basic standard paradigm that we use. And we pointed out there are very positive subcomplimentarities for working families when there's a focus on education, on children, on active labor market policies, on reconciling work and family life. We all have to retire later, and migration is a challenge, but it also can be managed especially in aging societies, and you really need to have minimum income support buffers aligned to these capacitating social policies, and the same logic in a way applies to healthcare. A very good friend of mine

is the ex-minister of health in the Netherlands, and he really believes this Obama thing about saving lives and costs by having better healthcare, and it makes perfect sense. Eighty-percent of the people who go into a hospital, they go in to get healthy and again to participate in the labor market, so these things are assets to the economy rather than a downer. So, the policy theory with this platform changes from one that is only repairing things after damage has been done in the sense of unemployment to preparing individuals and families to become more **Brazilian**, and for this you need a strong, capacitating welfare state. That's the basic idea, and there's a sort of multiplier fact working you can extrapolate this idea is that if you invest in children, you would see that their educational attainment is higher. I mean, I have the correlations in my book. Higher levels of educational attainment leads to higher, on average, levels of employment for both men and women who are then at the same time more productive. You need to really think about organizing **dual ownership** through the work-life balance. The countries that do best have higher levels of employment and higher levels of productivity and they are also, this has to do with lifelong learning, they also achieve a higher **exit age**, so if you put that all together, it's a huge multiplier that goes into the welfare state so the countries that organize this life course policy the best are better; in theory, they are better on fighting poverty in their societies. The way I tend to think about these things today is really about three important policy functions: the first is the raising of the human capital stock over the life course from the young to the old. I mean, I know very little about Brazil, but what I kind of like about the Bolsa Familia is that it's a buffer policy, so it's a social protection policy, it's quite universal, and it's on the proviso- I see you laughing, and that has to do with the politics of course- it's under the proviso that kids go to school. Now, of course, that's very difficult to tell, but nevertheless, in the sort of engineering, there's a human capital dimension attached to it next to the buffer, and given the fact that it's kind of a tax credit, it also allows mothers and families to participate in the labor market. So it has three functions: it has a stock function, it has a flow function of organizing labor market input over the life cycle, and it has a buffer function. Now, the trick with all this is, in terms of policy, is to organize the institution of complementarities between these things. I was in Korea not so long ago, and what is really interesting is that the Koreans, they overinvest in stock. They do it in the public school system, they do it in early childhood education and care, they do it privately because parents are hugely concerned that their kids go to the right schools and universities, and the reason is that it has a very old-fashioned labor market which is very pro-male breadwinner, big firms, and if you're not from there, you're in another part of the economy even if you're overeducated. So, me coming from a social investment perspective, my advice was to go slow on the stock, to really improve the buffers, and the flow policies. Similar example is that they doubled spending on childcare in Belgium. And what turned out it was only the middle class families where women worked that went into, that used the subsidy for childcare, so I was asked to look at it. They thought the policy was a failure. I said, "Well, why don't you study the labor market?" I mean, how do employers- are they keen to hire less-skilled women who are bound to be mothers? And it turned out that no, they were very conservative, so again you have to really think about these three important twenty-first century policy functions together, and how they interact as policies here and now, but also how they interact over the life course as institutional complementarities. I mean, this is a very difficult story to tell because it's very contextualized. Anyway, this is basically the policy theory behind social investment, the way we developed this in the early 2000s. Now I'm going to show you very

quickly some figures and slides and I'll give my interpretation to that and whether the story holds or not. And what is interesting, and this has to do with pension reform, but it also has to do with lifelong learning is that even in the last part of the crisis, older workers today work more than ever before. In the 1970s, it was said older workers should go home. They should retire at 55 and let young people take over, but if older workers retire at 55, the young workers have to be totally productive, and if they're not, they won't get a job. This is called youth unemployment, so it's not a simple fix. You send old workers home, and then you have the new workers ready to work because you still have to pay the old workers, and then the new workers pay that in terms of taxes. So this is a positive development. Here you see women's employment rate with Sweden going down, but basically there's still an upward trend except for the program countries. And I'm sure we're going to talk about that later about Southern Europe, how they have shifted towards higher levels of female employment and older workers employment, but then are under the supervision of the **xxxxx**, and they have to give up on that which is dangerous because these are the societies who are aging the fastest, so if they are lowering labor market inputs, the pension problem is going to get worse, and I'll get to that. This I'm going to do very quickly. So what we've looked at is sort of high quality employment, so particular jobs that are well-protected in high-end technological services, and here you see that the most generous welfare states, Denmark and Sweden, have the highest number of high-quality employment. This is not so surprising of course. But what is more surprising, well this is also not so surprising. Here you see that those are also the countries that boost the employment of mothers, so not Belgium, but Sweden, Finland, but also Canada, and today also Germany. That's very important. Germany is really undergoing a major shift here. What is more surprising, although the correlation is not as strong, is that the funny thing is the Nordic countries do the best at creating jobs for low-skill workers, so it's not just high-end human capital policy. It's also because of the organization of the flow, because of the organization of the social services in daycare what have you, you need more janitors and concierges and those kinds of jobs as well. And of course, you know the public sector here steps in, but the public sector is again paid by the workers who pay taxes and contributions. And here I correlated the countries that you see a massive rise in child support in Europe these days, but there is a different dimension to the ones that protect children between three and six and the ones that do it from zero-to-three. I made a mistake in the graph, and it's really about the zero-to-three is really becoming increasingly important. And this I find from a psychological point-of-view very interesting is that today, I don't know whether this is the case in Brazil, but today in Europe, the fertility rate is positively correlated to female employment. Now, it used to be in the 1960s that this graph was completely the opposite. It was the women at home who had the most children, right? So, what does this mean? This means that mothers, but also young couples, they postpone having a child before they have secured, they both have secured their position in the labor market. Now, in a times of crisis, what you would probably expect, and I think this is happening also in southern Europe that you have a baby strike because if there is a crisis, it's difficult to get a job, so you postpone having children which again sort of like reinforces the aging problem in the long run because there will be more pensions. And I made a distinction in my book between what I called capacitating social services, so active labor market policy, child care, reconciliation, and passive social protection policy, and this is not a normative differentiation because these things go together. The countries that spend a lot on social protection, on passive compensating

policy, those are also the countries that spent the most on capacitating social policy, and it makes perfect sense because once you have committed yourself to high levels of benefits, you really want people who are on benefit to go back to the labor market as soon as possible, so you need active labor market policies. Anyway, there's an argument in Europe that says well, you know, the social investment welfare state is not such a great idea because it pampers the middle classes, and especially in times of crisis, that will mean higher levels of poverty. Well, the latest figures I have is for 2011, so it's just into the crisis, but it's the countries that spent the most on capacitating social spending that have the lowest poverty rate, so that idea that there is a **Matthew** effect going on is not borne out by the evidence yet. Things may change of course. And the most important correlation, the strongest one is that capacitating social spending, but I said that already, coheres with a high level of employment. And what I find interesting is that because social investment is very much about **discretionary** policies, so you would expect over the crisis, and I know there's a problem with GDP in this picture, but that's for the debate. Over the crisis actually, if you compare 2007 to 2011, countries are moving up the social investment ladder wherever they're from, even Greece in this, but it's at the lowest level of course. And if you take, if you point to arrows in this way, what you would expect is an increase in compensating in social spending given the impact of the crisis, so the arrows go for you to the right, but most of them also go up. That means they're also moving towards social investment, and there's an interesting example of Sweden, who actually makes sense **contributive** government, shifts from compensating social spending at a very high level nevertheless to focus more on social investment, so social investment in Sweden has become more important than traditional compensating social spending, but then Denmark, who has the highest level of employment, does both ways. What I'm trying to do right now for the European commission is to think about something like a radar that you can, if you have policy indication let's say of the coverage of early childhood education and care, you have the **xxx** scores, employment rates, I mean these things are easy to grasp in statistics: the gender gap, the exit age. What is really interesting to see that a country like Denmark is **direct radar** tries to optimize the surface level. In the middle, you see a country like Italy, and it's really, you know it doesn't invest in children, it has a bad education system, therefore the employment rate is very low, it has a poor gender policy, the exit age is also very low, again, pension problem. They do a worse job in preventing poverty which makes perfect sense. The most interesting thing line is in the middle. It's Slovenia. It's a new member state. With an underdeveloped welfare state, it entered the European Union in the 2000s. And look, it doesn't match Denmark, but it's getting there. I can tell you a story about Slovenia. It's all about big political fights because every economist said don't spend on social protection the way the old member states of the European Union do because it's going to lead to competitive losses and what have you, and they fought about it, and they kind of won. This is my own country just over time. You can do with the same methodology; you can look overtime to see whether **Sherton** policies have increased in terms of spending and whether that has an effect. And the surface level gets bigger and wider and that sort of, you know, sustains the affordability of a generous welfare state, but only under the proviso at it's a social investment welfare state. That's the idea. So the bigger picture here is that there is some good news. There's a sort of upward contingent conversion towards more social investment kind portfolios. And it's not just the Netherlands and the Nordic countries. It's also Germany, and it's even Slovenia. But, there are countries like Greece and Italy where social investment is just not

on the radar, and this is a real problem if you pay in the same currency. I'll get to that. Immune is a problem here. Not only is this change going on, there's also increasing support, empirical support from the kind of studies that I do, but I'm not important, but the OACD and the IMF do this as well, and they show you can lower inequality, but only if you invest in people. That's the bottom line. And in Europe right now, austerity, especially in the southern welfare state, is creating two speeds, so Europe has already very different types of economies that are accommodated by a single currency. That is very difficult to do. Nevertheless, the first ten years, so far so good, but then the crisis hit, and now we're further. The divergence is growing, and I was trained as a macroeconomist, and my gut feeling is that, as a macroeconomist, a single currency with a single interest rate with the same kind of public deficit procedures in totally diverging economies that cannot be sustained. It cannot be sustained economically, but it can also not be sustained politically. So at some point xxxx gets into power, and that's going to be the end of it. So there's real concern here, and deep down, and this is my main message I think, is the predicament of intellectual inertia, of cognitive capture because in the policy community, I quoted Anglo-American earlier, it's still the belief you don't, don't overspend on the welfare state because it undermines competitiveness. Whereas, I show, and many others show that if you invest in the welfare state in a particular kind of way, it's a competitive asset, but this is just not believed by main policy makers who were all trained, by the way, in the 1980s, the search for stability era, so they will say when there's a problem, more flexibility, more labor market deregulation. And the thing is, it makes people insecure. They postpone having children, so again, it's like generals fighting for the last war. You always have the last generation of economists advising our governments, and even Anglo-Americans in the policy side, she's doing a really good job. Her belief is that what she's doing in Germany is impossible in a way. This is something for you to take home, so I won't dwell on it, but the thing is that at the moment in Europe, there are basically two policy theories that are competing, and the social investment policy theory is gaining strength because it has a lot of empirical support, and the basic idea is stock flows and buffers crowd in private economic initiative, it's good for the economy; we have to mitigate these life course contingencies, and the economic stabilization is much more than fighting inflation and lowering deficits. And there is a political bonus to this because you can really be true to what is written in the Listman Treaty to have the ambition, I mean it's written into the treaty, I think it's article two, where we aspire to be a social market economy with active inclusion etc., etc., all beautiful words, but you can have that ambition and realize it whereas the other alternative paradigm, and that's the dominant paradigm still, is that whenever there's a problem, cut social spending. Make people insecure because if you make people insecure, they will run harder, and that's just not the case. And here, the political discourse, that's you can never win an election, but then Mario xxxx is not running for the Italian government, is that look guys, there is no alternative. And, as Mario xxx said it himself in the *Wall Street Journal* in 2012 sometime, "The European social model is already gone." I'll finish with the Euro crisis. What my story tells is that sort of the new sort of asymmetric competition is really pretty dangerous for the European Union, for EU first, but then the European Union second. Then there is migration challenge. The other message, or the EU does matter, positively and negatively, but countries do matter as well. It's not like that countries are, you know, little ships in a sea of globalization. That's not the issue at all. Funnily enough, it's the smaller countries that are most exposed to economic internationalization that do the best job in

terms of welfare policy. So the good news is that active, unsegmented, family-friendly welfare states just do better on all accounts, and the problematic policy legacies of pension biased, male breadwinner defended welfare states- those are the countries that do badly. And they know that they have to change, and I think Portugal in the 1990s was already going in that direction, but now, and the same thing applies to Spain, not Italy, not Greece, but the sad thing is that Spain is now being told, whereas it did part of the good policies in the 1990s and the 2000s, is being told to go back to the 1980s. And that is also politically it's just not acceptable, so you're probably going to see some interesting **neglection** results later on. In **xxx** fiscal **xxx** that we have for these countries undermines budgetary consolidation because it lowers **the fact of the mom back to xxxx**. That's a crisis management lesson. And then **frontloading austerity**, that's the political message, is a breeding ground for xenophobia. Add to this a migration challenge, and you almost know what's going to happen to France in two years time. So at the EU level, my hunch is EU fiscal federalism in unavoidable moving into that direction and social investment can no longer be dismissed as a policy for only when the weather is fine like today. Okay, thanks very much. May I add one more thing that's a personal story? My daughter, for her school she's training for a nurse. She had to give a presentation about what she wanted out of her life, and it said "I want to be a good nurse for children who are very ill, and I want to have a loving family." And if you look at the statistics of what Europeans want, and I think this again applies to Brazil my hunch would be, is that exactly that's what they want. They want a decent job, they want to raise a family, on average people want 2.3 family. The effective fertility rate in Europe is 1.6. Yeah, I know Brazil has a similar problem, but it's much higher in the Nordic countries, and it's 1.1 in Spain, so you can see. So she wants a decent job, and she wants to have a loving family. The only thing that she forgot, I mean, she's seventeen, is that she also wants to have a good education for the children because that's also what comes out. I mean that's so common sense, and then you, when you think about these aspirations, and you think about what do we as the policy architects think about in order to meet those aspirations? It's not such a difficult job.

Segundo Áudio

I think you put a lot of very difficult questions on the table, but let me just try to say a few words, and beginning with giving my political collar to it because I'm a, coming from Europe, I'm a social democratic, a reformist social democrat which means that I believe in incremental but transformative change, so it doesn't have to be a revolution per-se. And then, one of the fundamental issues that is in this room in many of the questions is really about what is the relationship between capitalism and the welfare state? Is there a contradiction, or are the two indispensable? Do they belong together? Well, the thing is that, I mean if you read Marx or maybe even **Pickety**, you would say there's a contradiction, but if we look around the globe, we have to admit they are indispensable, so there is something wrong with the theory and the practice, and we haven't developed the right theory with the practice. But then another issue that was brought up in the audience was very much like if you don't fight for it, it's never going to happen. I mean, people who were elected in the post-war era in let's say the UK, they were elected on the basis that they promised, they promised pensions. But nobody knew what a pension would look like, and could you really have a basic pension, basic healthcare? Well, you know, we just had a war and a great depression. We have to try something else, so being elected on that promise,

not knowing what to do invited politicians to get in the **Cannes** and the **Beverage** to work. You know, people wanted a pension. How can do that? Well, maybe we can try this, maybe we can try that, so it's very sort of experimentalist how that sort of developed. And then, God forbid, it worked, and people thought, "Wow." And then, you get very committed to this thing, so once you want to changes pensions that becomes very difficult to do because everybody thinks, "Well, these are more pensions." So, there is a contradiction somewhere, but functionally they're indispensable. The way you just used these two nice figures about post-text **xxx coefficient** and before-text **xxxx coefficient** tells the story. You know, there's a drop in Denmark from 0.5 to 0.3 and Brazil stays at 0.5, and yes, that is the structure of the state. That does it- the tax system, everything. And something that goes beyond that, I mean Denmark is part of the top ten most competitive economies in the world together with Finland, Sweden, Germany, and the Netherlands. They're all well-functioning welfare states and even better functioning economies, so what's the contradiction here really? So, let me just pick up on another few things. I mean, again, we have the same debate on solidarity: yes or no, individualization: yes or no, and it's a very difficult debate. My own experience coming from a **solidaristic** background is that my students don't really care about that discourse. But if I tell them, if I show them the statistics- what do you as young people want out of your life? They said family, good education, children, basic healthcare, all these things become very important, not as a **solidaristic** thing, but that is something that is more or less taken for granted, but thinking that they really, really very important. And then we do the analysis. We look across the world and say okay, where can they reach these aspirations? And then, all of a sudden, there's massive differences across the world, and it's not through a **solidaristic** discourse that they get engaged in politics. They get engaged in politics by gee, why is that Spanish women cannot have the number of children they want to have? Why is it that they can't work enough? Why is it that they have to stop working, if they work, without having children at age fifty to take care of the frail elderly? Then, all of a sudden, it starts to make a political resonance, and they may want to go out and do something about it. So this is my humble experience by interaction with students every day. I'm sure I missed a lot of very important questions. Maybe we can come back to that, but these are the few things that I wanted to say. Thank you.

PAULO HENRIQUE RODRIGUES

Eu queria começar pela última fala da Lena Lavinas. Eu acho que ela traz uma série de elementos importantíssimos para caracterizar esse processo recente do desenvolvimento brasileiro, e não só brasileiro mas latino-americano. Eu queria colocar uma questão aqui que me parece que decorre de um modelo que começou a ser imposto a partir da crise da dívida. A crise da dívida montada no final dos anos 79 e montada, ao meu ver, intencionalmente, levou à imposição de um modelo que é esse modelo. Nós passamos a ser, em primeiro lugar, exportadores de commodities, num país que tinha feito 50 anos de substituição de importações, montou um parque industrial invejável. Só para não ir longe, somos um dos poucos exportadores de avião no mundo ainda. Passando a ser importador. Na área de

saúde então é alucinado o nosso déficit externo em relação a medicamentos e fármaco nós somos, embora um dos maiores mercados do mundo, um importador gigantesco. Então, nós temos um modelo que se impôs e se consolida... começa a se impor claramente, ao meu ver, a partir de Collor de Mello, se consolida em Fernando Henrique e é mantido. No entanto, me parece que esse modelo chegou ao seu limite. Mais ou menos como a aventura das hipotecas nos Estados Unidos, chegou ao seu limite em 2008. Levou à crise que nós estamos vivendo agora. Ou seja, esse modelo baseado no consumo, ele mostrou seu limite lá fora e me parece que aqui nós atingimos o limite dele. Essa era uma das questões que eu queria colocar. Parece que isso tem uma importância extraordinária, ou seja, nós estamos fazendo esse debate num momento de uma crise de um modelo imposto que já dura décadas no Brasil. Eu queria chamar a atenção, eu tenho insistido nisso, que ele vai junto uma crise de um outro modelo imposto ao Brasil que é do sistema político eleitoral que é imposto também num período muito próximo, um pouco antes, no final da ditadura, com as duas reformas de 77 e 79 que montou um sistema político que é desproporcional favorecendo as áreas mais atrasadas do Brasil o que favoreceu a manutenção e o fortalecimento dos setores mais atrasados da política brasileira, que impôs um presidencialismo de coalizão que obriga uma negociação brutal de cargos, ministérios e de emendas parlamentares, o orçamento é capturado e não tem mais investimentos na tese, o orçamento é totalmente capturado por interesses paroquiais. Me parece que esses dois modelos entraram em crise simultaneamente no Brasil, seja quem estiver no governo vai ser prisioneiro desse modelo, não vai ter capacidade de governar e esgotou-se o modelo econômico que gerou uma série não só de ilusões mas que não pode, como a Lena falou, ele podia ter sido... quer dizer, nos anos 2000 nós tivemos a chance de alterar. A esquerda no poder teve a grande chance de alterar e não fez. Nós estamos agora com um desafio imenso de dar essa mudança econômica e da mudança política. Sem mudança política, sem mudança no sistema, eu temo... Recentemente, nós estávamos num debate promovido por alunos, eu e o José Maurício, e estava tratando dessa questão. Eu acho que a gente está numa crise dupla de grande porte que é uma crise mais de Estado do que de Governo. É uma crise mais estrutural do que conjuntural embora ela tenha aspectos conjunturais. Não vejo solução breve, mas, ao mesmo tempo, ela traz os desafios para solucioná-la exigem que a gente vá além na definição de política. Nós vamos ter que, ao mesmo tempo, não é o centro do nosso debate, mas como a Lena levantou, é entrar numa discussão de que modelo econômico vai ser necessário para o país, esse modelo foi gerador de emprego de baixo salário. Nós crescemos muito no setor de serviço, mas não é um setor de serviço moderno como ocorreu nos países centrais. É o crescimento do serviço não só de baixo salário, mas baixíssima tecnologia, baixíssima necessidade inclusive de capacitação da mão de obra. Esse modelo não vai longe e esse modelo é incapaz de gerar recursos para financiar política social que é o tema central da gente. Então a gente tem um desafio que está no terreno econômico e tem o desafio do terreno social. Eu estou inteiramente com o que a Lena levantou em relação a característica das políticas sociais recentes no Brasil que se elas tiveram o mérito de reduzir miséria, e tiveram isso, nós não podemos de forma alguma deixar de reconhecer, elas fazem parte de um modelo. Um modelo construído na base da economia do Milton Friedman, defendido pelos mesmos órgãos que estavam impondo o ajuste estrutural dos países endividados, começou lá no México com o nome de “Comunidade Solidária”, foi importado para o Brasil pela D. Ruth com o mesmíssimo nome, depois foi transformado em PBF. Nós vamos precisar ir além desse modelo, muito além. Nós não podemos abandonar as políticas

desse tipo, mas nós temos que inverter esse modelo. Inverter em que sentido? Não é suficiente meramente você distribuir... uma política que redistribua o mínimo. É necessário a gente enfrentar os grandes problemas que perpetuam a pobreza. Então, nós vamos ter que investir em políticas sociais que mexam fundamentalmente com educação. Para mexer com a educação, além de mexer com o problema de mercado, que é outra questão, que a Lena levantou muito bem, que as políticas educacionais dos últimos governos começou lá com o Fernando Henrique quando ele permitiu inclusive investimento com a participação de empresas lucrativas no ensino universitário, isso foi aprovado no governo dele, foi uma iniciativa dos tucanos, mas foi mantida e cresceu nos governos petistas. Mas, mais do que isso, nós vamos precisar dar condições para que a população pobre, ao entrar no sistema... Nós conseguimos universalizar a educação fundamental ultimamente, mas o grande problema é que o aproveitamento escolar da população pobre no Brasil, como no resto do mundo, é menor do que as classes médias e o pessoal mais rico. Por que isso? Porque não há condições de mover capacidade cognitiva. Não se desenvolve capacidade cognitiva sem livro em casa, sem apoio da família, sem estímulo. Isso se faz nos primeiros anos de vida. Para isso tem que ter política pública. Aí o exemplo europeu, o que a Dinamarca puxou lá nos anos 80 foi fundamental. Eles viraram o jogo. E foram acusados pelo neoliberalismo de estar gastando demais numa política social. Os dinamarqueses mostraram que, na verdade, o gastar em creche de qualidade pública e universal de qualidade que melhorava a capacidade de aproveitamento escolar melhorava a capacidade dos pobres no sistema educacional significava uma possibilidade de arrecadação fiscal muito maior no futuro. E eles provaram isso com números. Quer dizer, gasta 2% para ganhar 4%. Mas não é só política de creche. Tem que ter política de apoio à maternidade porque a mulher, quando vai ter filho, ela não trabalha porque ela não tem apoio, não tem leis que favoreçam a inserção no mercado nem tem creche para botar o filho. Então, nós vamos ter que ter políticas que avancem no sentido de apoiar a maternidade e isso é um aspecto fundamental. Quando a mulher não trabalha porque ela está cuidando do filho pequeno, ela deixa de pagar imposto. E quando ela volta para o mercado de trabalho, o que que acontece? Ela volta por baixo. Ela volta numa condição inferior às mulheres que continuaram no mercado de trabalho e prosseguiram em carreira, prosseguiram num sistema educacional. Então, a mulher é discriminada no Brasil. Assim como a juventude é discriminada, nós não temos políticas adequadas, a mulher é discriminada ainda pelas políticas sociais brasileiras. Os desafios brasileiros nesse sentido eu acho que tem muito a ver com os desafios colocados pelo Anton aqui. O que está colocado hoje no Brasil é um desafio muito grande, me parece. Porque eu acho que a gente está diante desses limites do modelo imposto. Me parece que nós atingimos o limite. Nós vamos ter que ser capazes de definir um novo modelo econômico e novas políticas sociais capazes de enfrentarem isso. Me parece que esses dois pontos acabam se tocando muito bem. Então, o exemplo europeu que foi feito também na contramão quando a Dinamarca que foi pioneira nisso começou a mexer com esse tipo de política ela sofreu o mesmo enfrentamento ideológico que nós sofremos aqui na construção do SUS, nas construção das políticas sociais universais. Nós vamos ter que caminhar e aí por isso que eu acho que é um aprendizado importante, caminhar no sentido do redesenho dessas políticas.

PAULO HENRIQUE RODRIGUES

No fim do regime militar, quando se esgotou o modelo nacional desenvolvimentista houve pelo menos a capacidade de uma união em torno de um projeto de políticas universais baseado no direito e que permitiu a redução da miséria no Brasil. Permitiram a redução da desigualdade no Brasil que foi um fato histórico e fundamental. Nós estamos diante de um desafio me parece que ainda maior do que naquela época. Naquela época estava se impondo um modelo econômico novo que foi profundamente infeliz. Um modelo econômico que só teve fôlego nos anos 2000 quando houve a explosão do valor das commodities. Ele acabou. O modelo baseado no consumo e no crédito acabou porque nós estamos tendo um crescimento do desemprego, uma redução de salário e não temos um cenário favorável para a reversão disso tão cedo sem um novo modelo econômico. Então, os desafios colocados são gigantescos. Me parece que a gente vai ter que juntar o pensamento da mudança econômica com a mudança social. E a mudança social não vai se fazer meramente com políticas compensatórias. É essa questão que eu quero chamar a atenção. Nós vamos ter que avançar em políticas de ativação social, políticas de investimento social, políticas que capacitem a população e a população mais pobre. Isso vai ser fundamental para transformar não só as condições de vida dessa população mas para ajudar a transformar o próprio modelo econômico. Do contrário, nós não vamos. Nós não temos sequer mão de obra para um política econômica diferente da que a gente está tendo hoje. Esses dois aspectos estão intimamente ligados. Não é um desafio pequeno. São desafios enormes. Eu acho que esse debate aqui começa a trazer pelo menos as questões que precisam ser enfrentadas e, a partir daí, nós somos... eu sou de uma organização que é militante, o CEBs é uma organização principalmente de luta política em torno da defesa do direito, à saúde, direito universal à saúde, não só das políticas sociais como um todo, mas com o foco na saúde. Nós vamos ter que nos colocar nisso não só na perspectiva teórica mas também numa perspectiva de militância de construção dessa unidade. São esses pontos que eu queria trazer.

LENAURA LOBATO

Essa ideia de uma associação de cidadãos e a ideia da cidadania ela é estrutural, já que é para a gente falar de estrutura, ela é estrutural a prol do desenvolvimento da saúde, do direito universal e da política social brasileira. Então, a característica diferencial da política social na nossa leitura, no caso brasileiro, na nossa leitura eu diria que a literatura indica isso, mas eu acho que no nosso caso a gente levou isso a ferro e fogo, foi tratar a política social desde o ponto de vista político. Político não só militante como político

institucional. E a história do direito universal à saúde está menos relacionada à questão econômica e muito mais relacionada à questão política. Desde lá da década de 70, a conjuntura absolutamente desfavorável às condições, as políticas pregressas, a história da constituição do sistema de saúde brasileiro era totalmente desfavorável ao que foi construído na década de 80. E quando a gente costuma a falar, a gente começa a falar da década de 80, dos movimentos sociais mas antes disso teve uma construção teórica sobre a saúde. E a saúde vista como política social. E a saúde vista como política social, e eu acho que essa é fundamental, incorpora a política social não como resultado do capitalismo. Esse é um elemento fundamental para a gente tratar da política social. A política social é intrínseca ao capitalismo. Não existe capitalismo sem política social. Desde sempre. O Welfare é uma forma de política social, uma forma estado dada em condições específicas de emergência e desenvolvimento com características específicas também de um conjunto de países e situações. A política social ela faz parte do capitalismo. Ela não é resultado de alguma coisa. Então, este é o primeiro elemento que eu queria chamar a atenção. E foi assim a construção da ideia de saúde pública universal, começou lá com uma crítica, com a leitura da reprodução social da medicina no capitalismo. Nós construímos essa noção de cidadania que foi, inclusive, a noção de medicina social e de saúde coletiva. Só tem no Brasil. A América Latina inteira construiu a noção de medicina social. Nós construímos a noção de saúde coletiva. Ela tinha um outro viés. O viés que incorporava intrinsecamente a noção da política e a noção da cidadania. Isso gerou o quê? Uma opção, uma direção política que valorizou bastante a institucionalidade. Para o bem e para o mal a gente construiu uma institucionalidade extremamente robusta. Então, em conjunturas absolutamente favoráveis, a gente construiu o direito universal à saúde, construímos um sistema universal, o único país fora a Costa Rica, mas de dimensões continentais como o Brasil que construiu na década de 80 o sistema público universal de saúde. Só nós. Deu também no que deu, mas enfim... Nesse sentido eu estou brincando, mas a ideia da construção de uma estrutura de cidadania. Essa leitura é uma leitura própria, é uma leitura, do meu ponto de vista, extremamente avançada e progressista da política social, ou seja, nós subsumimos a economia num determinado momento. Fizemos uma leitura política da política social.

LENAURA LOBATO

É construir juntos essa noção de direito e cidadania. Essa noção de direito e cidadania jamais tinha sido colocada como tal em nenhuma constituição brasileira. Então, essa noção que a Sonia fala de constitucionalização, que é a incorporação do direito ao mecanismo inconstitucional, só vão fazer isso em 88. Dá uma passada em todas as outras constituições anteriores. O cidadão brasileiro era aquele nascido no Brasil. Não era nenhum cidadão constituído de direito. Nós criamos isso muito recentemente exatamente porque fizemos essa leitura da política social para além e contra, eventualmente, à própria nação econômica porque nós construímos isso na década de 80, que era de crise. Entramos

totalmente numa situação absolutamente desfavorável. Então, esse era um primeiro elemento que eu queria levantar um pouco para chamar a atenção desse aspecto da política na política social e que eu acho que é isso que, principalmente, nos favorece, é isso que fortalece tanto teoricamente quanto politicamente. Então, essa ideia do exemplo, por exemplo, do Welfare que a gente trouxe de forma muito forte, na verdade, nós não tínhamos nada das condições de emergência do Welfare. Quando nós construímos o sistema universal, não tínhamos nada. Nós não tínhamos pacto entre classes, nós não tínhamos democracia, nós não tínhamos associação da... a política social já não era um elemento de desenvolvimento econômico. Nós não tínhamos nenhuma daquelas condições de emergência dos chamados Welfare. Nós trouxemos o quê? Nós trouxemos a ideia de construção do estar e bem estar. Nós trouxemos essa ideia de construção de estar e transformamos isso já com essa noção forte da cidadania social que o Welfare nos ensinou. E eu acho que essa é a construção mais importante e continua sendo a lição mais importante e portanto eu acho que tem que falar do elemento político. Eu acho que a saída é por aí.

Na Constituição de 88 então a gente consegue criar essa institucionalidade e em alguma medida a gente cria um estado de bem estar social relativamente robusto. Nós criamos burocracias nacionais, sistemas nacionais robustos. Hoje nós temos um sistema único de saúde e temos um sistema único de assistência social que é um dos mais avançados do mundo. A gente membro da saúde pouco conhece o da assistência social, que é um dos sistemas extremamente avançados. Avançado em termos de concepção da assistência. Num país onde a traição da assistência foi de intermediação política e clientelista é óbvio que permanece sendo em muita medida mas nós construímos a presença do Estado na prestação de assistência social à população. Um sistema nacional, descentralizado, com burocracias relativamente sólidas, vamos dizer assim. Nós tivemos essa capacidade. Incluímos direitos como moradia que incluímos depois na constituição que é um dos nossos nós eu acho importantes. Talvez porque nós não tivemos um pacto de classe necessário, nós incluímos o quê? Incluímos a participação popular, participação social na estrutura desse sistema. Essa foi a nossa saída para a ausência de pacto de classes para a construção do Estado de bem estar social e para a expansão do Estado na área social. Então, botamos a participação social dentro Estado. Obviamente, com inúmeros problemas que ela tem hoje, mas nós construímos isso e construímos isso na estrutura de incentivo do próprio Estado. A prefeitura que não tiver um conselho de saúde, um conselho de assistência, ela não consegue dinheiro federal que é um dos elementos principais de manutenção dos recursos de grande parte das prefeituras brasileiras. Nós introduzimos essa contradição, nós não resolvemos o problema. Nós institucionalizamos esse... levamos para dentro do Estado esse conflito de ausência e do deficit de participação e de inclusão dos setores populares. Então, eu acho que esse foi o outro aspecto importante.

Os problemas hoje estão em números e a gente pode falar deles. A fala dos dois colegas foi brilhante, eles me ensinaram bastante. Eu queria colocar como temas para debate primeiro a ideia de o que que a gente considera paralelamente ao que a Lena coloca da financeirização e ao que o Anton coloca de necessidade de investimento desse novo enfoque de investimento social olhando para o Brasil. Estou falando aqui da nossa realidade específica. O que que nós construímos com essa institucionalidade além de direitos eventualmente precários, um pouco desqualificados, insuficientes, mas o que que a gente construiu? Será que nós construímos uma sociabilidade de direitos e de cidadania de alguma

forma? Eu acho que sim. Ela não está dada, ela não é definitiva, ela não é completa. Eu acho que nenhum brasileiro diz hoje assim se perguntar “Você acha que saúde é um direito?” Provavelmente, todo mundo vai responder que saúde é um direito. Isso é um elemento muito forte da sociabilidade de um país. A gente construiu a ideia de necessidade social, coisa que era partilhada, era restrita. Uma trajetória histórica do Brasil é que a pobreza só passa a ser problema lá na década de 60, sei lá. É um problema que ia ser resolvido com o crescimento da economia até a década de 80 e tantos. Hoje, não. Hoje, a gente incorporou a ideia de que nós temos um problema de pobreza. Independe da situação ou do desenvolvimento econômico e fizemos, de alguma forma, um grande programa com todos os problemas que a gente reconhece em relação a isso. Então, nós construímos essa sociabilidade apesar disso? Considerando essa provável sociabilidade, porque aí eu volto ao elemento político, o que o Welfare e os sistemas robustos de política social construíram e podem construir mais é vínculo social. É uma certa responsabilidade social com o outro ou uma responsabilidade social consigo mesmo, com a própria sociedade. Nós construímos isso ou não? Eu acho que esse é um tema importante porque isso subsume um pouco a economia e da qual nós dependemos o tempo inteiro, sem dúvida nenhuma. Temos problemas importantes. Os nossos riscos não são novos, os nossos riscos são velhos. Agregamos os velhos aos novos. Tem alguns elementos além dos que os colegas colocaram e que a Lena colocou dessa desigualdade estrutural absurda, nós temos problemas importantes como, por exemplo, a baixa incorporação da diversidade. O problema da raça é um problema importante ainda no Brasil e eu acho que está sendo tratado de alguma forma mas ainda precariamente. Outro problema que nos coloca em situação totalmente diferente dos países originais do Welfare é a violência. Eu acho que esse é um tema de política social absolutamente estrutural. Como que a gente vai lidar com essa ideia nesse contexto de investimento social, de enfrentar novos riscos sociais e de enfrentar uma sociedade que ganhou mais política social mas, ao mesmo tempo, está se individualizando por esse mecanismo que a Lena colocou de financeirização.

O fato da gente trabalhar políticas sociais, e aí eu estou falando principalmente de Bolsa Família, muito focadas na renda, Bolsa Família, BPC, que é o Benefício de Prestação Continuada, e, de alguma forma, esse certo empobrecimento ou focalização em algumas áreas do próprio SUS e da educação nos setores mais pobres, essa ideia do foco na renda ela talvez seja um elemento de individualização. É importante na medida em que a pobreza passa a ser subsumida também pela renda. Esse é um elemento que é preocupante e desestabiliza um pouco essa construção ainda frágil que a gente fez da política social.

CARLOS OCTÁVIO OCKÉ-REIS

Esse debate sobre política social, desenvolvimento e cidadania, seja no Brasil, seja na América Latina, ela é central hoje na conjuntura, é uma conjuntura marcada por um acirramento da luta de classes mas onde o mundo do trabalho está desorganizado, está desmobilizado, sem teoria e estratégia para resistir ao avanço do conservadorismo no

Estado e na sociedade. Então, esse momento é um momento de construção da unidade das forças progressistas, das forças democráticas e das forças socialistas desse país para resistir ao avanço do conservadorismo no Estado e na sociedade. De modo que esse debate ele é feito num momento histórico extremamente importante da sociedade brasileira.

O centro da conjuntura a meu ver está colocada a questão democrática, a necessidade de retomarmos um ciclo de desenvolvimento e, infelizmente, um pesado ataque aos direitos sociais, um pesado ataque ao direito social à saúde, um ataque direto ao Sistema Único de Saúde que exige a definição de um programa mínimo em defesa do SUS, da democracia e do socialismo. Desse ponto de vista, o PT, partido ao qual eu sou ainda filiado, cometeu um equívoco grave na atual conjuntura histórica. A ausência de discussão sobre um capitalismo de Estado que superasse, no sentido positivo, a herança cepalina, a herança keynesiana, a herança schumpeteriana, para voltar a discutir a necessidade do controle do câmbio, do fortalecimento do investimento público, da universalização das políticas sociais, da reforma tributária, da reforma política, da mobilização da classe trabalhadora e das classes médias em favor de um projeto progressista. Desse ponto de vista, erramos e erramos muito grave. E eu vou voltar a esse ponto em particular ao debate travado por Anton e por Lena. As políticas sociais, a universalização das políticas sociais deveriam ser vistas e deveriam ser encaradas num novo modelo de capitalismo de Estado e, para isso, seria sim importante retomar a discussão da democracia, do marxismo e do socialismo. E nós não tivemos essa capacidade teórica e estratégica. Ficamos nos marcos de um projeto reformista, fraco, e, desse ponto de vista, o André Singer está correto, que nos coloca numa defensiva muito difícil de ser superada, que exige responsabilidades de cada um de nós para construir uma política unitária e defensiva e de acúmulo de força para resistir à ofensiva da direita. Política social hoje mitigaria os efeitos da crise econômica, a política de saúde em particular ela é desconcentradora de renda, ela favorece o aumento da produtividade do trabalho. Marcio, ela é anti-inflacionária, Marcio. A política de saúde, além de tudo isso, ela é anti-inflacionária, gera emprego. Gera emprego, mas para além da questão do fato de ser um mercado intensivo de força de trabalho é anti-inflacionária. Ou seja, a política social universal seria estratégica como ponto um ponto de apoio para a gente retomar o crescimento econômico e retomar o diálogo com a nossa base social. Em contrapartida, você vê um orçamento de 2015 e apiloa 2016 com contingenciamento nas políticas sociais. Um erro.

A questão da carga tributária ela tem uma centralidade hoje fundamental: mudar a composição da carga tributária, desonerar as classes populares e as classes médias hoje oneradas em função de uma carga tributária que incide sobre o trabalho e sobre a produção e tributar... sobre a produção e sobre o consumo e tributar alta renda e patrimônio. O problema é politicamente como viabilizar isso, inclusive como um motor para a retomada do crescimento já que a não tributação de patrimônio e alta renda favorece a financeirização falada aqui por Lena. Ou seja, a meu ver, na atual conjuntura, a universalização, a garantia da universalização das políticas sociais é central para derrotar, para sair dessa defensiva contra o avanço do conservadorismo.

CARLOS OCTÁVIO OCKÉ-REIS

Lena, por outro lado, fala de um outro aspecto ruim, muito ruim nesse governo: foi valorar positivamente o consumo de planos privados de saúde. Seja no plano ideológico seja no sentido de não regular os subsídios destinados a este mercado. E, aqui, portanto, eu faço a minha contribuição do ponto de vista programático para a construção dessa unidade das forças populares, das forças democráticas e socialistas no campo do setor saúde. Não há dúvida, não há dúvida nenhuma em relação à centralidade da questão do financiamento. Até porque boa parte dos problemas de gestão do SUS decorrem desses problemas de financiamento. Em particular, no que se refere aos recursos humanos. Mas tem uma outra agenda que não há acordo entre nós. Não há acordo. Que é a agenda da regulação do mercado de serviços de saúde. Um campo corretamente coloca que a expansão do SUS vai quase que naturalmente, me perdoem se eu estiver fazendo uma interpretação enviesada da defesa desses setores, da clientela da medicina privada no campo da universalização. Eu já defendo que haja uma regulação substantiva desse mercado. A partir do nexo do seguro social. Ou seja, do ponto de vista da nossa agenda é fundamental, a meu ver, colocar necessidades da regulação dos planos empresariais de planos de saúde para reduzir o gasto das famílias e das classes médias com bens de serviços privados de saúde. Me parece que essa é uma agenda fundamental de ser retomada, sob pena do parasitismo do mercado sobre o SUS acabar fortalecendo ainda mais a hegemonia do mercado sobre o SUS ao invés de a gente colocar uma cunha que tenha um caráter de seguro social mas ainda assim mais avançado do atual mix público privado que vem parasitando o SUS, o Estado e o padrão de financiamento público. Que seja uma dupla agenda: uma agenda de fortalecimento do SUS melhorando o financiamento, melhorando a gestão e o controle social, mas também de uma agenda que proponha uma regulação substantiva desse mercado e serviço de saúde em particular dos planos de saúde tendo como eixo a universalidade de um lado e a redução dos gastos das famílias com bens e serviços privados de saúde. São essas as minhas considerações para o simpósio. Eu desejo que a discussão que nós vamos fazer amanhã seja o mais produtiva possível, mas batam os tambores. Unidade, unidade, unidade do campo democrático, do campo popular, do campo socialista para barrar a ofensiva da direita nesse país.

MARCIO POCHMANN

Eu vou desenvolver aqui uma consideração, talvez Anton e Lena possam tratar na sua fala final dialogando com as proporções que foram apresentadas em torno dos desafios da financeirização para os estados de bem estar social.

A consideração que eu quero desenvolver parte do entendimento que o capitalismo produz uma contradição. A contradição do capitalismo é de um lado reconhecer que ele tem sido nos últimos quase 300 anos em que ele se estabelece como modo de produção dominante, tem sido uma máquina de produção e reprodução da desigualdade. A característica do capitalismo é a produção e reprodução da desigualdade. Há várias formas de ver isso. No livro do professor XXXXX (01:57) tem um gráfico, entre outros que também já produziram da desigualdade, que mostra que estamos nós agora no final do século XX início do XXI retomando a desigualdade que é uma marca do capitalismo e que de um determinado período específico e que decorre das duas grandes guerras mundiais e da própria depressão de 29 e o estado de bem estar social, a corte social do pós-guerra que, basicamente, permitiram ao capitalismo apresentar uma desigualdade, um padrão de bem estar reconhecidamente superior. Nós estamos agora no novo normal do capitalismo que é a produção de desigualdade que o retoma às condições existentes do final do século XIX início do século XX. O capitalismo é uma máquina de reprodução da desigualdade. Mas, ao mesmo tempo, ele tem uma contradição porque ele é um modo de produção que revela e explicita a desigualdade diferentemente da servidão da escravidão em que a desigualdade era um fenômeno natural, não gerava, de certa forma, a politização em torno da desigualdade. Tinha reação, rebeliões, mas a desigualdade pela qual se reconhece no capitalismo e é explicitada e é um espaço dentro do capitalismo de grandes embates, conflitos, tensões e ações.

Então, em torno desta contradição eu gostaria de desenvolver em primeiro lugar o estado de bem estar social tal como nós conhecemos ele não é permanente, ele não existia antes no capitalismo. Ele é localizado numa etapa, numa fase do capitalismo. Não ao longo do capitalismo. E ele existiu com uma certa funcionalidade nesse capitalismo. Ele não se apresentou como uma contradição do capitalismo, ele se mostrou funcional. Portanto, é importante, a meu modo de ver, reconhecer que o estado de bem estar social ele está situado numa determinada fase do capitalismo. E que fase é essa? Quais foram os elementos que determinaram a possibilidade de existência em alguns países, em outros não, do estado de bem estar social? Começaria dizendo que está diretamente associado à existência do estado de bem estar social a industrialização. Sem industrialização dificilmente é possível desenvolver o estado de bem estar social. Ou seja, a sociedade agrária dificilmente vai ter um estado de bem estar social porque a questão da desigualdade não se coloca como se apresentou no capitalismo industrial. E não é uma industrialização qualquer, é uma industrialização da Segunda Revolução Industrial no final do século XIX. Da grande empresa. Tivemos industrialização no século XIX e no século XVIII, mas é um tipo diferente de industrialização, Primeira Revolução Industrial. Junto com o progresso técnico que resultou da Segunda Revolução Industrial, nós tivemos uma expansão grandiosa da classe trabalhadora assalariada, que construiu uma consciência de classe, uma certa homogeneidade do ponto de vista do seu papel. Uma expansão inegável da classe média assalariada. De certa maneira destoa da classe média proprietária do século XIX. Portanto,

temos elementos importantes que, de certa maneira, associam a possibilidade de haver o desenvolvimento do estado de bem estar social. Mas nós estamos numa transição? Nós estamos diante de um capitalismo nesse início de século XXI de natureza diferente. Ele não produz as mesmas condições que viabilizaram, ao nosso modo de ver, o desenvolvimento do estado de bem estar social. Nesse sentido, a mudança da natureza do capitalismo se explicita, acredito eu, por dois eixos fundamentais. Um é o próprio tema aqui do debate que é a dominância financeira no processo de acumulação de capital. Isso, na verdade, tenciona com o desenvolvimento capitalista anterior que era de dominação produtiva, industrial. A indústria hoje está subordinada à lógica financeira, como foi muito bem aqui apresentado. Mas tem um outro elemento importante a ser considerado que é a organização das grandes corporações transnacionais que rivaliza e desequilibra o papel dos estados nacionais. Nós estamos vendo as grandes corporações registrarem nos países onde se situam lucros baixos. E, na verdade, são grandes corporações com lucros enormes que aparecem aonde? Nos paraísos fiscais. E isso vai, de certa maneira, comprometendo as próprias bases de financiamento do estado de bem estar social. Um problema fiscal já tratado, desenvolvido pela literatura especializada.

MARCIO POCHMANN

Há uma relação importante, mas inegavelmente, o estado nacional como capacidade de fazer políticas nacionais reduziu bastante se compararmos o que era as possibilidades do estado nacional quando se não tinha essas grandes corporações que a cada ano se transformem em maiores ainda. Um livro recente produzido demonstrou que você tem 850 corporações que dominam a rede da produção mundial. Uma realidade que a gente precisa considerar e que, de certa maneira, não estava colocada no século XX na forma como que ela se apresenta e, obviamente, a concentração de centralização do capital é um fenômeno novo, já foi estudado e etc.

São questões colocadas que eu gostaria, de certa maneira aqui, de expressar, dentro desse novo quadro do capitalismo. Nós estaríamos ao defender o estado de bem estar social, que é defensável, justificável, mas ele é justificável quando você mudou a natureza do capitalismo? Estaríamos como dirigindo um automóvel olhando no retrovisor querendo recuperar do passado e colocar no presente e no futuro? É uma pergunta.

E, por fim, é a questão do Brasil. Eu vejo, na realidade, a construção e o embate que estamos tendo agora em relação ao sistema de proteção social brasileiro, como uma enorme ousadia. Nós construímos um sistema de proteção social, não obstante os problemas que nós todos conhecemos. Mas é uma ousadia porque nós fomos construir um estado de bem estar social a partir dos anos 80 numa fase de desindustrialização do país. Isso é uma ousadia. Condições básicas para a construção do estado de bem estar social, lembrando, é ter industrialização. Quando nós começamos a construir através da Constituição de 88, ali as

suas bases, o SUS, a indústria aqui representava 34% do PIB. Hoje, a indústria representa 9% do PIB. Fizemos uma ação enorme, nós aumentamos o gasto social de 13 para 23% do PIB. Isso é um esforço gigantesco ser feito para viabilizar, sustentar, esse estado de bem estar social cujas condições prévias estavam desmoronando, a industrialização e também a classe trabalhadora. Nós saímos de uma classe trabalhadora que defendia os sistemas públicos por uma transição de um precariado submetido à lógica neoliberal. A lógica do precariado é a lógica do individualismo e da competição. Não obstante uma inclusão social muito mais pelo mercado como se deu nos anos 2000, mas questões feitas a esse segmento que ascendeu social sobretudo economicamente diz que o resultado foi pelo seu próprio esforço. Ele não reconhece, talvez pela carência da politização, que isso foi um esforço coletivo, foi um esforço da política. Nós tínhamos uma classe trabalhadora que defendia o sistema público. Hoje, a organização que nós temos na classe trabalhadora, dado esse novo precariado, está, embora não explicita publicamente, mas é um sindicalismo, é uma estrutura de representação de interesses que se molda cada vez mais nas iniciativas privadas, nos planos de saúde. Qual o sindicato que não tem plano de saúde na sua pauta de negociação coletiva? “Sim, defendemos o SUS! Mas tem o plano de saúde aqui privado para a categoria.” Não pode ficar de fora. E, ao mesmo tempo, nós também estamos perdendo já há algum tempo a aliança, se é que se pode dizer assim, de uma classe média assalariada dada a debilidade da classe média assalariada, o vazio da classe média, a redução da classe média assalariada no Brasil. Se perde a indústria. A indústria é a grande base de produção de uma classe média assalariada. Você tem hoje uma classe média assalariada mais vinculada ao setor público e cada vez menos sob setor privado na grande empresa. E você tem, simultaneamente, o avanço de uma classe proprietária. E faz toda a diferença do ponto de vista ideológico uma classe média assalariada. Um dos elementos de sucesso da política do governo atual é defender o MEI, microempreendedor individual, a defesa das micro e pequenas empresas. Tudo bem. Se é importante, faz. Mas existe uma classe média proprietária cujos os interesses são muito diferentes da classe média assalariada. Não recebe salário, é faturamento. O Estado é visto como um impedimento, tem que pagar imposto. O Estado sempre como o desorganizador. As mudanças, ao meu modo de ver, que são importantes serem consideradas, que colocaram e colocam em cheque a ousadia do estado brasileiro. Nós temos talvez duas possibilidades: uma é essa possibilidade da defesa do estado de bem estar social sabendo que as condições necessárias para a sua existência e desenvolvimento estão cada vez mais frágeis; outra é aceitar que o financiamento desse estado está colocado em cheque e abrir uma profunda discussão, que eu não sei se isso é possível, se é viável politicamente, a respeito do Estado que nós temos porque, a meu modo de ver, é um Estado distante dos desafios dos brasileiros do século XXI. Quero aqui encerrar com um dado das Nações Unidas que revela o Estado que nós temos no Brasil. Comparando a desigualdade primária da renda, a distribuição primária da renda, a distribuição da renda sem a presença do Estado, a distribuição da renda a partir de como ela emerge do mercado, seja patrão, trabalhador, funcionário público, conta própria, etc. Na distribuição primária da renda, o índice Gini do Brasil é 0,51, dados das Nações Unidas. O índice Gini da Dinamarca é 0,54. Ou seja, o capitalismo brasileiro produz uma desigualdade na renda primária inferior a da Dinamarca. Mas o que interessa é a desigualdade da instituição secundária da renda. Ou seja, uma vez existente a renda gerada no mercado o que que é que de fato efetivamente as pessoas tem após a presença do Estado? Após a tributação e a distribuição? O Estado, de maneira geral, é uma espécie de intermediário, ele arrecada de alguns e distribui. O índice

Gini na distribuição secundária da renda, no caso brasileiro, cai de 0,51 para 0,49. Uma certa ação do Estado. Na Dinamarca ele cai de 0,54 para 0,27. Então, eu diria vamos abrir esse Estado, se é possível fazer, uma boa discussão sobre como é que o Estado atua a partir da arrecadação. Porque sabemos, aqui foi dito, é um sistema tributário regressivo, como sabemos, rico não paga imposto. Aliás, o nosso lema podia ser assim “Não quer pagar imposto? Seja rico!” Seja rico que não vai pagar imposto. E outra coisa é como nós fazemos o gasto, o gasto no Brasil. Se diz no Brasil que metade da saúde é financiada pelas famílias e metade pelo Estado. Tenho muitas dúvidas, não é a minha área, inclusive, mas se a gente olhar o papel que tem o Ministério da Fazenda na defesa dos ricos do Brasil é uma coisa impressionante. Os ricos não estão interessados na saúde porque isso aí não diz respeito. Eles tem o Ministério da Fazenda, tem a Secretaria da Receita Federal. O Estado brasileiro é muito forte para cobrar imposto dos pobres mas com os ricos é uma mãe. E se você pega as declarações do Imposto de Renda é uma coisa trágica, os benefícios, no caso dos descontos possíveis no Imposto de Renda para despesas privadas com saúde, com educação, com assistência... Nós vamos entrar nesse tema? Essa é uma questão importante. Eu acredito que devemos entrar. Se é para fazer a discussão então vamos fazer a anatomia geral, não apenas de uma parte. Eu estava olhando os dados e há uma tensão agora contra a CPMF. Aí tem um estudo feito pela própria Secretaria da Receita Federal com base no ano de 1998 olhando 50 bancos as pessoas que pagaram CPMF, que existiu de 1993 a 2007, pegaram os dados de 1998. De cada 4 pessoas que pagaram CPMF, apenas uma declarou Imposto de Renda. É um bom tema para a gente pensar.

THIAGO (cebes São Paulo)

Eu queria questionar vocês, principalmente o Anton, que está vindo da Europa para contribuir com o debate da gente, o seguinte: a gente teve algumas condições que permitiram o estado de bem estar social como o Marcio já colocou lá, condições políticas mesmo que a gente vinha naquele período do pós-guerra. Nós tínhamos do outro lado uma polarização de dois grandes blocos no mundo e eu acho que isso a gente não pode esquecer nunca. Nós tínhamos uma polarização entre o bloco capitalista e o bloco socialista e que isso imprimiu uma dinâmica na luta de classe mundial que tornou possível o estado de bem estar social na Europa também. Por que que eu estou fazendo esse paralelo? Por conta do TiSA, do Trade in Services Agreement, que eu queria que vocês comentassem sobre isso porque hoje no mundo nós não temos essa polarização. A polarização que nós temos no mundo hoje é uma polarização entre um bloco neoliberal hard, vamos dizer assim, e o neodesenvolvimentista aí, ou um social desenvolvimentismo, o que quer que seja, que a gente chame do bloco dos brics ou um bloco que coloque o capitalismo em outra dimensão mas que também entre por dentro desta mesma ordem. E o TiSA vindo e com a notícia que o WikiLeaks vazou de que a própria China está querendo entrar no TiSA também, então, assim, me preocupa porque o TiSA é um tratado internacional para liberalizar o setor de serviços no mundo inteiro. Então, isso é uma das coisas que a gente no cebs São Paulo estava fazendo esse debate lá para o pessoal do movimento sindical e isso vem preocupando

a gente também. Diante dessas condições que o Marcio coloca no final, em tempos de TiSA, quais são as perspectivas de o estado de bem estar social na Europa e no Brasil? E aí, trazer um pouco do elemento XXXXX (11:46) André Singer lançou recentemente um artigo chamado “Cutucando a onça com vara curta”. Eu acho que, às vezes, a gente tem que se perguntar quem é a onça e que vara foi essa? Porque o Singer foi brilhante nesse artigo que ele escreveu, que ele coloca que o ensaio neodesenvolvimentista ou novodesenvolvimentista, ou o que quer que seja, que foi feito no governo Dilma aqui no Brasil ele esbarrou numa reação do outro pólo. E quem é o outro pólo? O professor Cássio Moreira da Federal do Rio Grande do Sul, ele elaborou um estudo recente que ele vem tentando convergir uma tese de que foi em maio e junho de 2013, quando o governo Dilma ele tinha baixado a taxa de juro para o máximo de toda a redemocratização, quando chegou a 7 e pouco, começou a ser torpedeado naquele momento pela mídia tal que a popularidade da Presidente caiu assim vertiginosamente, a taxa de juro volta a crescer e não para mais de crescer como a gente está vendo hoje. Se a gente lembrar disso também, o professor Rodrigo Teixeira da PUC de São Paulo tem um estudo em que ele vai discutir a taxa selic como um bom indicador de qual fração de classe é hegemônica no bloco do poder diante daquele contexto de luta de classe. Então, minha questão para vocês é: quem é o outro pólo, como esse outro pólo está sendo colocado hoje, o que esse outro pólo quer nessa disputa, qual é o interesse desse outro pólo dentro dessa perspectiva? Porque enquanto a gente tem o TiSA internacionalmente, aqui no Brasil a gente abriu para o capital estrangeiro. Nós tivemos aí o Manuel Dias que era cotado há pouco tempo para ser Ministro da Saúde, articulou isso, o governo deu o aval, o ministro foi lá e deu a benção para abrir para o capital estrangeiro. Qual é a perspectiva que nós temos da construção do estado de bem estar social diante desse contexto? E um contexto que eu acredito que seja a dominância da fração bancária e financeira no capitalismo brasileiro.

RONALDO GOMES (especialista em gestão de saúde da Secretaria de Estado de Saúde)

Eu gostaria apenas de assinalar um aspecto que eu acho que é fundamental e do qual pouco se fala na discussão democracia brasileira mesmo e das políticas sociais que é o fato de que, porque nós falamos do Estado, Estado 'assim', Estado 'assado' e, eventualmente, comparamos com razão, não é uma comparação direta, é claro, com estados europeus mas, particularmente, é importante termos claro que o Estado brasileiro ele tem uma estrutura que é única no mundo que é o nosso federalismo trinário com milhares de municípios e essa é uma questão importantíssima na consideração do processo de evolução da democracia brasileira e das políticas sociais. Eu quero apenas chamar atenção para isso, eu acho que essa questão certamente deveria ser amanhã melhor explorada, mas, só para terminar dando um exemplo claro sobre a importância disso, algumas das políticas sociais que mais se defende e serviços sociais e particular que mais se defende, por exemplo, creches, educação infantil, a pensão primária, assistência social, hoje está na mão de 5.568 municípios onde a imensa maioria não tem poderes econômicos, não tem capacidade para implementar isto e está dominado em larga escala também pelos

antigos donos do poder. Porque, na verdade, nós temos também, quando nós estamos no centro da luta, a gente tende um pouco a perder talvez a noção dos ciclos históricos. Na verdade, nós estamos hoje sofrendo as derrotas que começaram a partir da vitória da Constituição de 88 mas, que na verdade, se insere num ciclo longo de domínio do conservadorismo no Brasil. Na verdade, a Constituição de 88 com o fim da ditadura que foi uma transição por cima, uma democratização controlada, a Constituição de 88 ela foi um ápice desse processo. De lá para cá esse conservadorismo, na verdade, tem travado uma dura batalha contra o progresso e tem, na verdade, ganhado em larga escala. Não sempre. Claro que não. Claro que nós temos várias vitórias e temos evoluções importantes na sociedade brasileira. Eu acho que é importante juntarmos esses dois aspectos do ciclo longo da batalha entre conservadorismo e progresso na sociedade brasileira e a questão de que esse ciclo na Constituição de 88 ele teve um aspecto importante que foi a constituição, que foi a implementação desse federalismo trinário com os milhares e milhares de municípios na mão dos quais está grande parte das políticas sociais com todos os problemas associados.

JORNALISTA

Eu queria fazer uma pergunta para a Lena e também para o Anton, a segunda parte da pergunta eu acho que ele vai poder responder melhor. Lena, vendo a sua exposição aqui, eu fiquei com a impressão de que o sistema de Welfare State e depois o neoliberalismo e, finalmente, o regime de valorização financeira, que esse terceiro regime ele é uma síntese dos outros dois. Eu não sei. Eu queria que você falasse sobre isso em que sentido. E aí, comparando um pouco aqui no Brasil com outros países, usando talvez como exemplo Anton a Inglaterra que, apesar de também ter um sistema de saúde muito bom e público e universal, por outro lado, as famílias também são muito endividadas. Isso é um fator importante naquela sociedade. Então, o que que tem de gap entre aqui essa ida para o consumo de massa no Brasil e, por exemplo, na Inglaterra, na Europa. É a questão da heterogeneidade e como é que seria possível transpor isso?

MARIA LUCIA (cebes)

Eu gostei muito da colocação da Lenaura quando recoloca a questão da política na sociedade. Eu fiquei lembrando também que no século XIX quando a gente avançou na política social no fim da Segunda Guerra Mundial, na ditadura militar no Brasil, parece que tinha um mal estar geral na sociedade que fez com que a política, apesar das condições ou

sem as condições econômicas a gente avançou do ponto de vista das políticas sociais. A gente estaria vivendo hoje um outro mal estar geral que permitisse que a política que apesar das condições, de a gente não ter todas as condições econômicas para isso, poderia fazer a gente avançar?

RAPAZ QUE NAO SE IDENTIFICOU

Eu vou quebrar o protocolo e não vou me identificar , vou dizer apenas que eu sou do Nordeste que o contexto de lá é um outro contexto que não os daqui. Eu só queria falar que eu vim de lá, porque é um outro contexto, então a gente precisa estar atento ao contexto. A gente falou sobre os modelos hegemônicos e falamos sobre desafios. Mas, com exceção do Carlos, a gente esqueceu de analisar os sujeitos dessa história. Eu gosto de usar mais a palavra atores do que sujeitos. Será que os sujeitos responsáveis, os sujeitos que são necessários para que haja essa transformação que a gente tanto busca estão contemplados por este discurso? Será que eles estão cientes e, portanto, contemplados por este discurso? Então, como protagonizar essa transformação se não pensamos de fato nos atores dessa transformação? Tendo em vista os vieses do sistema político e basta analisar a conjuntura ao qual a gente está, um Congresso totalmente enfurecido, algoz, voraz, a relação entre o Executivo e o Legislativo, como vamos mudar alguma coisa nesse país se não pensarmos nesses sujeitos? Pensando nisso, será que esses sujeitos, esses atores, que estão aqui nessa sala, quais são as nossas reais contribuições para que essa transformação aconteça? Este discurso produzido aqui tem repercussão no todo? Como é que a gente contribui com a manutenção desse sistema?

RAPAZ QUE NAO SE IDENTIFICOU

Como é que o cebes, a partir desse momento, se reporta a esses atores necessários para que eles tornem-se conscientes e participem dessa luta?

LENA

Eu queria, assim como o Anton, dizer que eu também sou uma reformista. Sobretudo num país onde nós instituímos uma seguridade social, nós criamos instituições que tinham tudo para funcionar porque elas foram reguladas, normatizadas, para funcionar daquela maneira. O sistema público de saúde, o sistema de aposentadorias, o sistema público de assistência social como foi dito aqui. Mas, por que que não funciona? Por que que houve esse desmonte ao qual a gente assistiu? Então, as estruturas estão aí. Eu também seria incrementalista. A gente podia ter tido um governo que finalmente, na contramão do que se passou no início dos anos 90, teria respeitado esse acordo. Não foi porque é uma questão, gente, das elites, do Congresso. Um momento! Vamos pensar na questão do aborto que é uma coisa que diz respeito a todas as mulheres jovens de qualquer background político etc. Os retrocessos que nós tivemos nesse país onde existe um sistema de saúde público para que as mulheres possam fazer aborto em segurança e dentro das regras restritivas que temos, é uma vergonha. O governo Dilma, depois do governo Lula, mas mais ainda, nos fez retroceder. Os argumentos eram 'não podemos brigar com a direita', 'o governo está em risco', 'temos que aceitar'. Nós retrocedemos na luta social por causa deste governo. A luta em torno do orçamento, a luta de classe dá em torno do orçamento. Desde o início do governo Lula retrocesso. Desde o governo Lula nós temos gasto social de uma determinada estrutura sem provisão pública de qualidade. O governo Dilma falou que ia prover crédito para todos. Eu me lembro que eu escrevi um artigo na 'Folha de São Paulo' quando a Dilma se elegeu, falando que finalmente... Não aconteceu nada. Gente, a questão não é essa. A questão é a total falta de compromisso desse governo com a plataforma pela qual ele foi eleito. O problema não são as elites. As elites sempre existiram e sempre existirão e fazem o seu papel. Agora, a criminalização das mulheres que fazem aborto é uma coisa nunca antes vista neste país. Na cadeia. E piorou agora. O problema não é o Cunha. Quem deixou o Cunha chegar aonde chegou? Pelo amor de Deus. Por que nós vamos passar a vida passando a mão na cabeça de todo mundo? Não vai mudar. Nem incrementalmente. Porque para mudar incrementalmente a gente tem que querer que mude. Mas a gente não quer. Porque a gente se alia, porque é o nosso partido, porque não sei o que, porque a gente analisa que a esquerda e a direita... Nós nos tornamos a cada dia mais conservadores nesse país. Não é o Congresso não, gente! Somos nós. Senão, a gente vai achar que o problema é o Congresso. Quem elege o Congresso? Por que que os evangélicos progrediram tanto? Por que que a gente aceita tantos recuos? Em 2013 foi todo mundo para a rua. Quem foi para a rua? A classe média. O que fez o governo? Nada! A Dilma vinha de 2011, 2012, retração do gasto público, investimento destruído, menos 10% queda do investimento público no governo Dilma em 2012. Algum investimento? Alguém assistiu a alguma coisa? Alguém aproveitou a oportunidade de mudanças incrementais? Porque a gente não quer mudança revolucionária, não.

LENA

O ponto é: a gente não avançou? E aí eles criam um modelito de política social que consiste no que? Acesso a mercado financeiro. E aí, agora é o seguinte: corta o seguro desemprego. Quer dizer: o cara ganha o benefício porque ele é funcionário ou porque ele tem um emprego assalariado, as pensões das aposentadas. Ah, não, mulher... todas as mulheres dão golpe, como a gente sabe. Todas as mulheres vão casar com homem rico, como todos nós sabemos, não é mesmo? Todo mundo oportunista. Aí vai e corta a aposentadoria. Corta a aposentadoria, mas espera aí, todo mundo foi pegar crédito consignado. Quer dizer que eu empurro as pessoas para o crédito consignado e depois eu elimino os benefícios sociais? Não, mas espera aí, gente. Calma! Aí eu tenho que ouvir o Joaquim Levy, que está lá não por acaso, porque parece que quem escolheu o Joaquim Levy foi o Espírito Santo. Peraí! Aí o Joaquim Levy está lá e que diz o Joaquim Levy? "Temos que aumentar os impostos dos ricos. A alíquota máxima de imposto de renda é baixa." Peraí! O que que fez o PT 13 anos no poder para mudar essa estrutura tributária? Nada! Então, vamos parar com essa história porque do jeito que está não vai mudar. A gente não fez reforma tributária porque eles não quiseram. Não é a elite e isso e aquilo não. Porque a classe média que está pagando não está satisfeita. Porque rico que tem desconto ilimitado em saúde e que tem que judicializar na justiça para conseguir remédio de 15 mil reais também não está rico não. Não está satisfeito não. Rico está, mas não está satisfeito. Então, quem está satisfeito? Ninguém. Então, o ponto é o seguinte: a gente chegou onde chegou não foi por acaso e foi, sobretudo, pela nossa capacidade de aturar o inaceitável. Se a gente tivesse reagido antes, a gente não estava onde a gente está hoje.

CELIA LESSA KERSTENETSKY

O que eu vou apresentar aqui hoje é uma linha de pesquisa que eu estou começando a tocar agora sobre a questão da sustentabilidade política do estado do bem estar social em face as transformações que essa forma de estado tem passado contemporaneamente. Na verdade, trata-se de uma grande revisão bibliográfica, de teoria e alguma evidência empírica que a gente tem sobre esse tema e, se a gente tiver um pouco de tempo, falar um pouco também de algumas extensões que a gente já andou fazendo do caso brasileiro que é dar uma olhada um pouco na agenda parlamentar das mulheres. Na Câmara Federal, entre 2003 e 2013 e fazer alguma ligação com as políticas de bem estar.

Contra o pano de fundo de transformações na base política dos estados do bem estar social, o artigo examina a hipótese de se as mulheres estariam se movendo para o centro de uma nova coalizão redistributiva de apoio ao novo estado do bem estar social e de investimento social sobre o qual o Anton deve ter dado uma incrível palestra hoje de manhã. Esse processo das mulheres migrarem para o centro de uma nova coalizão distributiva seria, na hipótese, o prolongamento da penetração delas na própria esfera pública notadamente no mercado de trabalho e na arena política, prolongamento este que requer política de investimento social, sobretudo políticas voltadas para a provisão de cuidados externos. Essas políticas de investimento social, por sua vez, são também elementos críticos para a sustentabilidade do estado de bem estar. Então, de um lado, elas facilitam, favorecem a penetração decidida das mulheres na esfera pública e, por outro lado, elas também são elementos importantes na sustentabilidade do próprio estado do bem estar social contemporâneo. Então, basicamente, o que o trabalho faz é revisar argumentos e literatura empírica sobre os passos que levam à formulação completa dessa hipótese e eu concluo que o conjunto de evidências parece corroborar os argumentos. O artigo indica alguns desafios, no entanto, para um estado do bem estar social de investimento social de tipo social democrata.

Eu vou começar falando sobre o estado do bem estar produtivista e a questão da sustentabilidade econômica. A emergência da perspectiva do investimento social ela tem sido considerada como a melhor resposta ao novo conjunto de riscos sociais e fontes de insegurança do bem estar contemporaneamente. Aliados a isso são as questões de envelhecimento populacional, o declínio das taxas de fecundidade, prevaricação do mercado de trabalho. A estratégia dessa nova forma do estado social é transmutar a lógica do gasto numa lógica de investimento. Então você pensa num conjunto de políticas que ao mesmo tempo em que reduzem várias desigualdades sociais, eles também promovem a atividade econômica e aumentam a produtividade agregada. Entre as políticas centrais dessa perspectiva, as políticas que vão me interessar nesse trabalho específico são as políticas de conciliação da vida familiar com o trabalho. Tanto políticas que apoiam a vida familiar e a participação econômica das mulheres.

(ela cita diversos autores estrangeiros e suas publicações literárias)

Em termos de uma perspectiva de investimento, as políticas de conciliação da vida familiar com o trabalho elas facilitam o emprego das mães e possibilitam o aumento daquilo que o XXXXX (05:12) chamou de quantidade e qualidade da população, viabilizam a taxa de fecundidade de níveis de reposição expressando as opções de fecundidade desejada pelas famílias. E, do ponto de vista da qualidade, basicamente, todo o investimento que se faz em

educação, em creches, em educação ao longo de toda a vida que contribuem para aumentar a capacidade produtiva e criativa dessa população. Então, de um lado você garante o crescimento populacional e do outro você está garantindo também uma capacidade produtiva expressiva dessa população. Mas a perspectiva do investimento social ela também advoga a igualdade de gênero e ela está interessada na capacidade das políticas de investimento social de promover igualdade de gênero. Na medida em que melhora o emprego e a produtividade, essa forma nova do estado do bem estar, o estado de investimento social, então contribuiria para a sua própria sustentabilidade econômica. Então é uma visão um pouco diferente da visão do estado do bem estar clássico keynesiano. Uma população não decrescente e produtiva deverá então garantir a base fiscal sólida para financiar políticas redistributivas eficientes desse agora custoso, mais custoso ainda, estado do bem estar. Esta seria a história da sustentabilidade econômica que estaria sendo prometida pela perspectiva do investimento social.

Vamos olhar agora o lado da sustentabilidade política. A gente pode pensar que o mesmo conjunto de políticas que assegurariam a sustentabilidade política do estado, desculpe, econômica do estado social poderia garantir também a sua sustentabilidade política. A premissa maior aqui é que sendo as mulheres as beneficiárias imediatas das políticas de conciliação família-trabalho uma vez que é sobre as mulheres que recaem os cuidados da vida familiar por questões de normas de gênero, as mulheres poderiam ser um bastião político importante de apoio ao estado do investimento social. Qual que é o pano de fundo? O pano de fundo do ponto de vista de um apoio político genérico ao estado do bem estar é justamente a multiplicação de vulnerabilidades que nas últimas décadas tem mostrado ocorrer no mundo todo, a fragmentação do apoio político, portanto, decorrente dessa multiplicação de vulnerabilidade em especial o derretimento, digamos assim, das bases políticas clássicas de apoio do estado do bem estar notadamente o operariado industrial. Hoje a gente tem um processo de desindustrialização. Você olha os trabalhadores industriais eles são um conjunto bastante heterogêneo de situações, de contratos de trabalho diferenciados. Pensar a solidariedade entre esses diferentes subgrupos que hoje compõem a força de trabalho industrial é um desafio cada vez maior. Além disso, os processos de terceirização da economia, o aumento do setor de serviços tornam mais complicada ainda a formação dessa base. Esse inchaço multiplicou a heterogeneidade de condições de situações de trabalhadores. O próprio setor de serviço é um setor extremamente polarizado, dificilmente você consegue imaginar situações naturais de solidariedade, tem que entrar no low end high end desse setor. Uma forte concorrência de mercado com a globalização, crescente heterogeneidade, todas essas coisas estão associadas também ao enfraquecimento dos sindicatos. Na medida em que a perspectiva do desenvolvimento social se apresenta como equação nas novas necessidades sociais ao que eu me referi inicialmente e as políticas de conciliação da vida familiar com o trabalho elas se destacam no conjunto das políticas de investimento social, o fato delas serem centradas nas mulheres pode fazer delas um ponto de atração para o eleitorado feminino. E ao passo que as mulheres, apesar de não serem um contingente homogêneo de eleitores, não são mesmo, parece plausível que por conta de diferenças de gênero, que são os papéis socialmente atribuídos aos diferentes sexos, o grau de heterogeneidade entre mulheres e homens é maior do que entre as mulheres no que se refere a prioridade a políticas relativas ao cuidado. Na medida em que as mulheres estão entrando com força no mercado de

trabalho a questão do cuidado e outros obstáculos ao emprego se tornam preocupações objetivas para elas. Como parceiras dos homens na sustentação financeira das famílias, as mulheres passam a contestar o substrato objetivo das normas de cuidados tradicionais, ou seja, agora já não vale mais aquele contrato intrafamiliar implícito do homem é o provedor e a mulher cuidadora.

Politicamente, várias conseqüências parecem plausíveis. Vou fazer uma lista das conseqüências e depois eu vou apresentar o que a evidência empírica da minha revisão da literatura me mostrou. Deve haver um alinhamento de prioridades entre as mulheres políticas e as eleitoras; as mulheres precisariam de mulheres representantes na arena política e, de modo geral, mulheres políticas, para que suas perspectivas e reivindicações sejam levadas à esfera política; as políticas de bem estar orientadas às mulheres, dentre elas as políticas de conciliação, figuram entre as prioridades das mulheres. Depois a gente vai ver como é que elas se mostraram na realidade a partir dos trabalhos empíricos. Na medida em que partidos de esquerda são os que tradicionalmente advogam essas políticas, as mulheres votariam mais neles numa proporção maior do que os homens; pode haver uma oportunidade para uma aliança política gênero-idade ao nível do eleitorado entre os idosos carentes de cuidados e as mulheres cuidadoras trabalhadoras. Então, essas foram algumas hipóteses que, logicamente, se extraíram desse quadro, desse diagnóstico geral que eu coloquei.

Dando uma olhada nesses trabalhos empíricos no levantamento que eu fiz, foi um levantamento enorme, mas, obviamente, está longe de ser exaustivo, porque há uma verdadeira indústria de produção de trabalhos nessa área, eu pude constatar o seguinte: a literatura empírica ela é prolífica, vem crescendo a partir dos anos 90. As origens remontam a uma literatura do estado do bem estar e literatura feminista, o trabalho da XXXXX (11:38) em 1987 é uma referência aqui importante. A coisa começa com uma discussão clássica sobre representação da Hanna Pitkin e que analistas feministas tomaram da Hanna Pitkin as categorias de representação descritiva e substantiva para assinalar o fato de mulheres serem representadas por mulheres ser algo importante para que seus interesses e prioridades substantivas sejam de fato avançadas nas esferas representativas do sistema político. Alguns acreditavam nessa hipótese, outros não e vários trabalhos empíricos mostraram, pelo menos até agora, que essa hipótese ela se verifica. Essa crença então tem sido substantiada por um conjunto expressivo de trabalhos empíricos e a evidência não se restringe aos países desenvolvidos. Há evidências da América Latina, para a Índia, para a África subsaariana.

Outro conjunto de estudos tem enfatizado, além dessa ideia da necessidade de mulher ser representada por mulher para que suas perspectivas específicas sejam de fato representadas na arena política, outro conjunto de estudos tem enfatizado a necessidade de uma massa crítica de mulheres para que o gênero faça de fato diferença nos corpos políticos representativos. Algo em torno de 25 a 30% de membros do parlamento, ainda que alguns estudos sugiram que mesmo com níveis de representação simbólicos a presença das mulheres ainda assim ela pode ser substantivamente sentida. A gente não encontrou esse resultado para o Brasil. E apesar de serem os partidos à esquerda do espectro político os que usualmente avançam esses interesses das mulheres e perspectivas, permanece uma perceptível diferença de prioridades entre homens e mulheres políticos dentro de um

mesmo partido quando controladas por várias outras fontes de variação, indicando que o gênero realmente importa. Empiricamente, que interesses são esses? Esses interesses parecem orbitar em torno de questões de bem estar e direitos das mulheres. Em geral, então, as mulheres políticas representantes principalmente de um eleitorado feminino estão lá no parlamento defendendo questões relativas a bem estar e direitos de mulheres. Há evidência substancial de saliência de questões de bem estar variando desde apoio à educação, saúde, desenvolvimento infantil, políticas de família a direitos das mulheres em geral seja para o mundo desenvolvido, seja para o menos desenvolvido.

Ao longo das últimas três décadas os interesses das mulheres tem se concentrado crescentemente nas políticas de conciliação da vida familiar e o trabalho. Então, não é só aquele apoio genérico a todo tipo de política de bem estar mas está aparecendo cada vez mais, sobretudo a partir dos anos 80, e isso não é gratuito, porque a partir dos anos 70 realmente a participação econômica das mulheres aumenta significativamente, então esse interesse tem se concentrado nas políticas de conciliação da vida familiar com o trabalho com alguma coincidência com perspectivas

de igualdade de gêneros, ou seja, chamando a atenção aqui que não é sinônimo, a advocacia das políticas de conciliação família-trabalho não é idêntico à advocacia da igualdade de gênero. Enquanto o sufrágio feminino de movimentos de mulheres são amplamente percebidos como importantes disparadores políticos do gasto social no pós-guerra e a expressão emblemática disso é a introdução de políticas de família em muitos países, a crescente participação política feminina através do voto e da representação nas últimas décadas tem sido positivamente associada com o aumento do gasto social desse específico tipo de investimento social e também com a expansão das taxas de cobertura de creches e licenças parentais. A hipótese sobre o alinhamento de prioridades entre mulheres políticas e a massa do eleitorado feminino também tem sido confirmada em vários trabalhos empíricos. Uma razão para a aceleração da participação política das mulheres que se dá a partir dos anos 80 e seu deslocamento em relação a preferências... *(esqueceu de dizer algo)* Além do alinhamento, eu preciso dizer também que as mulheres tradicionalmente eleitoras conservadoras começaram a se deslocar a partir dos anos 80 para a esquerda chegando a superar os homens em suas preferências por partidos de esquerda. Isso nos países desenvolvidos apenas. Aparentemente, um fator de aceleração da participação política das mulheres e de seu deslocamento em direção a preferências não conservadoras, teria sido incremento de sua participação econômica, sua entrada no mercado de trabalho, a partir dos anos 70 como vários estudos indicam. Nesse sentido, necessidades urgentes e intensas inclinaram as mulheres a pressionar por serviços sociais, desse modo, configurando um novo grupo de interesse ao qual as mulheres políticas, aquelas no parlamento, responderam com destaque. De fato, crescentes taxas de participação econômica foram secundadas por crescente participação política e esta, por sua vez, se associou à crescente XXXXX (16:35) social em muitos países desenvolvidos inclusive de tipo universalista.

A preferência das mulheres. O que que querem as mulheres? É uma pergunta que a gente não pode passar batido por ela. Tem uma discussão interessante que se dá quando há um encontro entre a literatura dos regimes de bem estar com o feminismo simpático ao Welfare State. Esse, digamos, casamento deu à luz a compreensão de uma variedade de regimes de cuidado no mundo. Em cada país, regime, a forma como cada país representava

a crise dos cuidados, isto é, o aumento da demanda de cuidados, o esvaziamento da oferta de cuidados das famílias, a forma como que cada país interpretava isso e o cardápio de respostas que dava isso era em cada país mediado por fatores religiosos, culturais, da arquitetura do estado do bem estar e pelos discursos públicos dominantes. Ou seja, não foi uma resposta homogênea. Alguns se aproximaram mais das questões atinentes à equidade de gênero, outros menos. Três distintos regimes de cuidado foram identificados em gradiente de perspectivas que vão de mais maternalistas, ou seja, preocupados mais com o bem estar do dependente e o papel de mãe, há perspectivas cegas a gênero, há outras que são mais equalizadoras de gênero. Segundo cada um desses conjuntos de política reforça o papel tradicional de gênero, se abstém de intervir na divisão doméstica do trabalho ou então estimule uma divisão igual de trabalho pago e não pago dentro das famílias. Empiricamente, o que que a gente sabe sobre a conexão entre o desenho do estado do bem estar e os resultados de gênero? Provisão de creches e licenças parentais em vários trabalhos aparecem positivamente associadas à presença das mulheres no mercado de trabalho. Dos três regimes de cuidados aquele que proporciona a melhor divisão sexual do trabalho doméstico é o regime nórdico social democrata que é não familista. Trabalho recente da XXXXX (19:00) mostra que a simetria na alocação do trabalho doméstico entre homens e mulheres é alcançada via dois tipos de intervenção: uma intervenção que afeta valores tipo a educação e outros tipos de política e outra que afeta o exercício dessas normas, essencialmente as creches e as políticas de alívio à pobreza. Salário mais elevados para as mães estão associados à presença de creches e licenças parentais. Desse modo, regimes de estado do bem estar parecem fazer a diferença quando se trata de resultados de gênero mesmo que não esteja claro em que medida os regimes estão formando preferências ou meramente refletindo certas visões culturais já preexistentes.

Eu vou apresentar alguns paradoxos que essa nova perspectiva do investimento social e esses dois ramos dela, o ramo sustentabilidade econômica e o ramo sustentabilidade política, de certo modo produzem e acho que estimulam questões para a gente.

Uma primeira questão que me aparece é como que uma perspectiva produtivista se concilia com a perspectiva da justiça social? Um pouco o que esse tipo de solução para esse paradoxo que a perspectiva do investimento social promete, a ideia de que é possível você aumentar a produtividade agregada usando a igualdade como insumo e tendo a igualdade como resultado. Outro aparente paradoxo que se a gente se concentra no que eu estou propondo que é olhar o núcleo da XXXXX (20:25) como sendo as políticas de conciliação da família com o trabalho é a questão de como é que interesses de um grupo se encontram alinhados com interesses abrangentes. Como que atendendo especificamente às necessidades das mulheres que podem ter a sua liberdade de escolha diminuída pela ausência de serviços externos, como atendendo a esse grupo eu acabo de alguma forma atendendo a interesses muito mais abrangentes do que os interesses desse grupo? Porque, por exemplo, o investimento em creches todo mundo sabe que é um desenvolvimento multifuncional. Se é um investimento feito dentro da linha lá pelo regime social democrata, o objetivo exclusivo não é só aumentar a participação econômica das mulheres. Há vários objetivos que você quer atingir com isso. Entre eles você também quer estar olhando para o desenvolvimento infantil, para o estímulo de habilidades cognitivas das crianças, você também está olhando para a questão da interrupção da transmissão da desigualdade entre

gerações. Quando você coloca crianças de diferentes backgrounds sociais dentro de uma creche de qualidade e etc, a ideia que você está tentando de alguma forma cortar um pouco a transmissão da desigualdade da geração mais velha para as crianças, as crianças partindo de um ponto de partida mais equilibrado. Então, a política de creches ela é multifuncional. Então, é interessante que ao mesmo tempo em que ela atrai especificamente um eleitorado por interesses imediatos, ela transborda para interesses mais abrangentes e universais.

O outro aparente paradoxo é o paradoxo também da questão de como é que uma política de poder pode promover agendas mais ideológicas. Isso aqui é um caso que eu não mencionei mas que está no paper, que essas políticas uma vez que elas tem se mostrado campeões eleitorais, essas políticas de conciliação e elas são, em geral, inicialmente defendidas por partidos de esquerda, alguns partidos de centro-direita da Europa já estão copiando os partidos de esquerda. Ou seja, a própria competição eleitoral está fazendo com que essas políticas sejam encampadas por partidos que tradicionalmente são conservadores e tem uma origem muito mais familista. O caso da Alemanha é um caso bastante interessante de a gente olhar. A Alemanha tem uma espécie de esquizofrenia em relação às políticas ativas, por exemplo, de mercado de trabalho, umas políticas de mercado de trabalho de um modo geral são políticas ainda dualizantes mas, quando você olha para as políticas de família, eles estão copiando basicamente o que os dinamarqueses estão fazendo apesar de ser um país de forte tradição familista. E, interessantemente, quem propôs essa adoção de políticas de equidade de gênero foi uma Ministra da Família da Democracia Cristã que é um partido conservador. Então, é interessante também a gente observar esses mecanismos nessa forma, como a competição eleitoral ela pode ajudar de alguma maneira a disseminar um paradigma que promete resultados interessantes. Essas soluções para esses paradoxos elas dependem um pouco dessa hipótese de que essas mulheres é que vão fazer essas afinidades eletivas acontecerem. Não são afinidades naturais, são afinidades que vão ser produzidas pelo fato de a gente estar conseguindo atrair a atenção de uma parte expressiva do eleitorado que são as mulheres. E se não acontecer isso? Quer dizer, e se essa combinação química falhar? Quais são as chances disso falhar? Por um lado eu vejo que essa é uma perspectiva extremamente interessante e promissora, por outro lado, eu acho que há vários perigos que rondam essa perspectiva.

Começaria falando do produtivismo como um primeiro perigo. O produtivismo é bacana, a gente está aumentando a produtividade agregada de uma forma que é socialmente equilibrada mas a gente não tem muito como controlar as consequências de entrar nesse tipo de trajetória de uma mercantilização muito grande da sociedade. Essa mercantilização ela pode trazer junto com ela também uma disseminação do ethos dos incentivos, ela pode também aumentar as desigualdades econômicas, aquelas desigualdades que acontecem antes do Estado interferir sobre a distribuição. Então, são coisas que a gente também tem que prestar atenção. A PIS, a perspectiva de investimento social, é uma boa maneira de a gente surfar na onda da globalização e na onda da economia do conhecimento, mas vem com elas os riscos todos que é você ser um participante integral desse tipo de paradigma, que é um paradigma que a gente sabe que é gerador de desigualdades profundas, que é disseminador de um ethos que a gente não gosta às vezes, que é o ethos dos incentivos, todo mundo pensando em incentivos o tempo todo. Então, esse é o lado B que eu acho que precisamos ter algum cuidado. Esse resultado ele contrasta um pouco... essa ideia de mercantilização contrasta um pouco com o compromisso clássico da

social-democracia com a desmercantilização. Então, a gente quer mercantilizar ou desmercantilizar? Tem muitas pessoas que tentam resolver esse paradoxo. Uma maneira de você resolver é dizer 'eu preciso dos recursos que a mercantilização dá para poder financiar políticas desmercantilizadoras. Por exemplo, políticas de creche, políticas de verdade, aquelas creches de tempo integral, com professor formado, com formação universitária específica, com pequenas classes, com poucas crianças, é uma política extremamente cara. Então, precisa de recursos para isso. O Estado tem que arrecadar dinheiro, para arrecadar dinheiro tem que ter muita gente trabalhando, a atividade econômica tem que estar particularmente aquecida e de uma forma sólida. Então, você poderia justificar uma mercantilização em favor da expansão da desmercantilização mas sem esquecer que tem sempre um 'rabinho' que a gente não controla.

Essa discussão da política de poder e política ideológica, o que eu pude entender no caso alemão, é que a ministra que foi uma das mais vocais, advogadas das políticas de equidade de gênero, das políticas de conciliação família e trabalho, meio que disfarçou... os alemães estão muito preocupados com a queda de fecundidade, caiu estrondosamente, é um problema que deixa todo mundo nervoso, os gestores de política pública as pessoas ficando muito nervosas. Na Holanda, por exemplo, é o déficit da seguridade social. Então, em cada lugar um pouco o discurso público tem, digamos, uma âncora, um centro de gravidade. Na Alemanha foi a questão da fecundidade. Então, a ministra quando consegue convencer várias pessoas, seus colegas de coalizão e etc, de que fazer essas políticas é importante para reverter a questão da fecundidade. Mas, na cabeça dela, segundo dizem, algumas entrevistas, ela tem pretensões maiores do que isso, não é só aumentar a quantidade de alemães, mas aumentar a equidade de gênero, que as mulheres tenham mais liberdade, mais opções, inclusive, de não terem filhos se não os quiserem. O discurso que convenceu foi o discurso da redução da taxa de fecundidade. Ela escondeu esse objetivo por trás de um discurso que seria mais facilmente aceitável por uma quantidade maior de pessoas. A gente sempre fica pensando que quando você faz política dessa maneira, e acho que sempre a gente faz de alguma maneira, a forma como a política sai, o vetor resultante, não é muito a cara que você pensou inicialmente e isso pode ter implicações para os seus objetivos ocultos. Se o seu objetivo é realmente intensificar a equidade de gênero, pode ser que não seja exatamente isso que esteja sendo alcançado dado que você teve que negociar a política a partir de uma outra lógica, uma outra orientação, uma outra intencionalidade. Então, isso são coisas que eu acho que a gente deveria pensar.

Investimento social e feminismo não fazem um par perfeito. Uma perspectiva da diferença, por exemplo, dentro do feminismo reivindica, por exemplo, o direito das mulheres de privilegiar a abdicação ao doméstico. Não há um consenso aqui em relação a isso. Social-democracia e feminismo também não coincidem. A social-democracia tem o objetivo claro de igualdade social. Algumas versões do feminismo estão mais realmente preocupadas com a questão da diferença e eu fico pensando aqui, por exemplo, que objetivos que podem conflitar e tornar pouco provável um alinhamento de interesse em perspectiva entre, por exemplo, mulheres situadas na ponta inferior e superior do mercado de trabalho.

Enquanto as mulheres mais pobres tem interesse nas creches, nas outras não é natural que elas façam uma coalizão entre elas de modo a defender ou achar fundamental políticas desse tipo. Outro ponto que eu acho também complicado é a questão da demografia eleitoral. Será que esse grupo é suficientemente grande? Será que são todas as mulheres? Ou será que são só as mulheres jovens que tem filhos pequenos? Quem é que seria esse apoio potencial para essas políticas de conciliação família-trabalho. A gente pensa no eleitorado em 50%, 51%, formado por mulheres mas mesmo nesse eleitorado você pode ter um grupo que é totalmente indiferente a isso ou acha que isso não é uma prioridade uma vez que não esteja passando pela experiência, ou não lembre, ou não simpatize com a experiência de outras pessoas que estão em cortes etárias diferentes dentro desse mesmo eleitorado. Então, esses também são problemas que levam a gente a pensar um pouco sobre as tensões que estão relacionadas a essa perspectiva. Acho que no máximo o que a gente pode fazer até agora é talvez falar sobre a possibilidade desses alinhamentos e lembrar que a história do estado do bem estar social ela também contou com alinhamentos que todo mundo diria que eram impossíveis de fazer, notadamente entre capital e trabalho. E muito da engenharia do estado do bem estar foi mesmo a posteriori. Você ia fazendo soluções, as soluções geravam problemas, os problemas incentivavam a produção de novas soluções. Mas, frente às desafiadoras circunstâncias presentes esse investimento social do tipo social-democrata parece uma possibilidade que igualitaristas não podem se dar ao luxo de descartar. A gente tem que teria que olhar isso e levar um pouco a sério.

A segunda parte dessa plataforma de pesquisa era olhar um pouco o caso brasileiro. A gente só olhou mesmo a agenda parlamentar feminina e eu queria falar só dos resultados finais desse trabalho. As mulheres são 10% dos deputados na Câmara Federal. O Brasil é um dos países que tem uma das mais baixas participações políticas no mundo. Eu acho que é o 110 em 135 países. Então a gente foi olhar as proposições parlamentares dessas mulheres entre os anos de 2003 e 2013 e tentamos categorizar essas proposições com o objetivo de tentar identificar se havia algum tipo de prioridade concedida para políticas de bem estar e isso a literatura brasileira, com outras bases de dados, já tinha chegado à conclusão que sim e mais especificamente as políticas de conciliação família-trabalho. A gente definiu um elenco dessas políticas: creches, licenças parentais, serviços externos para idosos. E a constatação nossa, a gente só trabalhou com estatística descritiva, é um trabalho ainda preliminar, é que não há uma prioridade nesse grupo de parlamentares. As mulheres que dão mais importância estão em partidos de esquerda, isso também segue um pouco a literatura nacional. Mas o que nos impressionou mais, nós olhamos as ementas das proposições uma a uma, e, das poucas políticas de família-trabalho que foram propostas, acho que não chegaram a 20 nesses 10 anos, nós olhamos as ementas uma a uma e nós constatamos que as principais justificativas dadas às ementas eram justificativas de natureza maternalista. E a justificativa de equidade de gênero a gente encontrou só em três proposições legislativas. A gente tem esses dados disponíveis, se alguém estiver interesse em olhar...

PEDRO HESPANHA

(ainda será transcrita)

LAURA TAVARES SOARES

A combinação é que eu fizesse uma espécie de introdução à América Latina e não apenas, eu peço licença, comentar as exposições, embora eu tenha gostado muito, fiz milhares de anotações, mas a minha tarefa é outra. E tem uma história essa tarefa. Eu estou trabalhando nisso desde 1990, a minha pesquisa comparativa sobre o sistema de seguridade social remonta a 92, portanto, chega a dar uma fadiga de materiais quando a gente vê o programa de ajustamento hoje na Europa do Sul e, às vezes, consegue ser mais draconiano do que foi na América Latina nos anos 80 e 90. eu estudei exatamente esse período e é bom dizer e é bom dizer para os jovens que foi aí que começou o neoliberalismo. Parênteses, hoje há uma certa mania para o bem e para o mal de dizer que tudo começou agora. Não é bem assim. Nem o neoliberalismo começou agora e também as benesses e o estado de proteção social também não começou no governo do PT. Vamos combinar que precisa ler história. A discussão que eu fiz foi a combinação do impacto do ajuste neoliberal que veio sobre a América Latina e que nós fomos os primeiros a receber esse ajuste. Só que os efeitos sobre a América Latina, por mais draconianos que os efeitos possam ser hoje na Europa do Sul, era sobre um continente com enormes patamares de desigualdade, sobre países com enormes patamares de miséria como é o caso brasileiro. Portanto, o ajuste aqui teve um caráter muito mais perverso, muito mais ortodoxo. E lembrar que o exemplo pioneiro do ajuste na América Latina foi o Chile no golpe militar que a gente chama de fascismo de mercado. E foi ali que os XXXXXX (28:03) privatizaram tudo. E foi o único caso aonde se desmontou completamente o melhor sistema de proteção social da América Latina que era o chileno aonde muitos dos nossos sanitaristas foram estudar lá nos anos 50. É para mostrar que o grau de destruição lá foi gigantesco. No entanto, e esse foi o trabalho da minha tese, nos demais países o grau de estruturação prévia dos aparatos de proteção social era super importante quando entrou essa combinação de ajuste neoliberal com crise. E aqui eu quero fazer duas provocações. A primeira, e eu já dizia isso na minha tese, e eu combato todas essas tipificações. A América Latina nunca teve o Welfare State. O Welfare State é uma estruturação econômica e social que se deu no pós-guerra na Europa, um capitalismo central. O nosso capitalismo é periférico, dependente, nós tivemos que fazer em 50 anos o que eles fizeram em 5 séculos. Portanto, isso aqui não é o Welfare State. Isso aqui foi

construção de aparatos de proteção social, alguns mais avançados, como é o caso brasileiro e eu quero defender isso, sobretudo a partir da Constituição de 88. Aliás, a partir de 85. Poucos jovens aqui sabem e eu fico perguntando isso para os meus alunos: quando começou a universalização de saúde? “Nos anos 90, professora.” Eu tenho vontade matar. Porque a universalização do Inamps começou em 85 com a assinatura da universalização dos sistemas previdenciários pelo professor Hésio Cordeiro então presidente e o ministro Waldir Pires. Naquela porra daquele governo da Nova República. Mas a gente fez de leve aquilo e universalizamos a previdência rural com igualização para as mulheres. Então, também tem que falar para a galera do PT que o negócio começou antes. E aí a Constituição veio ratificar isso. E aí se regulamentou e se regulamentou mal nos anos 90 e eu também já escrevi isso na minha tese, o SUS. Porque se regulamentou com produtividade, porque se andou muito para trás na regulamentação dos anos 90 e nós estamos pagando o preço disso até hoje como os estudiosos sabem. Eu estou falando mais para a galera jovem, porque os outros, os convertidos, já não precisam muito. Essa importância da fragilidade para falar de América Latina, onde você não tinha aparato de estruturação social, o neoliberalismo entrou de lavada. Eu estive no Peru nos anos 90, viajei essa América Latina inteira. Campanha de vacinação era feita por ONG. Eu fui participar de um mestrado numa universidade do Peru de saúde pública. Quem aqui trabalha em governo? Ninguém. Só ONG. Eu falei: “Caraca!” Claro que a cobertura vacinal na época era 22%. Uma tragédia. Essa recuperação mais recente, e eu trouxe, fiz várias pesquisas, a única coisa que eu trouxe foi a Cepal, não sei se vai dar tempo, que, aliás, é um horror de informe. Eu acompanho os informes do panorama social da Cepal desde 1990.

Os desmontes feitos no aparato de Estado de proteção social em alguns países, e isso também fazia parte da minha tese, o grau de quanto maior o desmonte menor a possibilidade de reversão. Se jogou, como disse o professor, com vários instrumentos importantes do Estado foram jogados fora. Em muito maior intensidade nesses países, paradoxalmente nesses países onde o grau de proteção era baixo. E o exemplo também mais uma vez paradigmático disso é o Chile. Eles estão tentando até hoje reverter para a universalização em saúde com a maior dificuldade. Porque aquela porra daquelas ISAPRE Aquilo continua lá até hoje e é isso que o relatório da Cepal não fala e fala de uma coisa chamada filiação. Ou seja, você teve uma generalização da securitização na América Latina e isso já vindo para os tempos de hoje. Quer dizer, saúde virou seguro, o que é uma tragédia. Eu estou falando de América Latina porque a gente, eu quero voltar a repetir, ainda estamos com os planos privados. Mas no SUS... O SUS não é seguro. O SUS ainda, com todos os seus defeitos, ainda é direito. Vocês não tem noção de quando a gente esteve lá no Peru num posto de saúde pública que tinha uma tabela de negócios para pagar. Num posto de saúde pública! Como assim, pagar? “Ah, mas se pagar valoriza.” A ideologia neoliberal entrou de lavada, meu amigos, em todos os países. Então, tanto no sistema de saúde como no sistema que a Cepal chama de pensões, mas, na verdade, aposentadorias e benefícios, a privatização foi generalizada. E o sistema intergeracional que nós temos aqui ainda, mesmo com as duas reformas da previdência que cá tivemos, ambas horrosas que, mesmo eu que votei no Lula, escrevi contra a reforma de 2003. Ambas as reformas equivocadas. Não se compara às reformas feitas nos demais países da América Latina onde se privatizou. As pessoas tem que se filiar às AFP para poder ter “o direito”. Isso, portanto, vincula, e essa é a questão, o relatório da Cepal fala em direção à universalidade. No entanto, na maioria dos países, qual

era a situação que a gente tinha? Principalmente Argentina, Uruguai e Chile. Era... Chile não porque o Chile foi um desastre desde os anos 80, AFP desde o começo. Custou 25% a privatização da previdência no Chile. Uma brincadeira. Nesses países, a previdência é vinculada exclusivamente ao mercado trabalhista. Essa é a questão. E aí vem com desigualdade de gênero, desigualdade de renda, desigualdade educacional. Francamente. Porque é tudo vinculado à porra do mercado de trabalho. É evidente que tem desigualdade de gênero no mercado de trabalho e o sistema de previdência nesses países, a maioria da América Latina, reproduz a desigualdade no mercado de trabalho. E o nosso sistema urbano também reproduz. E aí, por favor, leiam. A série de projetos de inclusão previdenciária, não gosto desse nome inclusão, tenho horror, mas, enfim, assim chama e foi para o bem, então tudo bem... de inclusão previdenciária de donas de casa, de não contribuintes, de baixa renda, etc. Esse país tem dois... Aliás, para mim, a melhor política social que esse país tem não se chama Bolsa Família, chama Previdência Rural Universal. Porque todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais recebem como direito os benefícios da previdência pelo simples fato de terem trabalhado na vida. Não tem que ter a equivalência contributiva.

E aí eu vou terminando porque tem um ponto aqui que eles finalmente descobriram que para universalizar tem que combinar mecanismos contributivo com não contributivo. O Brasil já descobriu isso em 1988. Jovens, leiam o capítulo da seguridade social da Constituição de 1988. sobretudo o capítulo do financiamento. Nós descobrimos que não podia ser só contributivo, não podia ser só sobre o trabalho e é por isso que o orçamento da seguridade social é superavitário até hoje porque nós taxamos o capital. E acabou de aumentar a taxa sobre o capital que passou por debaixo dos panos e poucas pessoas viram porque como está essa desgraça de bater na tia a gente também não vê a coisa que passou, importantíssima porque isso vai aumentar o orçamento da seguridade social. Eu inclusive discordo, escrevi sobre isso uma breve mensagem. Discordo, acho que nós tínhamos que voltar a pensar a seguridade social como fonte de financiamento para o nosso sistema. É com DRU, é com ajuste fiscal, é com o diabo a quatro. Nós temos um orçamento sólido. Como está na moda falar hoje: sustentável. É inacreditável. O PIB está aqui embaixo e o orçamento da seguridade social está lá em cima. Então, esse papo de vincular PIB eu fui contra a emenda 29. mas isso já é Brasil...

Eu quero dizer que eles descobriram num relatório de 2013 que para financiamento solidário tem que ter mecanismo contributivo e não contributivo. E eu quero terminar dizendo e aí tem que falar do Brasil mesmo. Há ainda uma diferença enorme, é só viajar, ler sobre a América Latina com relação ao nosso sistema de proteção social. Com todos os defeitos, eu insisto, fora Cuba que não tem nada a ver com o Welfare State, um sistema socialista, Costa Rica que tem digamos um padrão, nós somos o único país com um sistema universal, para começo de conversa, deste tamanho. Não tem nenhum outro deste pequeno tamanho. A defesa do SUS a gente não pode misturar alhos com bugalhos porque bater em certas coisas a direita também está batendo. Está louca para que acabe o SUS porque acha isso tudo um horror. Então a gente tem que ter cuidado como e onde bate e defende o nosso sistema de proteção social construído em 88 e que tem uma cobertura de mais de 90% dos idosos hoje na previdência. Isso não é pouca porcaria. E é vinculado ao salário mínimo. É o único sistema que é vinculado ao salário mínimo. E como a política de valorização do salário mínimo, que eu espero que não acabe, se essa tragédia também não acontecer, a gente ainda tem um sistema de proteção social, o benefício de prestação

continuada para os idosos mais pobres urbanos, não é Bolsa Família, é um salário mínimo. É só pegar a ultima pnad e ver que a chefia familiar dos idosos aumentou. E a maior renda hoje nas pequenas e médias cidades brasileiras chama-se previdência social. Então, gente, não dá para descartar e tem que defender. E tem muita gente contra e ameaçando por aí.

Eu gostaria de reforçar que na área da saúde nos anos 2000 nós tivemos em vários países da América do Sul... tiveram novas constituições, promulgaram novas constituições e que colocaram o direito universal à saúde dever do Estado escrito nas constituições. Contudo, as reformas dos anos 80 que segmentaram as coberturas instituindo pequenos seguros elas tem impedido a construção de sistemas únicos, elas tem sido um obstáculo importantíssimo, foram um obstáculo importantíssimo da construção de sistemas universais de saúde nesses países que colocaram como nós na Constituição e inclusive uns escrevem o Sistema Único de Saúde na Constituição. Isso foi reflexo dessas políticas de aprofundamento da segmentação da nossa proteção nos anos 80 e 90.

MARIA LUCIA

Particularmente essa mesa da tarde em que se pretende fazer comparações e, no caso, essa comparação com o sul da Europa para nós é bastante importante, bastante frutífero do ponto de vista da gente repensar a nossa situação aqui, as restrições que são impostas, os limites, lá tem a troika, nós não temos propriamente uma troika. Mas para que que a gente precisa de troika? Nem precisa, já basta.

Eu li recentemente o artigo do Pablo Iglesias sobre o Podemos que está na New Left Review e ele fala na latinoamericanização da Europa do Sul. Que ironia da história. Nossos colonizadores se igualando a nós na desgraça. No mínimo, é compensador. Eu entendi a função do comentarista com um baixo protagonismo, felizmente, porque eu não tenho nada para dizer. Aliás, eu não quero falar nem quero ouvir nada. Cada dia que se passa as coisas ficam piores para nós. Então, eu vou fazer comentários gerais a respeito de duas questões que tem me incomodado e que tem um pouco a ver, mas nem tudo a ver, com o que tem sido falado aqui hoje. Mas tem a ver, eu acho que tem. São duas questões. Uma é a tal do negócio dos novos riscos. Não sei, está me dando assim um certo desconforto porque eu não sei direito o que que é. Então eu queria aproveitar a ocasião para quem sabe não me esclarecem. Quem sabe eu não saio daqui esclarecida a respeito do que que é isso e com alguma luz no fim do túnel. Então, a respeito desse negócio de novos riscos, que tem sido

apontado como transformações no mercado de trabalho, questões da demografia, envelhecimento da população, queda das taxas de natalidade, composição das famílias, a nova composição das famílias. Até as pessoas tem esquecido de mencionar a grande novidade que são as famílias homoafetivas e não só monoparentais como a literatura tem acentuado. O que leva para uma questão de gênero também de uma forma bem ampliada, não apenas feministas. O que que eu fico pensando a respeito e peço que me ajudem a entender melhor? Primeiro, que esse negócio desses novos riscos não são tão novos assim. Em 1980, Albert Hirschman já teve um protagonismo em termos de ser guru no nosso meio e hoje em dia anda meio esquecido, mas, enfim, ele já morreu. O Hirschman publicou em 1980 um artigo chamado “The Welfare State in Trouble” e o subtítulo era “Crise do sistema ou dores do crescimento”, ele publicou esse artigo na American Economic Review onde ele diz que o Welfare State teria sido vítima de seu próprio sucesso. E é interessante que ele vai tecer considerações a respeito dessas mudanças demográficas, questões de gênero, etc. E o que que também fica claro a partir da leitura do texto dele? Não apenas não são novos, pelo menos 35 anos já tem, uma coisa que já tem 35 anos assim já está meio que na maturidade. Tem que repensar isso. E, segundo, que não são naturais. É claro que não é intencional do articulista dizer uma bobagem dessa, mas acaba parecendo que é uma coisa que acontece naturalmente, é globalização, mudanças daqui, mudanças dali, transformações estruturais. Enfim, não são naturais. As mudanças no mercado de trabalho tem a ver com novas estratégias de reprodução do capital que ficou complicado com o próprio Welfare State. Mesmo as questões demográficas que aparentemente são naturais, e algumas são, todo mundo envelhece, mas envelhecer mais tarde não é natural não. É obra de ações, de intervenções XXXXX (48:05) que foram realizadas pelo Welfare State, nos países desenvolvidos e até entre nós também. Além de não serem novos os novos riscos, não são naturais, no Brasil eles estão muito misturados com os velhos riscos. E o caso da saúde é exemplar e eu não vou me estender sobre isso porque vocês conhecem essa coisa melhor do que eu. A segunda questão que eu queria pedir esclarecimentos, digamos assim, é essa do investimento social. Eu tenho lido bastante também e estou entendendo mais ou menos como é que é. Esse investimento social seria algo que tem a ver com modelo escandinavo sim, mas que teria se difundido pelo resto do mundo, está se difundindo. É, inclusive, uma difusão silenciosa que está se espalhando. Mas não se confunde com a tal da terceira via. Nem é neoliberalismo nem é o velho Welfare State e também não se confunde com a terceira via. Aí eu já fiquei mais complicada ainda. E, mais do que isso, envolve... são medidas ativas, de ativação do trabalho, mas envolve algo que também não consigo ainda me situar bem no convívio com esse tal de flexicurity. Me informam e eu suponho que sejam medidas assistenciais ativadoras da inserção no mercado de trabalho através de programas de treinamento profissional, mas associadas, combinadas, com mercado de trabalho flexível ou medidas de flexibilização do mercado de trabalho. Então, é um casamento de cobra com elefante, é complicado.

No caso brasileiro, isso também está colocado na agenda, faz parte, são programas de treinamento profissional, de aquisição de capacidade. É formar manicures. Eu diria manicures e o pipoqueiro schumpeteriano para... porque ele tem gás neon na carrocinha, ele usa máscara, ele é politicamente correto, ele não cospe na pipoca, mas ele é um pipoqueiro. Nada contra. Aliás, adoro pipoca.

Eu terminaria de uma forma pessimista. Enquanto o artigo do Hirschman era otimista porque ele achava que aquilo era uma crise de crescimento, eu acho que agora, eu, pelo menos, estou pessimista com um pessimismo um pouco a despeito meio que paradoxalmente do artigo do Iglesias, de uma frase que ele diz: “Nós perdemos.” A esquerda teve uma derrota avassaladora. A esquerda do século XX, a esquerda que defendeu Welfare State. Ele diz isso inclusive usando a ideia do Hobsbawm do século curto. Enfim, ele é jovem, muito jovem e ele tem direito ao otimismo. Vocês aqui também. Eu espero que vocês sejam otimistas. Eu já nem tanto porque aqui, esse meu pessimismo, talvez por estar na América Latina, na verdadeira América Latina, e não no sul da Europa, talvez por estar no Brasil e não em Portugal, aqui não teve propriamente um desmonte do serviço de saúde. A gente não conseguiu acabar de construir o monte.

MARIO

A minha fala, na verdade, o último a falar ele tem vantagens e desvantagens. A vantagem é porque eu ia falar assim “Tudo o que eles falaram de bom eu falaria também.” E a desvantagem é que a gente tem que, de alguma maneira, ser criativo. E eu vou tentar ser criativo falando de um aspecto. Eu não quero falar de vários aspectos. Se eu estou falando de um aspecto que de alguma maneira incide sobre a proteção social ou ao nome que se queira dar, Welfare State, proteção social, estado social, no Brasil e esse aspecto a sociedade desigual. A sociedade brasileira é extremamente desigual e é desigual desde a escravidão ou mesmo antes disso. Uma sociedade que se molda na desigualdade, uma sociedade que se acostumou com a desigualdade, que se habituou com a desigualdade e eu vou dizer mais, ela se viciou nessa desigualdade. É uma sociedade viciada na desigualdade. De forma que qualquer surto de modernidade, qualquer novidade que chegue ao Brasil, ele pode até cair lá de cima como água, mas vai chegar aqui em baixo como jabuticaba, como uma coisa passada no filtro da desigualdade. Vou dar alguns exemplos. Nós hoje somos o campeão na reciclagem de alumínio, passamos o Japão e a Alemanha que eram os dois primeiros países na reciclagem de alumínio, coisa moderníssima. Só que a nossa reciclagem é com gente catando lata na rua à meia-noite. Famílias. O bloco de carnaval passa e vem uma horda de gente atrás com aqueles sacos catando lata. Essa é a nossa modernidade. Nos anos 80, quando surgiram duas coisas que eu acho que são fundamentais hoje na cozinha, que são o micro-ondas e o freezer, que mudaram a vida de quem mexe com cozinha, nós reinventamos aquela cozinheira que passava o dia inteiro em casa trabalhando, aquela mucama que passava a técnica de congelamento. Aquilo é um trabalho que não existia em outro lugar. Então, nós temos a capacidade de reinventar situações de desigualdade mesmo em função do que vem de fora. Por isso que eu tendo a concordar com Laura quando fala que o Welfare não é bem uma construção que está aqui no Brasil porque o Welfare brasileiro ele já vem com a jabuticaba... eu tenho que explicar o que é jabuticaba, é uma fruta que só tem no Brasil, então a gente chama de jabuticaba a particularidade brasileira.

Então, é o Welfare jabuticaba no sentido de que ele vem, mas ele vem com aquela dupla porta que nós temos nos nossos prédios, porta de serviço e a porta social, que nós temos, por exemplo, no caso da assistência médica onde nós temos os médicos para a população rica, não é o SUS, desculpe, não é o SUS. Eu gostaria que fosse mas não é. Quando o rapaz perguntou aqui quem é que tem plano de saúde, claro, evidentemente que tem porque a qualidade é muito ruim. Assim como tenta se fazer com previdência, também é a mesma coisa. Então nós temos uma porta dos fundos e uma porta de entrada que serve no caso dos hospitais, tem os hospitais para ricos e os hospitais para pobres; serve para o caso das escolas, nós sabemos que tem escolas para ricos e escolas para pobres; serve para a própria prisão, as prisões brasileiras tem tipo de prisão para rico e para pobre, quem tem curso superior não vai para determinadas prisões, vai para outras. Nós construímos no Brasil uma engenharia de duas velocidades ou de dois tipos de cidadania. E o Estado social no Brasil também vem assim, infelizmente. Não porque ele seja alguma coisa de especial, é porque a sociedade é desigual. Nós não podemos ter uma construção que seja igualitária? Uma sociedade que se habituou com a desigualdade. Por exemplo, quando a gente pega o pós-guerra. 1947. Não vou nem falar de 45. 45 foi o fim da guerra. 47 está pior porque depois de 45 ainda teve dois anos de péssima colheita de cereais na Europa. O fundo do poço. Se a gente fosse fazer uma linha da pobreza na Alemanha em 1947, seguramente 80% estava abaixo dessa linha da pobreza. Seguramente, 80%. na Alemanha, no final da guerra, em 1947. esse país em 30 anos acabou com essa pobreza crescendo menos do que o Brasil cresceu no século XX. Crescendo menos do que o Brasil cresceu no século XX, a Alemanha acabou com a pobreza. Por que que nós que não tivemos guerra, crescemos mais, não acabamos com a nossa pobreza? E aí eu venho com a ideia da desigualdade. A desigualdade ela está no cerne da nossa condição de país. É natural que as pessoas sejam desiguais aqui. Na Alemanha, quando as pessoas começaram a correr e brigar por pão se jogando na rua foi indigno para aquele país. E o Welfare State veio como um projeto de país. O Welfare State veio como um projeto nacional na Alemanha mas eu posso falar na Europa como um todo. O Welfare State no Brasil veio como uma proposta da esquerda. E isso faz muita diferença, infelizmente. O Welfare State no Brasil não veio como um projeto nacional. Ele foi engolido em determinadas circunstâncias na década de 80 e, por conta disso, nós temos até hoje um Welfare State pela metade. Um SUS que se universalizou mas com baixa qualidade, uma educação de baixa qualidade, enfim, a jabuticaba que faz com que todas as instituições tenham uma entrada para pobres e uma entrada para ricos. Eu gostaria de colocar isso como fundamental para entender essa desigualdade no Brasil. Nós naturalizamos a desigualdade. Contrário de outros países, não é vergonhoso para a gente que a gente tenha hordas de pessoas catando e vivendo do lixo. Brasileiros vivem do lixo e nós não achamos que isso é importante, não é algo que não seja natural. Hoje, 25 mil negros morrem por ano. Isso é conta de país em guerra. 25 mil jovens negros de 15 a 29 anos morrem por ano no Brasil e a sociedade faz cara de paisagem, não cuida disso. Não somos iguais, não nos vemos como iguais. E, enquanto nós não nos vemos como iguais, nós não vamos ter um Estado social de iguais. Porque o estado social quando ele foi montado na Europa, ele foi montado para uma sociedade de iguais. O pressuposto era a igualdade. Nós nunca tivemos essa igualdade. E, por não termos essa noção de igualdade, nós podemos admitir pessoas morando no lixão, pessoas catando lata de lixo, meninos dormindo na rua. Esse tipo de coisa é que é inaceitável em outros países, é visto ainda no Brasil como uma coisa “natural” ou, pelo menos, “Ah, faz parte.” Então, não dá para ter uma construção republicana enquanto o país

não cuidar da desigualdade. Eu queria falar um pouco porque dessa desigualdade. Por que que nossa desigualdade é vista de uma forma tão naturalizada? E eu vou passar para um ponto que é muito pouco falado na academia, mas que é fundamental: o racismo. Este país é um país que foi criado no racismo e este país ainda é um país que ainda convive com o racismo. Pobre no Brasil tem cara: é cara preta. Enquanto nós tivermos isso nós vamos ter um país a duas velocidades. Enquanto nós não acharmos que quando morrem 111 pretos é natural e quando morrem 5 ou 6 rapazes lá no Leblon é uma catástrofe, nós vamos continuar tendo um estado social a meia-boca. Então, é isso que eu gostaria de falar. Nossa desigualdade tem nome: racismo. Enquanto não enfrentarmos o racismo, nós vamos ter uma sociedade desigual. E como é que se enfrenta o racismo? Com políticas de ação afirmativa. Nós tivemos um exemplo de política de ação afirmativa aqui: as cotas nas universidades. O estado brasileiro ele é pródigo e péssimo serviço pelo menos do ponto de vista da população como um todo. A população acha que o Estado tem uma péssima produção de serviços de segurança, os hospitais, “Ih, vai para o hospital...” Todos os serviços do Estado, em geral, são vistos como negativos à exceção de um, um filé, que o Estado faz que é o ensino universitário. O ensino universitário é um filé que a classe média e alta utiliza normalmente. As cotas foram para abrir esse filé para outro grupo e aí nós fomos parar no Supremo Tribunal Federal porque houve uma reclamação de alguns partidos dizendo que era inconstitucional você abrir. Eu me lembro muito de uma fala que eu fiz no Ipea, quer dizer, eu na época coordenava um seminário no Ipea e levei para falar um rapaz, um colega nosso militante do movimento negro, Edson Cardoso, fala muito bem, para falar sobre as cotas. E um colega na época falou “Eu sou totalmente contra as cotas.” Mas por quê? “Olha só, eu fui para a universidade e não tive que dividir a minha vaga com ninguém. Meu filho vai ter que dividir a vaga.” Mas você é novo. Qual é a idade do seu filho? “Dois anos.” As pessoas acham que a vaga é dela. As pessoas acham que a vaga... é dividir com quem? Com esse outro menor? Então, esse tipo de mentalidade que nós temos ainda e que tem que ser quebrada, enquanto não se quebrar isso nós não vamos conseguir ter um estado social para todos. Vamos ter um estado a meia-boca com uma cidadania que o XXXXX (03:36) Marques Pereira chama de a duas velocidades: uma cidadania pela para alguns e para outros a lei na sua mais perversa versão. Era justamente isso que eu queria trazer. Enquanto nós não estudarmos mais a fundo a desigualdade e sua raiz no racismo a gente vai estar patinando um pouco.

PERGUNTAS E COMENTARIOS DO PÚBLICO

Só duas questões que eu queria colocar. Hoje de manhã eu colocava uma questão que eu acho importante que tem muito a ver com a discussão da tarde. Me parece que as políticas sociais em geral, o Welfare State em particular, ele tem a ver com a política, ele é filho da política e é filho da luta de classes, filho da luta de baixo para cima. Do contrário, não teria. Eu acho que até a nossa própria reforma sanitária algumas narrativas esconderam ou esqueceram que nós tivemos os XXXXX (05:15). Então, esse é um ponto que eu acho fundamental. A mesa da manhã falou-se em luta de classes. O Welfare é fruto dessa luta, é

fruto dessa luta de baixo para cima. E as políticas são consequências disso. As políticas que efetivamente existem e as suas limitações são frutos das limitações da luta da sociedade, XXXXX (05:44). O Pedro Hespanha falou da situação que Portugal está vivendo e que foi uma semelhança enorme com a situação que nós vivemos, mas eu quero lembrar que quando nós vivemos no Brasil essa situação de ajuste estrutural, nós estamos voltando a ela agora, mas de uma outra perspectiva, eu quero chamar a atenção para a diferença, nós estávamos construindo as políticas sociais universalistas apesar das políticas estruturais. Claro que limitou o alcance das nossas políticas. Isso limitou. Limitou investimentos, nós sabemos disso. Mas nós conseguimos construir essas políticas apesar disso. E conseguimos construir isso porque nós tivemos uma luta que veio de trás que acabou com a ditadura, que foi a luta das diretas e lutas específicas do movimento social. Por trás de cada mudança, não foi só o SUS... na época eu estava trabalhando com a política do deficiente e a política da criança e adolescente, nós tivemos sociedade organizada lutando por isso. Bom, aí uma pergunta que eu queria e que eu acho que é importante é, primeiro para o Pedro Hespanha, que lá na Europa houve resistência nos anos 90, eu mencionei rapidamente, a melhor resposta dada para isso foi dada talvez pelo XXXXX (07:01), houve resistência social e houve uma dificuldade imensa da política neoliberal penetrar na política social como ela penetrou em outras frentes. Ela penetrou no mercado de trabalho, ela penetrou na área econômica, obviamente desregulamentou tudo, o capital XXXXX , mas, na área social, houve na época uma resistência muito grande. Houve uma resistência pela capacidade da sociedade não só se defender mas pelos interesses fortemente arraigados na política social que eu acho que existem no Brasil também embora estamos vivendo um ataque. Hoje, em Portugal, o tipo de ajuste é diferente do nosso. O problema de Portugal é que Portugal não tem mais o controle sobre o câmbio, não tem mais o controle sobre a moeda como nós não tínhamos naquela época quando o problema da dívida era a dívida externa. O nosso problema hoje é outro tipo de dívida. Nós somos credores do ponto de vista externo, é diferente, uma situação radicalmente diferente. Isso significa que talvez nós tenhamos uma margem de manobra por parte do Estado diferente do que está tendo Portugal, Espanha e Holanda. Esse é um primeiro ponto que eu queria perguntar. E queria saber como está... Até cheguei a fazer, mas o debate foi curto lá em Porto Alegre, porque tivemos que interromper... A pergunta era: como está a capacidade de resistência particularmente em Portugal? Há demonstrações disso? Como isso está? E o ultimo ponto que eu queria levantar, eu achei muito interessante a fala da Celia porque ela está levantando um ponto que ainda nós temos um debate que me parece frágil no Brasil, eu não sei nem se inicial, que é a questão de gênero nas políticas sociais. Nós estamos ainda no cunho do universalismo sem perceber que o alcance do universalismo, no caso das mulheres, é diferente, ele é mais limitado porque falta uma série de políticas que complementem e permitam que as mulheres possam, de fato, ter acesso plenamente à política universal. Eu acho que ela levantou um ponto extremamente importante e a impressão que eu tenho é que, do ponto de vista da luta social, nós ainda estamos extremamente débeis nesse aspecto. Do ponto de vista de organização do movimento social exigindo esse tipo de política. Eu acho que ainda temos muito o que avançar nisso. Eu queria um pouco de sua opinião sobre esse aspecto que eu acho que é um ponto importante.

MILTON DO CEBES UBERLANDIA

Primeiro, um debate rápido, dialogando um pouco com a mesa, eu queria ouvir mesmo a opinião de vocês com relação a uma talvez das nossas maiores facetas da perversidade do sistema público nosso, da nossa proteção social, que é a promiscuidade da relação público-privada brasileira. A professora Laura disse que lá, anos atrás, há muitos anos atrás, lá no Peru, a cobertura vacinal insuficiente era por conta das ONGs e hoje no Brasil a nossa proteção social, o nosso Sistema Único de Saúde, ele está nas costas, no bolso ou em outros lugares da relação público-privada. Nosso sistema ele não é estatal. É público mas não é estatal como era uma das principais defesas da 8ª. Conferência Nacional de Saúde. 70% hoje da força de trabalho brasileira do Sistema Único de Saúde está nas mãos das ONGs, **XXXXXX**, as gambiarras que o Estado brasileiro neoliberal constroi para inviabilizar o nosso estado de direito e a universalização da saúde. Então, não é o único elemento, a desigualdade social explica bastante a nossa não universalização do nosso Sistema Único de Saúde ainda, a nossa não equidade, a nossa não justiça social. Mas a relação público-privada brasileira hoje, assim como a promiscuidade da relação política da nossa política partidária, que é uma das piores que tem, um dos piores padrões internacionais, por isso que uma reforma popular política democrática é necessária... Mas eu queria ouvir um pouco como é e como está então neste momento. A gente sabe que o estado do bem estar social europeu também ele não segue um padrão só estatal. É público, bastante público, mas não é estatal apenas. Temos lá várias matizes da publicização ou não do estado do bem estar social europeu. Eu queria saber como está isso agora, principalmente Portugal, Espanha e na Grécia e como que vocês veem isso aqui no Brasil.

UMA MULHER NA PRIMEIRA FILA

Eu queria conversar um pouco, fazer uma DR, um olho no olho, porque eu não sei, eu acho que está na hora de reconhecer que nós somos minoria. Se a gente se reconhecer como minoria tudo fica mais fácil. Porque a gente achava que a gente era maioria, não achava? Aí, como maioria, a gente deu com os burros n'água. Demos com os burros n'água porque é evidente que, seja lá como for, eu acho que as avaliações, desde as mais otimistas até as mais pessimistas, elas são avaliações que a gente aprovou na Constituição de 88 mas nós não conseguimos implementar. Seja lá como for. Agora, não está bom. Está na hora então da gente ter algum tipo de reconhecimento para nós. Porque isso é diferente, o cebes é uma entidade que pretende ao mesmo tempo produzir conhecimento mas pretende produzir um conhecimento para a ação e não é possível a gente produzir um conhecimento que ele distorça a ação. A ação nossa não é como governo. A ação nossa é como uma parte

da sociedade que é uma parte da sociedade, eu não quero dizer que perdeu ou que ganhou, isso não importa. O que eu acho que é importante que a gente reconheça é que nós nem somos hegemonia, nem somos maioria e nem nunca fomos. Ao longo desse tempo, o que se tentou foi ter embates, o que quer que seja, tudo lindo, maravilhoso, uma história bonita, é uma história que vai ficar contada, vai virar lenda e é uma bonita lenda. As políticas sociais, eu não estou falando do Welfare, as políticas sociais elas são sempre bem sucedidas, é muito melhor ser manicure do que empregada doméstica. É muito melhor ser manicure. Muito melhor. Tem carteira assinada, tem uma identidade, a Anvisa vai lá e vê se aquela coisa que estica o cabelo se tem formol, se não tem formol. É um trabalho muito mais protegido. Então, a gente avançou, etc e etc. O que não quer dizer que nós temos avançado na direção e como nós supusemos anteriormente. Então, eu penso que esse é um momento importante da gente conversar sobre isso porque isso importa para as formulações futuras, para que a gente possa estabelecer uma agenda que, ao mesmo tempo em que seja uma agenda de aprofundar o conhecimento, ela seja uma agenda que esse conhecimento ele possa nos permitir, eu diria assim, que outros projetos eles possam atravessar o nosso caminho, sem o que a gente vai ficar muito apegado a um determinado projeto que ele tem uma importância histórica imensa mas ele não dá para a gente escada para o futuro. Então eu penso que esse é o momento e agradeço. Todos os debates são super importantes. Laura, nós já tínhamos uma previdência social com 40% de cobertura antes da Constituição. Tanto era assim que nenhum de nós era maluco de achar que ia ter a universalização sem isso. Era pequena, a do Chile era muito maior mas nós tínhamos essa antes da Constituição. Antes da Constituição nós tínhamos uma previdência social com uma determinada cobertura que os próprios militares diziam que ela alcançava 60% da população. Faltava 40. Daí se aumentou. Então, o que que a Constituição diz? Que vai universalizar, aumentou fontes de financiamento, diversificou, etc e etc. Mas já existia isso. Eu acho que a nossa previdência social é o programa, é a política social mais importante que nós temos. Eu não tenho a menos dúvida disso. É a previdência social. E a previdência social rural, concordo totalmente com você, por quê? Porque ela é um programa que não é contributivo e que, ao mesmo tempo, é universal. Então, é um avanço imenso. Agora, não quer dizer que, como diz você, Laura, é importante que essa história ela seja encarada de uma maneira que eu acho também porque nós vamos precisar respirar, Laura. Nós vamos ter que pensar aqui no Brasil, com toda sinceridade, num seguro. Nós vamos ter que pensar isso na saúde, inclusive. Não há como fazer essa transição do público-privado sem isso. A gente precisa, ao mesmo tempo, marcar avanços, mas, ao mesmo tempo, de alguma maneira, reconhecer impasses, reconhecer para onde a gente não foi e, talvez, a gente ter que retroceder em algumas áreas para reencontrar possibilidades de elaboração de projetos futuros.

RENATO – MESTRANDO DA POLITÉCNICA E DO NÚCLEO CEBES DO RIO DE JANEIRO

Este é um debate que me instiga muito porque com frequência a gente vê nos debates algumas categorias sociológicas que a gente esquece ou então não aprofunda de dois pensadores brasileiros como Florestan e do Ruy Mauro Marini ao falar que o Brasil,

como capitalismo, é pendente, tardio, da dupla articulação. E, quando você fala do Ruy Mauro Marini, da super exploração... Então, aqui, este processo sempre vai ser... Apesar que eu achei maravilhosa a brincadeira com Portugal, mas vai sempre ser pior do que Portugal. Comparando Brasil e Portugal nesses ajustes sempre aqui vai ser pior. O que eu também gostaria de dizer e aí vem a minha pergunta para a mesa, que é o seguinte: **xxxxxx** ele coloca para a gente que o Estado é uma condensação de luta de classes, não é uma coisa abstrata, ele está acima de nós, **xxxxxx** E aí eu queria que, se fosse possível aprofundar, alguns já falaram um pouco na mesa, de como a questão do sistema político influencia no processo de conformação dessas políticas, especificamente das políticas relacionadas ao Welfare State.

EDNA – NÚCLEO CEBES ALAGOAS

Gostaria de fazer uma fala aqui como usuária, militante, em defesa do SUS, quando o colega ali colocou que o SUS é de baixa qualidade. Quando a gente escuta essa fala de que o SUS é de baixa qualidade, a gente reforça na minha perspectiva as investidas que a gente tem do setor privado dentro da saúde porque ele usa isso como uma falácia de que o SUS não tem qualidade. Por conta disso, a gente tem que legitimar as parcerias público-privadas, a gente tem que realmente contratualizar com os serviços privados porque são de melhor qualidade e a gente acaba por perder nossa linda política que foi construída com tanta luta por uma galera tão aguerrida que, de fato, lá nos anos 70 e 80, militou fortemente no movimento da reforma sanitária para defender a saúde enquanto direito. E eu falo enquanto usuária, eu sou usuária do Sistema Único de Saúde, beneficiada por um programa de **xxxxxx** porque tive poliomielite quando eu tinha um ano de idade e aí eu não posso deixar de defender o Sistema Único como um direito universal porque eu me benefico sim do SUS enquanto cidadã brasileira que não tinha essa condição antes dos anos 80 quando eu era uma indigente porque minha mãe não tinha carteira assinada, era costureira. E eu gosto de dar esse depoimento porque a militância ela se fortalece quando você está lá na base, quando você de fato sente na pele o que é ser usuário do sistema público e eu sou usuária do sistema público e eu defendo o sistema público, defendo o SUS. Então, são políticas sim e a gente tem vários exemplos em todo esse país, que tem uma dimensão tão continental, onde o SUS dá certo, onde ele tem qualidade, onde ele assiste, de fato, com integralidade e com equidade. Então, a gente não pode generalizar que o SUS é de baixa qualidade e que a gente tem duas portas porque a gente tem vários exemplos no nosso sistema que funciona sim e que garante o direito de cidadão de ser atendido com qualidade. E eu posso falar isso como usuária.

Eu acho que o cebes tem umas inovações interessantes porque se você vai olhar
XXXXX “Como que vai fazer um seminário sobre a tendência do estado do bem estar? Que
isso? Agora, isso?” E acho que inova bastante porque, na verdade, a gente sabe que não é
isso. Mudou muito a relação capital-trabalho e, portanto, a relação do Estado. Acho que
ninguém aqui está falando de um Estado e aí eu fiquei muito incomodada no final da mesa
hoje pela manhã porque eu acho que a gente não está falando de um Estado que não tem
correlação de força, que não tem conflito, que não tem contradição, a gente não está
falando de um Estado que não seja um Estado contaminado pela sociedade civil, na relação
com a sociedade porque aí não é o Estado, o Estado e o governo como foi falado. E uma elite
que não é culpada. Na verdade, diferente um pouco da Europa, porque eu acho que a nossa
construção de sociedade, que teve na América Latina, tem um destaque diferente das
nossas colonizações, a gente está falando da portuguesa e espanhola, mas a gente é muito
parecido, inclusive, porque para manter uma estrutura que foi montada na Europa, a
América Latina era o lugar da exploração, ela serviu bastante à conjuntura mundial também.
O que é interessante nesse momento, eu vou dizer interessante porque não é bom não, é
meio ruim mesmo, a gente está no mesmo momento político, acho que a Europa e a gente,
dessa investida do capital. Novamente aí acho que aqui a gente está perdendo o que nem
ganhamos. A gente aqui no Brasil. Na América Latina, a história que a vacinação é com ONG
continua. Fui para o Peru há dois anos atrás fazer pesquisa de campo, continua,
infelizmente. Tem que comprovar a pobreza, tem que se muito pobre. Muito, muito, muito.
E é interessante, eu acho que tem um processo acontecendo na América Latina que é muito
diferente que é temos também governos progressistas igual “temos” no Brasil porque eu
acho que a gente vive um momento de crise política muito ruim no campo progressista. Eu
não vou falar de esquerda, não. Vou falar campo progressista seja por conciliação de classe,
nós temos um processo de conciliação que a gente precisa analisar; seja por golpe; seja por
desgaste; seja porque não conseguiu na conjuntura mundial fazer mudanças. A gente tem a
Bolívia, Venezuela, Equador, processos de discussão não só de uma possibilidade de uma
política de universalização mas de um Estado plurinacional, por exemplo. Quebra com toda
essa conversa que a gente fica falando toda hora porque a gente põe toda hora a discussão
do Estado na economia política. Na Bolívia, por exemplo, ele diz “Não, eu sou um estado
plurinacional, então eu admito os valores indígenas de povos originários e eu trago isso
porque o Brasil não faz nada disso e aí eu acho que a gente tem uma outra discussão para
fazer. Eu trago o paradigma que se chama o paradigma do viver bem, bem viver,
dependendo de que lugar eu falo. Inclusive, eu queria falar disso porque na primeira
exposição sobre essa perspectiva do gênero sempre me incomoda muito, na verdade, eu sei
que não foi isso que você falou, mas parece que o cuidar de criança ela é uma prática
feminina, que ela é prática de mulher. Vem o tempo todo a discussão de gênero, não foi o
que você falou, mas para amanhã também mais uma vez a discussão do mundo do trabalho
ela coloca a mulher na condição da cuidadora. E aí eu estava lendo a discussão do paradigma

do bem viver na perspectiva de gênero e dizem assim: “A gente tem que discutir o direito ao cuidado.” E o direito ao cuidado é o direito do cuidado com a família e não é só a mulher, é o Estado e a sociedade. Como que a gente recompõe a relação do cuidado seja para uma criança, seja para um idoso, seja para qualquer um de nós, numa perspectiva que muda? Eu queria que a mesa problematizasse um pouco com isso. Eu estou discutindo é que Estado é esse? Que sociedade é essa que a gente quer remontar? Porque eu não só quero um direito a um Estado a um Sistema Único de Saúde que cuida de mim ou de minha enfermidade. Eu quero um outro mundo, na verdade. Eu quero um outro Estado com outra sociedade. Para isso a gente vai precisar discutir bastante. Eu acho que é nessa vibe que a gente tem que entrar. Está difícil pra caramba, não está fácil fazer luta política. A gente precisa viver uma unidade na contradição. Está na hora da gente se empenhar e acho que é um papel do cebes. Está ruim, viu? Não está fácil, não. Andar nos processos políticos, daqui a pouco a gente tem uma conferência, com muita dificuldade. A gente tem uma agenda mundial, na verdade. A gente está super ferrado. Então, a agenda é nossa, é do campo que acredita que tem que mudar esse mundo e mudar para melhor. Não é mudar para se adequar e para morrer melhor, não. Eu quero é viver bem.

CEBES DE GOIAS

Hoje o que a gente conseguiu aqui é ficar muito instigado mesmo, sair com o coração batendo forte. A nossa amiga disse assim: “Eu defendo o SUS.” E eu tenho percebido que todos defendem o SUS, pessoas que eu convivo. A questão é, e é o problema que eu trago aqui: todos defendem o SUS mas tem gente que defende o SUS e **XXXXX**. eu sou lá de Goiás e tenho convivido com isso. Então, os militantes que construíram a reforma sanitária, que estavam nesse processo, que foram as nossas referências, agora, defendem o SUS, o pessoal da **XXXXX** também defende o SUS, vai lá no **XXXXX**, defendem o SUS e a gente fica meio olhando assim “Meu Deus, qual que é o SUS que a gente defende?” E eu estou naquele outro movimento e lá no cebes a gente está fazendo esse movimento do defendemos o SUS e estamos contra o SUS do neoliberalismo, que é o que a gente considera esse SUS de privatização, terceirização e **XXXXX**. Por que que eu trago isso aqui? Porque a gente, penso eu, que agora com tanta contradição em relação à extinção do SUS porque ela está muito evidente e a gente vem falando isso há algum tempo, **xxxx** está muito evidente com tudo que vem acontecendo. O que que é o movimento de reforma sanitária brasileiro? Cabe dentro desse movimento gente que é a favor da privatização e que fala que está dentro do movimento? Essa é a questão que eu queria colocar. Só mais uma provocação que eu já trago na minha tese de doutorado e que eu já trouxe algumas vezes no cebes: eu dava aula de saúde coletiva e ensinava para os meus alunos os três princípios do SUS que caem no concurso – universalidade, integralidade e equidade. Eu sou odontóloga, fiz mestrado e doutorado em educação, então, eu não fiz especialização em saúde coletiva. Então, foi tudo meio inverso. Um dia eu vou na Constituição e leio os três princípios do SUS: universalidade, integralidade e igualdade. Mas onde que apareceu essa equidade? Eu, como professora, estava querendo **XXXXX** não aparece a palavra equidade. Mas que coisa estranha. Se eu

colocar no concurso igualdade eu erro. Não posso ensinar para o meu aluno. XXXXX
interessantíssima, que eu acho que tem muito a ver com esse SUS que não foi montado, que
está sendo desmontado sem ser montado. Porque até onde eu vejo em alguns países
europeus, rico frequenta sistema de saúde público. Aqui, no Brasil, ricos não frequentam
sistema de saúde público e jamais imaginam frequentar. Então, aquela provocação do colega
se a gente tinha convênio ou não hoje eu achei interessante. Eu falei para ele.

?????

Eu só queria fazer uma observação. Acho que a gente tem até razão e espaço para
um pessimismo, mas, se a gente for olhar um pouquinho para trás, momentos mais difíceis a
gente já passou e, de fato, o SUS ele não foi um projeto governamental e nem o governo
tomou o SUS como projeto de fato.

Eu acho que nós não chegamos de fato onde gostaríamos de ter chegado mas eu
acho que o momento é um momento de radicalizar, radicalizar em termos de sustentar fato
a proposta do SUS, de avançar. E eu acho que a colega fez uma brilhante, de Alagoas aqui...
Agora há pouco tempo saiu no jornal a pesquisa sobre satisfação no SUS. É incrível a
manipulação dos dados do Datafolha em relação à pesquisa de satisfação. O grau de
satisfação é quando junta o SUS com o setor privado. Quando você separa o SUS do setor
privado, a insatisfação reduz, ou seja, o setor privado tem um grau de insatisfação no Brasil
hoje, talvez, a gente não tem pesquisa concretas, mas, talvez, há uma indicação de que a
insatisfação seja maior no setor privado do que no SUS. Então, esse é um dado muito
importante para a gente trabalhar e avançar. Eu acho que talvez a gente tenha que separar o
setor privado do SUS. Eu acho que essa é uma bandeira fundamental, estratégica, e a gente
tem que começar hoje em cima da questão tributária que foi colocada, principalmente em
cima da troca de serviço e de clientela dentre uma área e outra. Eu acho que é um elemento
fundamental, uma bandeira central para a gente. O SUS é SUS, não é setor privado.

CELIA LESSA KERSTENETSKY

Eu tenho me especializado nos encontros que eu tenho participado em ser aquela pessoa que faz um pouco o trabalhinho sujo de dizer que ainda existe margem para a esperança, algum tipo de modelo social interessante que ainda pode resgatar as nossas esperanças de igualdade social.

Sabe esse tipo de gente que hoje em dia está meio fora de moda? É até meio obscuro dado o ambiente de ajuste fiscal que a gente está vivendo, você trazer essas questões assim e jogar no público, é uma coisa muito perigosa, alto risco. Tudo bem, eu estou quase desistindo. Eu vou ainda tentar defender algumas coisas que eu acho interessantes dessa perspectiva do investimento social. A primeira coisa, é lógico, que quando você escreve um trabalho, você não pode falar sobre tudo. Se é um trabalho sobre a nova perspectiva é apresentar novas perspectivas, suas políticas sociais centrais, os resultados que você espera. Quer dizer, não dá tempo de você explicar as causas profundas de todos os problemas que essa nova perspectiva venha solucionar. E é lógico que a análise que a Maria Lucia faz ela complementa perfeitamente bem, ela seria um ótimo introito para a questão dos novos riscos. Novos riscos não quer dizer que os antigos não existem. Continuam existindo. Ou seja, se você pensar no Welfare State clássico que foi criado em parte, luta política como bem lembrou aqui o Paulo Henrique, não caiu do céu, não tem nada de natural, mas respondendo a problemas colocados por economias de mercado que eram desconhecidos na fase pré-mercado das sociedades e como uma autoproteção poloniana da sociedade, as sociedades reivindicaram políticas sociais que de alguma forma as protegessem desses riscos. Esses riscos antigamente eram simplesmente os riscos do ciclo da vida e os riscos do ciclo dos negócios. No pós-guerra você tem 30 anos de crescimento, uma industrialização incrível, com quase pleno emprego, o problema demográfico era praticamente desprezível. Então, aquele Welfare XXXXX (02:09) respondia bem a essas questões. Depois, nos anos 80, você tem várias coisas que acontecem, todas elas estão de alguma forma ligadas a novas estratégias de acumulação de capital, de regulamentação de mercado, e outras tem a ver até com os sucessos do Welfare State como bem lembrou a Ligia. O envelhecimento populacional ele é um sucesso, ele não é um problema. Ele é um sucesso que traz um problema. Qual é o problema? Quem é que vai cuidar dos velhos? Isso num momento em que as famílias estão se esvaziando como reservatórios de cuidados. Por quê? Porque as mulheres começaram a entrar no mercado de trabalho. Elas começaram a entrar no mercado de trabalho por quê? Em parte porque esse mercado de trabalho se precarizou e os homens estão ganhando menos. Complementar o orçamento familiar passou a ser uma das primeiras motivações que levaram as mulheres a participar ativamente do mercado de trabalho. Então, são sucessos que criam problemas que vão gerar novas soluções que vão criar novos sucessos e, assim, sucessivamente. A história do Welfare State é essa, ela não é uma história de final feliz, é uma história de soluções políticas que são criadas por problemas que, por sua vez, geram novos problemas. E a ideia é você um pouco ir atrás disso.

Esses novos riscos se associam a essas novas coisas que aconteceram, novas estratégias de acumulação de capital, de regulamentação de mercados, envelhecimento populacional como resultado de intervenções de XXXXX (03:32), novos arranjos familiares que em parte respondem a demandas de individualização e de maior liberdade das pessoas poderem, por exemplo, constituir uma família sozinha sem ter que ter um cônjuge, não precisar casar e, agora, novas demandas de arranjos homoafetivos. Vão ser novos problemas sobre os quais nós teremos que nos debruçar e eu não tenho solução nenhuma para isso.

Mas eu acho que temos aqui um cardápio de... pelo menos uma heurística, digamos assim, você olhar a perspectiva do investimento social como uma maneira de resolver o problema. Uma maneira que tenta juntar pontas: sustentabilidade econômica, sustentabilidade política e equilíbrio social. Se dá para fazer essas três coisas juntas, esse é o paradigma que tem aí. A gente pode não acreditar que dá para fazer isso e aí pega tudo e joga no devido lixo.

Vou falar sobre a flex security que é interessante. Pelo que eu entendo, eu não sou dinamarquesa, estudei essa coisa de ler em papers... O que eu entendo é o seguinte: essa apólice foi uma negociação com o sindicato dos trabalhadores na Dinamarca, um sindicato centralizado, governo, aquela coisa XXXXX (04:45) típica dos países escandinavos. E a negociação foi o seguinte: os empregadores querem flexibilizar o mercado de trabalho, os trabalhadores não querem isso, ou então eles cedem a flexibilização para que o país continue surfando na onda da globalização, se dando bem, xxxxxx país xxxxxx mas a contrapartida é manter o nível elevado de seguridade social. Então você tem a taxa de reposição, um seguro desemprego com um elevado nível de reposição, com um longo período de duração e junto com esse seguro desemprego elevado tem um programa de treinamento que não é o da doméstica que vira manicure, ou da manicure que vira pipoqueira schumpeteriana, mas é você colocar o cara num troço de longo prazo que é XXXXX que vai levá-lo para um outro patamar, um outro patamar. Isso é Brasil. O que a gente fez aqui foi uma coisa completamente diferente. A gente até já avaliou as políticas de mercado brasileiras antes do Pronatec. Sobre o Pronatec eu não tenho nada a dizer. Mas, antes, era uma tragédia completa. Aquela mobilidade pequenininha, horizontal e coisa e tal. Lá o negócio é XXXXX : o cara sai do mercado de trabalho, tem o seguro desemprego por um longo período de tempo, tem o programa de qualificação que melhora a qualificação dele e aumenta a capacidade dele entrar num emprego melhor qualificado e ganhar mais. Então, isso foi combinado, foi uma coisa imposta pelo neoliberalismo na Dinamarca. Os trabalhadores sentaram com o governo, foi um acordo político e esse troço está implementado desde 1994. Eu já andei olhando os dados e, comparando, por exemplo, as reformas alemãs com as reformas dinamarquesas XXXXX . Por exemplo, desemprego de longo prazo é metade na Dinamarca do que é na Alemanha, que também adotou políticas ativas só que são outras. Então é legal a gente abrir um pouco essa caixa-preta das políticas ativas. Devia chamar tudo isso de neoliberalismo ou uma coisa bem feia que faz a gente ter uma certa alergia, olhar que são diferentes políticas, que tem diferentes impactos e diferentes consequências em termos de justiça social.

CELIA LESSA KERSTENETSKY

Se você olha um país que faz política de regulamentação do mercado de trabalho o resultado é pior para os trabalhadores. Ué, tem alguma coisa errada aqui. Então, eu tenho que ter curiosidade para ver, vamos comparar os resultados para ver o que foi melhor.

Eu sou daquelas pessoas que acham que no Brasil tem Welfare State. Eu escrevi um livro sobre isso e a minha definição do Welfare State é uma definição descritiva. Um país que tem um gasto social de 22% do PIB, o que que a gente está fazendo com isso? Não vamos dar um nome para isso? Não vamos ver quais são as políticas que estão aqui dentro? Elas tem coerência? Elas são sistemáticas? Elas estão levando a gente para onde? Elas nos estão fazendo ficar parecidos com o quê? Porque a gente não é marciano, a gente é humano. Então tem um mundo aí de experiências e tal. Em que direção que a gente está indo? A gente está indo para um lado? Está indo para o outro? Se a gente não tiver uma categoria que a gente possa captar isso a gente está perdido. O que que a gente está procurando? Cada um fica falando da questão que gosta mais: saúde, educação, seguridade. Na hora de falar seguridade social a gente não fala em educação. Mas será que as duas coisas não tem uma relação? Será que a gente não está perdendo a coerência dessa relação? Vamos lutar por esse nome. Chega de proteção social. Eu estou fazendo discurso político aqui e não é a minha praia. Mas o nome é esse: é Welfare State, vamos ser normais no mundo. E a gente se compara com os outros. Vamos ver como é que a gente está: menos, mais, mais à direita, mais à esquerda, mais social-democrata, mais liberal. Assim a gente eu acho que pode avançar melhor na compreensão e no avanço das **XXXXX** progressistas.

LAURA TAVARES SOARES

... a menina de Pernambuco, espetáculo, a única que falou da América Latina. A minha única questão era... aliás... demonstrar assim... eu estava doente, eu nem vinha... eu acho que a América Latina nem ia entrar. Mas isso é típico do Brasil. Isso avançou muito e aí eu vou dizer para vocês avançou depois do governo Lula sim, o Brasil saiu porque era de costas, eu morei no Chile 5 anos de costas para a América Latina, a minha tese de doutorado foi a única da Unicamp sobre a América Latina. A minha referencia é que nós somos outro tipo de capitalismo desenvolvimento modelo econômico social no qual foi constituído **XXXXX** é outro, mas chame-se como quiser. A outra coisa é que a referência da América Latina é importantíssima para nós. Nós não estamos em Marte, querida, mas também não estamos na Europa. Nós estamos na América Latina. E aí tem que estudar é esse continente. E é por isso que eu achei importante a intervenção dela em querer saber o que está acontecendo aí. A gente só se comove quando a Grécia e meus patrícios portugueses, sou filha e neta, migrante, vão para o saco. Mas a América Latina já está no saco faz tempo. Aí a gente não se comove? A gente só se mexe, só analisa e só se compara com a Europa do sul. A Grécia para nós é mais trágica do que o Peru. É uma coisa que eu quero trazer para o cebs. A Ana Costa é presidente da Alames, Associação Latino-americana de Medicina Social.

LAURA TAVARES SOARES

Há muita má interpretação de erro, que é o setor saúde. Aí, me desculpe, não é à toa que eu saí fora e fui excluída e muitas vezes nos anos 90. Porque, primeiro, eu falava de neoliberalismo e eu me lembro de uma reunião em que eu quase apanhei em 95 porque a saúde inteira apoiava a gestão do Fernando Henrique, inclusive a esquerda. E adoravam o PAC, o programa de agente comunitário, adoravam o Saúde da Família, estava todo mundo lá ajudando o Serra a construir aquela porra que deu nisto que chama-se uma das privatizações. Nós temos três tipos de privatização e esse é o terceiro ponto de toque que eu quero colocar. Não existe 'a' privatização. Existe a privatização colocada na Constituição, que é a constituição do SUS público e privado. Queiramos ou não, não temos leitos suficientes públicos. Quero mais leito público? É claro que eu quero. A minha luta foi e sempre será, como diz não me lembro que música, que tenhamos mais SUS público estatal. Eu não tenho nenhuma vergonha, escrevo há 30 anos sobre isso. Público, para mim, estatal. Mas tornar o estatal público também. Também não foi nesse país. E aí XXXXX Porque a última bobajada da esquerda ultimamente é separar a sociedade civil de Estado. Isso é a coisa mais liberal que existe na face da Terra. O Estado é reflexo dessa porra. Aliás, hoje, nada é mais claro do que isso. Se fizermos uma Constituinte política hoje sobre os direitos fundamentais, da LGBT, dos 16 anos, perderemos. Perderemos. A sociedade brasileira hoje está conservadora. Graças ao massacre midiático. Por isso que minha orelha fica em pé quando fala em reforma política. Isso é debate de amanhã.

O setor privado. Esse daí, que é conveniado com o SUS, está aí desde sempre. O outro é o que a Ligia coloca que é o núcleo duro que enquanto nós ficarmos financiando... porque a renúncia tributária é gigantesca, outro dia eu vi os dados, mas não trouxe, amanhã que é o debate, ela tem todos.... que é a questão do seguro privado de saúde. E o que fazer com isso e como separar? No mínimo, tinha que ser progressivo. No mínimo, no mínimo. Progressiva a renúncia tributária para aqueles pequenos XXXXX. Ou não. Ou simplesmente tirar. Acho difícil comprar essa briga com a classe média, muitos de nós aqui, devemos usufruir do desconto de 100% porque sequer tem teto como na educação. Então, isso é um escândalo porque é regressivo. Eu estava numa banca de tese na Fiocruz que mostra que seguro de madame desconta mais do que o seguro pobrinho. Então, regressividade, a questão do seguro que a professora Ligia XXXXX. Outra coisa é esta porra destas OS que é a reforma do Estado. Aí eu vou voltar aos anos 90 do Bresser Pereira que a galera adorava, que agora resolveu virar progressista. Odeio esse sujeito. Escrevi contra a reforma do Estado desde os anos 90. A galera toda da Unicamp escrevemos contra esta porra desta reforma do Estado. E, me desculpem, não tinha um documento nos seminários de então, sobretudo da ABRASCO que eu me recusei a ir para falar de neoliberalismo, não aparecia nos anos 90. e a reforma do Estado do Bresser é considerada linda pelo setor saúde. E ele é responsável. Então não me venha dizer que é coisa de hoje. O que se pode dizer é que não se fez a reforma do Estado que já deveria ter sido feita já XXXXX. Isso é uma discussão de amanhã. Mas as OS estão na reforma do Estado de 1998, se não me falha a memória. 95. Documento branco, internet, Google. Documento branco. Vai lá e lê esta porra. Estão lá as OS e toda essa terceirização. Nós estamos numa federação. Quem contrata os programas de saúde da família tem um repasse, mas quem contrata e que precariza são os governos estaduais e municipais. E enquanto a gente responsabiliza... porque agora é assim: demarcação da terra a culpa é da tia. Ah, me dá um tempo, é o contrário. Quem demarcou e quem conseguiu

defender os índios foi o Governo Federal. Estão pedindo pelo amor de Deus para serem defendidos pelo... por isso que eles não querem que vá para o Congresso porque o Governo Federal... Essa descentralização da saúde tem que ser rediscutida. Eu já apanhei muito nos anos 90 e na Conferência... porque agora descobriram a regionalização. Graças a Deus. Antes tarde do que nunca. A gente está discutindo isso há muito tempo. E já apanhei muito. Na 11^a. Conferência queriam me matar porque eu era contra a municipalização. Continuo contra. Municipalizar tudo de qualquer jeito e dar decisão a uma heterogeneidade de situações nós temos que repensar isso e parece que, finalmente, estamos repensando com a regionalização. E a precarização os prefeitos fazem independentemente de receber dinheiro ou não do SUS. Recebem e precarizam. Digo mais: centralização como redemocratização era o sonho de uma noite de verão da Constituição de 88. Acreditamos que descentralizar é democratizar. Nos fodemos. Porque a descentralização, o local, é muito mais reacionário. Está lá o coronelismo, está lá a coisa, a galera que o diga. Então, tem que repensar esse negócio.